



**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia**

**“TEM VEZ QUE O CRISTAL DÁ EM CIMA. TEM VEZ QUE ELE DÁ  
NA BAIXADA”: uma etnografia do conhecimento do garimpo e dos garimpeiros de cristal  
de rocha da Chapada dos Veadeiros – GO**

**Júlia Tossin Noleto (16/0129044)**



**Brasília, março de 2020**

**“TEM VEZ QUE O CRISTAL DÁ EM CIMA. TEM VEZ QUE ELE DÁ NA BAIXADA”: uma etnografia do conhecimento do garimpo e dos garimpeiros de cristal de rocha da Chapada dos Veadeiros – GO**

**Júlia Tossin Noletto**

**Orientador: Henyo Trindade Barretto Filho**

Monografia de conclusão de curso de graduação, apresentado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia, sob a orientação do Prof. Henyo Trindade Barretto Filho.

**Banca examinadora:**

Henyo Trindade Barretto Filho - Presidente

Sílvia Maria Ferreira Guimarães - Examinadora

**Brasília, março de 2020**

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer toda a minha família por todo o carinho e apoio. Em especial, meus pais de sangue e de criação, minha mãe Laísa, meu pai Dario, minha madrastra Isabel e meu padrasto Luís, que sempre me deram ideias, conhecimentos, conselhos e abraços.

A meus irmãos Pedro e Lucas, por me fazerem sorrir e me distraírem nos momentos tensos.

A José, que encarou comigo as caminhadas pelo Cerrado, me apoiando sempre a continuar. E que no meio encontrou seu próprio caminho e me mostrou outras forças, jeitos e formas de lidar com o mundo.

A Seu Dedé, que, sempre com um sorriso no rosto, me recebeu, me ensinou sobre o garimpo e como garimpar, me ensinou sobre os cristais, as plantas e outras formas de viver. Sem Seu Dedé tudo seria diferente.

A meu orientador Henyo, que me escutou muitas vezes, que me deu abertura e liberdade para fazer o que eu sentia que devia fazer, me ajudando e incentivando a ir cada vez mais longe.

Ao Departamento de Antropologia, que por meio de sua chamada para auxílio financeiro a atividades de pesquisa do primeiro semestre de 2019, permitiu que esta pesquisa fosse viável.

A todos aqueles que me receberam e me contaram suas histórias, em especial Tila, Varlei e Henrique; Juliana, que abriu sua casa e coração para mim; e aos guias da ACVCV que me deixaram participar de cursos e me ensinaram muito.

Por fim, agradeço a Luciana, Luísa e Yudi, por sempre amizades sempre presentes, apesar das distâncias.

## **RESUMO**

Este trabalho trata sobre garimpeiros de cristal de quartzo da Chapada dos Veadeiros, e a prática do garimpo de cristal nessa região. Meu objetivo foi conhecer esse “povo” garimpeiro, seus saberes e técnicas.

A partir de uma série de entrevistas, principalmente com Seu Dedé, antigo garimpeiro da região, idaguei sobre o modo de vida garimpeiro. Foram as entrevistas junto com outras fontes documentais que pude, de certa forma, compilar e escrever parte da história deste “povo”, que possui uma identidade com a extração do cristal e uma forma de vida associada a mineração.

A partir do material coletado pude fazer interpretações sobre o povo garimpeiro, suas técnicas e sobre os cristais. Tais interpretações revelaram como o garimpo de cristal possui qualidades únicas, que o diferem de outros tipos de garimpo; como os garimpeiros possuem um modo de vida que está em constante mudança, e como o conhecimento do garimpo de cristal é um processo contínuo de criação de saber, ligado à prática e ao meio ambiente.

**PALAVRAS-CHAVES:** Garimpo; Cristal; Povos Tradicionais; Garimpeiros; Chapada dos Veadeiros; Unidades de Conservação.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<i>Meus Interlocutores</i> .....	9
<b>CAPÍTULO I - De onde vem as plantas, os minérios e as pessoas?</b> .....	12
<i>O Cerrado</i> .....	12
<i>As unidades de conservação</i> .....	17
<i>Um breve histórico da ocupação humana no Goiás</i> .....	19
<i>A mineração de ouro em Goiás</i> .....	29
<i>A Microrregião da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional</i> .....	30
<b>CAPÍTULO II - “Eles vieram atrás do cristal”: uma análise sobre as famílias garimpeiras e o conhecimento do povo garimpeiro de cristal da Chapada dos Veadeiros</b> .....	36
<i>A fofoca, a corrutela e as famílias</i> .....	43
<i>Vila de São Jorge “era um povoadinho com um pouquinho de gente”</i> .....	52
<i>O conhecimento sobre as plantas</i> .....	59
<b>CAPÍTULO III - O saber garimpeiro, um ensaio etnofotográfico</b> .....	66
<i>O quartzo, cristal de rocha</i> .....	66
<i>O garimpo, a enxada, a crata e os cristais</i> .....	69
<i>O cristal anda, foge, mata</i> .....	82
<b>CONCLUSÃO</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	93

## GLOSSÁRIO – Dicionário do Garimpês

- **Bamburrar/ bamburro:** “Quando uma pessoa tirava cristal, uma pedra muito grande, dava o nome de bamburro. Bamburro, conforme o nome popular é ficar rico” – Entrevista com Tila, Vila de São Jorge, junho de 2019.
- **Bruaca:** “A gente preparava as bruacas e botava os mantimentos. Você sabe o que é bruaca? Você olhando ali ó, essa caixa de couro. Aí você colocava no animal, eram duas, uma de cada lado. Aí falava bruaca.” - Entrevista com Tila, Vila de São Jorge, junho de 2019.
- **Crata:** Buraco que se forma ao cavar o chão tirando cristal.



Figura 1 - Crata de garimpo na trilha dos Saltos, no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Junho de 2019. Foto: José Procópio.

- **Drusa:** “Chama de drusa, com várias pontas. Aí vai formando o cristal desse jeito aí. O cristal vai formando desse jeito pra poder criar uma pedra grande. Ele vai soltando os pedaços, os filhotes e vai crescendo” – Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019.



Figura 2 - Drusa de quartzo róseo e hialino. Garimpo do Pedrãozinho. Abril de 2019. Foto: José Procópio.

- **Lasca:** “A lasca é o *restoio* do cristal. Eles usavam o martelinho. Eles descascavam ali até tirar o puro e fazia o quilo.” – Entrevista com Varlei, Cachoeira do Segredo, junho de 2019.

“A lasca porque a gente lascava ela. A gente ia batendo e lapidando ela, até fazer 1 kg. Só que também não comprava lasca com defeito não. Tinha que tirar o defeito todinho, deixar limpinha (...) A gente chama lasca porque lasca ela batendo, né? E aí antigamente chamava nem lasca não, chamava miçanga. Miçanga. Olha a diferença: miçanga. Não sei por que chamava miçanga. Devia ser porque fazia a miçanga, né? Batia assim. Aí criou um nome de garimpeiro, né? Isso é nome de garimpeiro. É nome de índio também. Aí, a lasca se chamava miçanga.” – Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019.



Figura 3 - Lasca de cristal feita por Seu Dedé. Garimpo do Preguiça. Fevereiro de 2019. Foto: Júlia Tossin.

- **Queimar a crata:** “O cristal tem vez que ele some. Você vai garimpendo e você não acerta mais um veio de jeito nenhum. Não sabe pra onde ele foi. Por isso que fala queimou, o garimpo queimou. Quando chegam assim: “minha crata queimou”. Aí você pergunta: “ué? pegou fogo?” Não. Queimou porque não deu mais cristal. Acabou o cristal, sumiu.” – Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019.

- **Matula:** “Matula é a carne de sol, feijão, um pouquinho de linguiça toscana, lingüicinha natural e um pouco de toucinho. Aí, põe tudo dentro [de uma panela] e vai cozinhar, vai cozinhando. Aí, quando está bem cozidinho, você mata uma galinha caipira, cozinha a galinha e põe o caldo da galinha dentro do feijão. Aí, põe farinha e faz o tutu. Por isso o nome de matula.” – Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019.



- **Montueira:** “O nome natural, montueiro, que amontoa toda a terra lá. A terra que a gente vai tirando de crata.” – Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019.



Figura 4 - Seu Dedé e uma montueira de cristal. Trilha dos Saltos, Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Junho de 2019. Foto: José Procópio.

- **Na raiz do capim:** O cristal aparece quase na superfície do solo.



Figura 5 – Cristal na raiz do capim. São Jorge – GO. Fevereiro de 2019. Foto: Julia Tossin.

- **Ranheta:** “Uma ferramenta que tem que ela tem uma ponta tortinha, chama ranheta.” – Entrevista com Varlei, Cachoeira do Segredo, junho de 2019.

- **Refugo:** “Então trabalhava só mais em refugo, em montueira” – Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019.





Figura 6 - Seu Dedé trabalhando no refugo. Garimpo do Preguiça, São Jorge – GO. Fevereiro de 2019. Foto: José Procópio.

- **Tábua:** “Chamava garimpo das tábuas, que só dava pedra assim ó, chata. Lá não dava pedra redonda, tudo tábua.” – Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019.

- **Tirar a sujeira do cristal, ou descascar o cristal, ou lapidar o cristal:** É retirar toda a parte opaca, considerada “suja”, e produzir a lasca.



Figura 7 - Seu Dedé tirando a sujeira do cristal. São Jorge – GO. Fevereiro de 2019. Foto: Julia Tossin.

- **Sangrar a mão:** Quando se corta com as lascas de cristal.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crata de garimpo na trilha dos Saltos, no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Junho de 2019. Foto: José Procópio.....	vi
Figura 2 - Drusa de quartzo róseo e hialino. Garimpo do Pedrãozinho. Abril de 2019. Foto: José Procópio.....	vi
Figura 3 - Lasca de cristal feita por Seu Dedé. Garimpo do Preguiça. Fevereiro de 2019. Foto: Júlia Tossin. ....	vii
Figura 4 - Seu Dedé e uma montueira de cristal. Trilha dos Saltos, Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Junho de 2019. Foto: José Procópio. ....	viii
Figura 5 - Cristal na raiz do capim. São Jorge – GO. Fevereiro de 2019. Foto: Julia Tossin. ....	viii
Figura 6 - Seu Dedé trabalhando no refugio. Garimpo do Preguiça, São Jorge – GO. Fevereiro de 2019. Foto: José Procópio. ....	ix
Figura 7 - Seu Dedé tirando a sujeira do cristal. São Jorge – GO. Fevereiro de 2019. Foto: Julia Tossin. ....	ix
Figura 8 - Seu Dedé, abril de 2019, Chapada dos Veadeiros. Foto: José Procópio.....	9
Figura 9 - Maria Francisca e seu neto. Foto: Saraiva, 2006. ....	10
Figura 10 - Varlei, junho de 2019, cachoeira do Segredo. Foto: José Procópio. ....	10
Figura 11 - Henrique, junho de 2019, Vila de São Jorge. Foto: José Procópio. ....	11
Figura 12 - Cerrado sentido restrito. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Agosto de 2019. Foto: José Procópio. ....	14
Figura 13 - Campo Sujo, ao fundo vista para o Morro do Buracão e o Morro da Baleia. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Agosto de 2019. Foto: José Procópio. ....	14
Figura 14 - Os Principais Sítios Pré-Cerâmicos do Planalto Central do Brasil. Fonte: LOURDEAU, p: 687, 2006. ....	20
Figura 15 - Exemplo de Lesma da Tradição Itaparica. Peça 12H N15 12, Sítio GO-JA-01, Goiás. Fonte: LOURDEAU, p: 688, 2006.....	20
Figura 16 - Sítio Arqueológico Pedra escrita. Abril de 2019. Foto: José Procópio.....	22
Figura 17 - Pintura zoomorfa em vermelho Sítio Arqueológico Pedra escrita. Abril de 2019. Foto: José Procópio.....	23
Figura 18 - Pinturas geométricas em vermelho e amarelo, Sítio Arqueológico Pedra escrita. Abril de 2019. Foto: José Procópio.....	23
Figura 19 - Mapa dos limites da capitania de Goiás. Fonte: Mapoteca do Itamaraty. 1750 .....	25
Figura 20 - Microrregiões do estado do Goiás. Fonte: IBGE. 2014 .....	30
Figura 21 - Mapa da proposta de ampliação do PNCV, realizado em reunião do MMA/SBF em 11 de novembro de 2016. Fonte Instituto Espinhaço.....	35
Figura 22 - Casamento na Igreja de São Jorge, na década de 1960. Fonte: Arquivo Centro de Memória José Raimundo de Oliveira – CEMEMOZÉ.....	44
Figura 23 - Casa tipo baiana, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.....	49
Figura 24 - Bar do Seu Claro, São Jorge, 2019. Foto: José Alberto .....	50
Figura 25 - Mapa dos Municípios de Barreiras, Seabra, Rio Branco, Macaúbas, Santa Maria da Vitória. Imagem Google Maps. ....	51
Figura 26 - População de São Jorge, na década de 1980. Fonte: Arquivo Centro de Memória José Raimundo de Oliveira – CEMEMOZÉ.....	52
Figura 27 - Escola Pública de São Jorge, na década de 1960. Fonte: Arquivo Centro de Memória José Raimundo de Oliveira – CEMEMOZÉ.....	52
Figura 28 - Igreja de São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.....	54
Figura 29 - Restaurante da Nenzinha, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal. ....	55

Figura 30 - Dormitório, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal. ....	56
Figura 31 - Mulheres trabalhando na cozinha, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal. ....	57
Figura 32 - Mulheres de São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal. ....	57
Figura 33 - Fazendo tapeçaria, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.....	58
Figura 34 - São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.....	58
Figura 35 - Pau de Sebo, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.....	65
Figura 36 - Tradicionais zonas de ocorrências de veios hidrotermais de quartzo explorados a partir de 1940 (Stoiber et al., 1945). Fonte: GUZZO, 2008. ....	67
Figura 37 – Esquema do perfil geológico de veios de quartzo do Morro do Juá (Gouveia, MG) e sua inserção nas encaixantes (Chaves et al., 2003). Fonte: GUZZO, 2008. ....	68
Figura 38 – Fragmento de cristal de quartzo com seus “filhotes”. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin. ....	68
Figura 39 – Áreas de Garimpo na Chapada dos Veadeiros. Fonte: SARAIVA, 2006: 131.....	71
Figura 40 – Seu Dedé explicando a direção do veio de cristal. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, São Jorge - GO. Junho de 2019. Foto José Procópio. ....	72
Figura 41 – Seu Dedé carregando suas ferramentas para garimpar (a enxada e um facão). São Jorge - GO. Abril de 2019. Foto José Procópio. ....	73
Figura 42 – O sonho pelo bamburro. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto José Procópio. ....	73
Figura 43 – <i>Cratas</i> rasas e os morros criados a partir da retirada da terra, no garimpo do Garimpão. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, São Jorge - GO. Junho de 2019. Foto José Procópio. ....	75
Figura 44 – <i>Crata</i> profunda, no garimpo do Garimpão. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, São Jorge - GO. Junho de 2019. Foto José Procópio. ....	76
Figura 45 – Entrada de um túnel, no garimpo do Garimpão. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, São Jorge - GO. Junho de 2019. Foto José Procópio. ....	76
Figura 46 – Seu Dedé lascando cristal. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin.....	77
Figura 47 – Lascando cristal. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin. ....	78
Figura 48 – Lasca de cristal. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin. ....	78
Figura 49 – Lasca hialina de cristal feita por Seu Dedé. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin. ....	79
Figura 50 – Da esquerda p/ direita: Cristal leitoso, cristal bem formado e fino, cristal rolado. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin.....	81
Figura 51 – Cristal hialino com um três pontas bem formadas e uma deformada. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto José Procópio. ....	81
Figura 52 – Drusa de quartzo rosa com pontas mal formadas. São Jorge - GO. Abril de 2019. Foto Julia Tossin. ....	81
Figura 53 – Quartzo de duas pontas bem formadas. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto José Procópio.....	81
Figura 54 – Filhotes do cristal. Garimpo do Pequizeiro, São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Júlia Tossin. ....	84
Figura 55 – Minha primeira aula de garimpo, buscando cristal num perfil exposto pelo corte da estrada que liga São Jorge a Colinas do Sul – GO. Fevereiro de 2019. Foto: José Procópio.....	86
Figura 56 – José garimpando na raiz do capim. São Jorge – GO. Abril de 2019. Foto: Júlia Tossin...	87
Figura 57 – Seu Dedé dando aula. São Jorge – GO. Abril de 2019. Foto: José Procópio. ....	87

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Material Audiovisual Produzido Durante a Pesquisa de Campo. Fonte: Júlia Tossin e José Procópio.....	91
---	----

## INTRODUÇÃO

Quartzo é um dos minerais mais abundantes da Terra e com sua estrutura hexagonal, pontas piramidais e múltiplas cores, ele encanta aquele que o observa. Para retirar o quartzo do solo é necessário cuidado para não o quebrar. Seu formato não permite explosões de dinamite e nem mesmo o uso de água, draga ou bateia. É na picareta, na pá, na enxada, na ranheta e na mão que se retira o quartzo. O garimpo do cristal de rocha, como é comumente chamado o quartzo, começa na prospecção e identificação dos veios, segue pela abertura de uma *crata*, e termina com a retirada ou lapidação do cristal. Todo esse processo é majoritariamente manual, e depende de uma gama de habilidades e técnicas para sua execução.

O garimpo de quartzo movimentou milhares de pessoas pelo Brasil, tanto homens quanto mulheres chegaram a praticar o garimpo. Hoje o garimpo de quartzo não é mais uma atividade econômica como já foi. Com a criação, popularização e barateamento do quartzo sintético, o garimpo de quartzo decaiu, mas não acabou. Em muitas regiões em que havia garimpos, ainda é possível ver vendas de cristais, artesanatos com cristais, cristais nas portas das casas e lascas de cristais pelo chão. Ver a queda do garimpo de quartzo pela perda do valor do quartzo natural é uma visão macro, em que não se observa a particularidade de cada região, de cada garimpo e de cada garimpeiro. Nesta pesquisa pretendi, a partir de uma visão micro, conhecer sobre os garimpeiros de cristal, suas histórias de vida, técnicas e saberes, da região da Chapada dos Veadeiros. Direcionei minha pesquisa para a área da Vila de São Jorge, vila que foi construída por famílias de garimpeiros que foram em busca dos grandes veios e jazidas de quartzo existentes na região. Lugar em que milhares de pessoas se fixaram, construíram vilas, criaram famílias, criaram vínculo com o território, com as plantas, os animais e os cristais.

Escolher pesquisar na Chapada dos Veadeiros não foi uma escolha aleatória. Desde os primeiros exercícios de escrita, nas matérias de elaboração do projeto de pesquisa, estava decidida a pesquisar em áreas de unidades de conservação. Inicialmente não pensei na região da Chapada dos Veadeiros, mas por conta de algumas dificuldades voltei minha atenção para os chapadões bem próximos a Brasília. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a Vila de São Jorge sempre estiveram presentes na minha vida. Quando pequena, escutava as histórias das viagens dos meus pais. Já mais velha e com “pique” para caminhar, pude ir me



aventurar com eles e, logo mais tarde, sem eles. Desde então, banhei várias vezes nas águas geladas das cachoeiras, caminhei pelo Cerrado e andei pelas ruas da vila.

Quando escolhi trabalhar na região da Chapada dos Veadeiros abriu-se um leque de oportunidades e temas, e não sabia em que direcionar. Numa conversa com meus pais, eles me lembraram de algo que eu comentava toda vez que ia na Chapada dos Veadeiros, os cristais. Os cristais sempre me impressionaram. De todos os tipos, tamanhos e cores eles eram oferecidos a diferentes preços a mim, turista. Após o exercício de levantamento bibliográfico percebi que havia poucos estudos que abordassem o garimpo de quartzo na região. Escolhi assim buscar informações sobre o garimpo de quartzo, que havia sido uma atividade econômica importante da Vila de São Jorge. Mas não sabia por onde começar. O meu orientador, Henyo, me aconselhou fazer uma antepesquisa, como sugere Maria Isaura de Queiroz (QUEIROZ, 1991), a fim de definir melhor o meu tema. Ele me aconselhou que buscasse um guia que fosse ex-garimpeiro e que pudesse me contar do tempo que se mexia com garimpo. Assim me recomendou um nome, Seu Dedé. Conhecido na região por Seu Dedé, Adelídeo Ferreira é ex-garimpeiro, atual guia, raizeiro, pai, avô, amigo, contador de histórias e tocador.

Em novembro de 2018, fui a um primeiro campo, de forma a mapear como poderia trabalhar o garimpo de quartzo que havia ocorrido na Chapada dos Veadeiros durante quase um século. Passei duas noites na Vila de São Jorge e, com certo receio por estar tratando de uma área predominantemente masculina, pedi a um amigo que me acompanhasse durante esse primeiro campo. Já na Vila de São Jorge me direcionei ao Centro de Atendimento ao Turista (CAT) buscando o contato do Seu Dedé. Após uma breve conversa com a pessoa responsável pelo CAT, consegui uma ligação e falei pela primeira vez com Seu Dedé. Expliquei rapidamente que eu era aluna da Universidade de Brasília e que queria conversar com ele sobre o garimpo de cristal. Marcamos de nos encontrarmos à noite, onde ele estaria “fazendo um som”, tocando viola com seu irmão em um bar da Vila de São Jorge. Lá ele nos contou que estava com a agenda cheia, mas que iria colocar eu e meu parceiro num grupo que ele estava guiando.

No dia seguinte, eu e meu parceiro participamos do passeio com Seu Dedé guiando. Como bom professor que ele é, a cada metro parávamos para olhar uma planta da qual podia se fazer chá, garrafada ou banho. Em momentos mais calmos, Seu Dedé contava para mim e meu parceiro as suas histórias dos cristais e do tempo do garimpo. Contou que, quando era

criança, o chão da Vila de São Jorge era cheio de lascas de cristais que refletiam a luz da lua, e iluminavam a noite. Contou de seus sete irmãos e oito filhos, e que atualmente morava em Colinas do Sul. Contando um pouco de como era o trabalho no garimpo, ele buscou dois cristais de quartzo e falou: “esse é um cristal e imagina que essa é um martelo de ferro”; e foi batendo uma pedra na outra, limpando e lapidando o cristal “sujo”, até chegar a uma pequena peça totalmente cristalina. Mais tarde aprenderia que aquela peça se chama lasca e que este foi o sustento para muitos que trabalhavam com o garimpo de quartzo. No final do dia, trocamos contatos e fiquei de ligar quando eu voltasse para a Chapada dos Veadeiros. Foi assim que comecei minhas viagens de campo.

Meu parceiro de viagem encontrou ali também uma possibilidade para o seu trabalho de conclusão de curso. Ele sendo aluno de audiovisual na Universidade de Brasília, me perguntou se poderia fazer um documentário durante minha pesquisa de campo. Aceitei a proposta e desde então caminhamos juntos. Essa parceria trouxe também uma sensação de apoio e proteção para adentrar o cerrado e estudar essa atividade que eu acreditava ser, predominantemente masculina. Nossa parceria resultou em uma ampla quantidade de material audiovisual, e de busca por documentos, fotos e vídeos antigos. Buscamos em nossas famílias e conhecidos por registros antigos da região, e então encontramos uma série de fotos de Bia Tahan, que, carismicamente, nos emprestou para digitalizar. Suas fotos são no final dos anos 1980 e começo dos 1990, e retrata uma Vila de São Jorge durante o momento de transição do garimpo para o turismo.

A antepesquisa me proporcionou entender que o garimpo de quartzo na região da Chapada dos Veadeiros era uma atividade dentro da economia doméstica. Aparentemente, todas as pessoas de uma família participavam em algum momento do garimpo. Mas essas famílias também faziam suas roças, caçavam e pescavam, assim como garimpavam. As pessoas não viviam isoladas, mas se juntavam nas *corrutelas*, que eram espaços em que se constituíam laços familiares, de amizade ou de emprego. Nessas *corrutelas* havia as parteiras, os raizeiros e raizeiras, os benzedores, os aviadores, havia funções sociais, havia um modo de viver e de ser. Esse modo de vida garimpeira está ligado diretamente com a região, e não só com o cristal. Esse povo, que permanece na região, construíram relações com os cristais, com as plantas medicinais, com os frutos do Cerrado, com os animais e com as águas. A vida construída com a extração do cristal modelou as paisagens e a relação com as plantas e animais criou formas de manejo. Essas relações continuam até hoje, e já foram modificadas diversas vezes.

Se entendemos que populações tradicionais são grupos que conquistaram e estão lutando por conquistas, e possuem “uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados” (ALMEIDA & CUNHA, 2001: 186), porque os garimpeiros de cristal de rocha, que possuem essas características, não foram e não são entendidos como um povo tradicional?

Essa minha pergunta fez com que eu buscasse melhor sobre o passado minerador da região, a partir da história de antigos garimpeiros. Foi a partir da memória e da história oral que recolhi através de diferentes entrevistas, com algumas pessoas, que pude reconstruir um passado, que foi de certa forma, geral a todos aqueles que me contaram suas histórias. A partir dessa reconstrução percebi que, mesmo com diferenças, há uma identificação com o status de garimpeiro, essa identificação me fez pensar em tratar esse grupo como um povo, o povo garimpeiro. Assim trato nesse trabalho de um povo que possuem saberes, técnicas e histórias coletivas. Como colocado por Maria Isaura de Queiroz (1991)

“História oral” é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas destes também recolhe tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado. Na verdade, tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja a história real, seja ela mítica. (QUEIROZ, 1991: 5)

Inicialmente no projeto de pesquisa, pretendia realizar algumas entrevistas com ex-garimpeiros e ex-garimpeiras a fim de buscar entender melhor como havia sido esse período não muito revisitado da região. Listei algumas pessoas com as quais gostaria de falar, como Dona Benedita, Dona Osmira, Seu João, filhos ou netos de Seu Claro, e Seu Waldomiro, além de Seu Dedé. Infelizmente não consegui chegar a conversar com todos. Muitos deles são senhores e senhoras de idade mais avançada, o que dificultava um pouco a minha aproximação, outros não consegui fazer contato. Quando me encontrei com Dona Benedita, ela estava gripada e me disse para conversar com uma de suas filhas, cheguei assim em Tila. Consegui também me comunicar com o neto do Seu Claro (antigo mercador da região), Henrique. Conheci também Varlei que hoje cuida da cachoeira do Segredo.

Cada interlocutor me contou momentos vividos por eles, tempos do garimpo e tempos

do turismo. Essas memórias se juntavam com histórias de terceiros e de pessoas da região, criando uma narrativa comum, multifacetada, com diferentes ângulos de visões, assim como um cristal. Como colocado por Pietrafesa (1998) “essas narrativas nos remetem a um passado geral que vai constituir o primeiro domínio onde a memória coletiva cristaliza-se, associando a imaginação desses sertanejos à experiência fundadora” (p: 100).

Consegui montar pequenas genealogias dos meus entrevistados, sendo a mais detalhada a genealogia de Seu Dedé. Pretendia também realizar um mapa mental, ou um exercício de cartografia social, com Seu Dedé, buscando entender melhor qual era a área que os garimpeiros ocupavam. Porém não consegui realizar, por uma questão de tempo em campo. Apesar de não ter conseguido realizar todos os procedimentos propostos inicialmente, considero-os relevantes e favoráveis a outras pesquisas, permitindo um possível desdobramento de pesquisa na região.

Fui a campo três vezes, em fevereiro, abril e junho, passando cinco dias em São Jorge por viagem. Em fevereiro, participei de um curso de geologia geral ofertado pelo ICMBio no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Esse curso é ofertado para os guias turísticos da região, e pretendia passar o conhecimento básico da geologia, dando um foco na geologia da Chapada dos Veadeiros, com a finalidade de os guias poderem passar esses conhecimentos para os turistas. Em grande parte, os participantes não possuíam conhecimento prévio sobre o tema. O curso durou uma semana, e contou com aulas teóricas e práticas. A minha participação no curso me possibilitou olhar para os cristais a partir da sua forma e características físicas e químicas, ao mesmo tempo que aprendi a olhar para o cristal como um mineral que possui uma agência dentro das relações sociais do garimpo.

Em fevereiro também fiz minha primeira caminhada com Seu Dedé e comecei a aprender sobre o garimpo, sobre os nomes dos lugares e das pessoas. Em abril, realizamos a maior caminhada do campo: andamos manhã e tarde nas serras próximas a São Jorge, localizando antigos garimpos da região. Em junho, pude participar de um curso oferecido pela Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV), em que Seu Dedé estava dando um curso sobre plantas medicinais do cerrado. Em junho, realizei também uma visita e entrevista com outras pessoas ligadas ao garimpo de quartzo. Foram elas: Tila, filha de garimpeiros, ex-garimpeira, atual dona de um café e coordenadora da Casa de Cultura São Jorge; Varlei, filho de garimpeiros, atual guia e dono do complexo de cachoeiras da Cachoeira do Segredo; e Henrique, neto de Claro Machado, antigo mercador da vila, biólogo

e dono do Camping Kantu.

A minha coleta de informações se deu principalmente com anotações durante conversas mais informais e gravações e filmagens das entrevistas mais estruturadas, que depois foram transcritas. A princípio achei que gravar as entrevistas seria difícil, mas fui surpreendida pela abertura dos entrevistados, que recebiam positivamente a câmera e o gravador. Seu Dedé, que teve mais tempo de imagem, nos mandava filmar ou gravar coisas específicas. Todos pediam para olhar e ouvir as gravações depois das entrevistas, para ver se tinha ficado ao grado deles.

Desde o início que decidi estudar sobre o garimpo, eu sabia que precisaria em algum momento precisaria colocar a mão na massa e ir garimpar. Em fevereiro, Seu Dedé planejou um roteiro e nos levou para conhecer antigos garimpos. Carregando uma enxada e um facão, Seu Dedé guiava Cerrado adentro, nos colocando para buscar um veio. Esses pequenos testes foram criando uma confiança entre nós e fizeram com que Seu Dedé intervisse por mim em mais de uma situação. Uma delas foi quando conheci Téia e Tila, filhas de Dona Benedita, que apertaram minha mão e afirmaram que elas eram muito macias para mexer com garimpo. Seu Dedé veio em minha defesa, dizendo que eu pegava na enxada sem problemas e que estava aprendendo a tirar cristal.

A partir da memória dos entrevistados, de documentos oficiais, de pesquisas científicas de terceiros e etnografias, busquei entender o modo de vida e o regime de conhecimento criado pelos garimpeiros e garimpeiras de quartzo na região da Chapada dos Veadeiros, que foi caracterizada pela exploração mineral e o uso dos recursos naturais do Cerrado. A memória e a história oral são cruciais para reconstruir um passado distante no tempo, um passado sem muito registro. Afinal, seria a partir desse entendimento sobre o modo de vida, conhecimento e tradição, que poderia entender porque os garimpeiros de quartzo não são entendidos como um povo tradicional.

A estrutura deste trabalho é separada em três capítulos. No primeiro busco fazer uma contextualização histórica e geográfica da região, trazendo um breve histórico do garimpo de ouro no Goiás, usando como base os livros de Luiz Palacín (1979, 1994) “O Século de Ouro em Goiás” e “História de Goiás”. Busco contextualizar também o meio biofísico da Chapada dos Veadeiros, o Cerrado. Para isso usarei os textos “Fitofissionomias do Cerrado” de Ribeiro e Walter (1998) e o documento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) “Biodiversidade Brasileira” (2002), entre outros dados do MMA.



No segundo capítulo conto sobre o início do garimpo de quartzo na região, sobre as migrações e formação das *corrutelas*. Para contar sobre esse momento, as entrevistas são fundamentais e a partir delas faço uma análise buscando montar como era a organização social, política e cultural nessas *corrutelas*. Para isso, uso também a dissertação de graduação do Alex da Silveira (1997), “Vila São Jorge e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o impacto cultural de um projeto ecológico”, a dissertação de mestrado de Alan Barbosa (2008), “As estratégias de conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: conflitos e oportunidades”, a tese de doutorado de Regina Coelly Saraiva (2006), “Tradição e Sustentabilidade: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada do Veadeiros, Vila de São Jorge – GO”, o artigo “Os rumos da intermedialidade: o saber de Dona Flor e o saber de profissionais da saúde no Cerrado” de Iara Attuch (2010); o artigo de Emilia Pietrafesa (1998) “O sistema do lugar: história, território e memória no sertão”, e o livro de José Raimundo de Oliveira (2009) “História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros”. Todos são de grande importância para se entender o modo de vida, os saberes e os conhecimentos tradicionais destes garimpeiros que nasceram, cresceram e se “lapidaram” na Chapada dos Veadeiros.

Os textos “História de Ocupação do Beiradão no médio rio Xingu”, capítulo do livro A expulsão dos Ribeirinhos em Belo Monte: relatoria da SBPC (2017); o artigo de Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2001), “Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia”; o artigo de Alfredo Wagner de Almeida (2008) “Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas”; o livro “Os Milton” de Mariana Pantoja (2004); o artigo de Tim Ingold (2004) “Two reflections on ecological knowledge”, e o artigo de Paul Little (2002) “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil”, irão ajudar na comparação com outras formas de ocupação de território e no entendimento do pertencimento a um território. Noções como a de pluriatividade, território tradicional e territorialidade serão trabalhadas com esses textos.

O terceiro capítulo é uma visão mais interna do garimpo de cristal de quartzo, trazendo o que é o cristal, como ele se forma, como começa um garimpo, o que são as *cratas*, o que é a lapidação, porque se lapida o cristal, entre outros assuntos. Nesse capítulo, as fotos tiradas em campo são usadas como forma de explicar visualmente momentos, ações, lugares e objetos. O uso da imagem neste capítulo me parece fundamental dentro da tentativa de mostrar o saber garimpeiro em ação. Como colocado por Guran (1997) “uma das potencialidades da

fotografia é destacar um aspecto particular da realidade que se encontra diluída num vasto campo de visão, explicitando assim a singularidade e transcendência de uma cena” (p: 157)

Para entender melhor as características mineralógicas do cristal de quartzo, uso o capítulo 31 do livro “Rochas e Minerais Industriais” (2008), que enfoca justamente no mineral quartzo. Neste último capítulo apresento uma interpretação de como o garimpo de cristal fomentou um processo de identificação de um grupo e de um território. Grupo e território que foram reinventados por processos de mudança social, política e econômica – e que hoje convivem com um Parque Nacional e com o turismo crescente na região.

Para tratar sobre unidades de conservação, conservação da biodiversidade (chegando possivelmente na conservação da sócio-biodiversidade), conflitos e dilemas gerados a partir do embate da preservação e das comunidades do entorno, foram usados como base textos como “Da Nação ao planeta através da natureza”, de Henyo Barretto Filho (2001); “A relação entre Unidade de Conservação e Comunidade de encontro – Chapada dos Veadeiros”, de Monica Martins de Melo (1999); “Parks and Peoples: the social impact of protected areas”, de Paige West (2006); “ A prática Brasileira da Ecologia Política: aportes da antropologia”, de Paul Little (2006) – assim como os textos já referidos antes, que tratam do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Os dados do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes também são de enorme importância para tratar destes assuntos.

Por fim, acho importante deixar explícito as limitações deste trabalho. Primeiro, por ser tratar de uma pesquisa de graduação, não houve tempo para me aprofundar em campo e realizar todos os pontos propostos. Segundo, houve uma dificuldade em encontrar documentos sobre o início do garimpo de quartzo, cristal de pedra, na Chapada dos Veadeiros – se mostrando um verdadeiro garimpo encontrar os poucos documentos que consegui. Termino este trabalho com muitas perguntas, mas acredito que elas demonstrem que há um potencial de pesquisa na região que pode ser explorado por diferentes vieses.

## *Meus Interlocutores*

### **Seu Dedé**



Figura 8 - Seu Dedé, abril de 2019, Chapada dos Veadeiros. Foto: José Procópio.

“Meu nome é Adelídeo Ferreira de Almeida, nasci aqui na Chapada dos Veadeiros. Nasci na beira da cachoeira, lá por cima do Vale da Lua, por parteira né. O primeiro banho que tomei foi na cachoeira. A gente andou, foi crescendo, andando, e aí hoje eu tenho 63 anos”. Carinhosamente chamado por Seu Dedé, Adelídeo foi o meu maior interlocutor da minha pesquisa. Nascido em 1956 na Chapada dos Veadeiros, morou sua vida inteira pela região. Seus pais se conheceram no garimpo, assim como Seu Dedé e sua finada esposa Maria. Foi com sua mãe que aprendeu a fazer remédio usando as plantas do mato, e se tornou raizeiro. Com doze anos começou a garimpar e só parou com a proibição do garimpo. Casou-se com Dona Maria, e juntos tiveram oito filhos. Desde sempre foi tocador, e sabe tocar vários instrumentos, e sempre está acompanhado de um violão. Hoje é condutor de visitantes pela ACVCV, dá cursos sobre plantas medicinais e sobre ser condutor, e foi também meu professor de garimpo.

## **Dona Maria**



Figura 9 - Maria Francisca e seu neto. Foto: Saraiva, 2006.

“Meu nome é Maria Francisca Barbosa. É da família dos Barbosa, pessoal da família Barbosa que veio para Alto Paraíso. Barbosa é da minha mãe e Evangelista de Almeida era da parte do meu pai.” (SARAIVA, 2006:102). Dona Maria foi garimpeira e raizeira, filha de garimpeiros e lavradores. Foi casada com Seu Dedé, e teve oito filhos. Dona Maria faleceu a alguns anos, e não tive a oportunidade de conhecê-la. Me contam que ela era uma das melhores raizeiras da Vila de São Jorge. Encontrei suas histórias no doutorado de Regina Coelly Saraiva, de 2006, e a partir dessas histórias pude compreender melhor sobre o garimpo da região.

## **Varlei**



Figura 10 - Varlei, junho de 2019, cachoeira do Segredo. Foto: José Procópio.

Varlei foi garimpeiro, e hoje trabalha como condutor de visitantes pela ACVVCV, e é um dos donos da Cachoeira do Segredo. Conheci quando participei de um curso ofertado pela ACVVCV sobre raízes e plantas medicinais, em que ele foi um dos ministradores.

### **Tila**

“Meu nome é Aristelina, mas me chamam de Tila, e eu gosto muito. Eu nasci e me criei aqui em São Jorge, e na época do garimpo, já garimpava e tirava cristal. Como gestora da Casa de Cultura [Cavaleiro de Jorge], construí com muito amor [o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros], para que as pessoas cheguem e tenham valor pelo nosso trabalho. Porque o mundo cultural não tem valor hoje, acho que nunca teve. Mas hoje tá pior, mas mesmo assim nós estamos lutando, ficar firme pra não desistir. Eu participo da construção, da produção, dessa troca de saberes que é muito grande. Pra mim tudo que é cultura tradicional, popular, eu dou muito valor”. Tila é filha de Dona Benedita, garimpeira e liderança feminina da região. Ela já foi garimpeira, foi a primeira mulher de São Jorge a se tornar condutora, no ano de 1991. Ela saiu da Vila para estudar e voltou. Hoje tem um café da manhã com sua mãe, é gestora da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge.

### **Henrique**



Figura 11 - Henrique, junho de 2019, Vila de São Jorge. Foto: José Procópio.

Henrique Machado é neto de Seu Claro Machado, antigo comerciante da região. Henrique não chegou a nascer na Vila de São Jorge, mas viveu em Alto Paraíso e Brasília. Se formou em Biologia, e hoje atua como condutor e é dono de um camping.



## **CAPÍTULO I - De onde vem as plantas, os minérios e as pessoas?**

Apesar de ser nascida e ter crescido no Distrito Federal, sempre tive uma visão rasa da história do Goiás, sempre vindo de fora, como se não fizesse parte dela. Quando comecei meu campo percebi que me faltava saber do passado desse território tão perto porém, distante. Não só do passado das pessoas que moram no Goiás, mas também do passado do solo, das rochas e dos minerais. A busca desses passados é uma pesquisa interminável em diferentes áreas do conhecimento, a qual não realizei com grandes profundidades. O resultado dessas minhas incursões parciais se mostra neste capítulo, em que percorro com o suporte de diferentes áreas do conhecimento, a região do Cerrado do Goiás e da microrregião da Chapada dos Veadeiros, terminando em São Jorge, local em que minha pesquisa ocorreu.

Essa contextualização do passado auxilia na análise de situações do presente, como o conflito de terras, a necessidade da proteção e conservação do bioma Cerrado, e a importância da mineração no Goiás. Além disso, o contexto agrega outras informações às narrativas e histórias de vida que me foram contadas, e agrega outras informações. É também a partir da contextualização que percebo que o conhecimento garimpeiro é amplo, abarcando desde a história da região, o saber das plantas medicinais até a mineralogia do quartzo.

### ***O Cerrado***

Classificado como o segundo maior bioma da América do Sul, o Cerrado possui uma área de 2.036.448 km<sup>2</sup>, cerca de 23,9% do território nacional, incidindo nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraná, São Paulo e Distrito Federal (RIBEIRO e WALTER, 1998: 93). A localização do Bioma Cerrado no Planalto Central interliga quase todos os biomas brasileiros, menos os pampas gaúchos e ecossistemas costeiros e marinhos.

O Cerrado conta com um relevo plano, ou suavemente ondulado, com paisagens acidentadas com relevos ondulados a forte-ondulados, e com chapadões e planaltos. De acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Serviço Geológico do Brasil, a geologia e a geomorfologia do Cerrado são variáveis de acordo com a região (LACERDA, 2000). No Goiás, o bioma ocorre por cima de algumas das rochas mais antigas do mundo, como a Suíte Aurumina, uma massa rochosa constituída de granitos, que se estende pelas regiões de Cavalcante, Nova Roma, Monte Alegre de Goiás, Campos Belos e Arraias. A Suíte Aurumina pertence à era geológica do Proterozóico, e teve seu granito datado entre 2.120-2.170 Ma (BOTELHO, 1999). A geologia do Goiás apresenta bacias

sedimentares; complexos cristalinos, com rochas variadas, como as rochas cristalinas; quartzitos; xistos; rochas areníticas; e rochas calcárias que formam grutas e cavernas, entre outras.

Cerca de metade da área do Cerrado encontra-se em altitudes entre 300 e 600 metros acima do nível do mar, mas conta também com altitudes superiores a 1.600 metros, como na Chapada dos Veadeiros, Goiás. Os picos mais elevados são o Pico Alto da Serra dos Pirineus, com 1.385 metros, e na Chapada dos Veadeiros, que chega até 1.675 metros de altitude. O contraste entre as altitudes e as chapadas possibilitam uma diversificação térmica ao Cerrado, mas há um mecanismo atmosférico geral que define uma precipitação similar por toda a região, criando uma uniformidade pluviométrica. Assim, a média anual de precipitação varia de 1.200 a 1.800 milímetros. Há duas estações climáticas: um verão quente, úmido e chuvoso; e um inverno seco – a estação chuvosa concentrando-se entre outubro e março. O clima característico do bioma é o temperado, com algumas áreas de clima subtropical úmido (RIBEIRO e WALTER, 1998).

Sua vegetação é composta por formações savânicas, florestais e campestres. De acordo com Ribeiro e Walter (1998), a savana, vegetação mais característica do bioma, é caracterizada por suas árvores e arbustos espalhados por um tapete de gramíneas. As formações campestres, também específicas do bioma, são caracterizadas por espécies herbáceas e arbustos, sem árvores. As formações florestais são associadas aos cursos d'água e aos solos úmidos, e são consideradas uma vegetação extra-cerrado, que não está relacionada com as características do bioma, mas sim com a disponibilidade hídrica. Ribeiro e Walter (1998) apresentam onze fitofisionomias do bioma, ampliando a terminologia básica e adotando termos regionais. Esses onze tipos fitosionômicos são divididos em formações savânicas (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda), campestres (Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre) e florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão). Essa diversidade vegetal existe em grande parte por conta da variedade de solos, altitudes, hidrografia e geologia das áreas que comportam o Cerrado.

Como coloca Barbosa

Um número significativo de outras classes de solos, em associação com fatores climáticos, permite a existência de grande diversidade de espécies vegetais no bioma Cerrado. Esta vegetação, em seus estratos graminoso, arbustivo ou arbóreo, determina uma grande diversidade de ambientes e a riqueza de sua biodiversidade. É importante a advertência que estes autores fazem sobre a adequada visão que se deve ter do solo, que, segundo eles, deve ser encarado não como um recurso inerte, mas como um componente do ecossistema que abriga uma infinidade de organismos necessários à sobrevivência do homem e de todo o planeta. (BARBOSA, 2008, 17)



Figura 12 - Cerrado sentido restrito. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Agosto de 2019. Foto: José Procópio.



Figura 13 - Campo Sujo, ao fundo vista para o Morro do Buracão e o Morro da Baleia. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Agosto de 2019. Foto: José Procópio.

O bioma Cerrado “é um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas em termos de diversidade biológica. Ele é a savana de maior biodiversidade do planeta, e detém mais de 30% da biodiversidade brasileira” (BARBOSA, 2008: 20). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o bioma conta com 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas, 200 espécies de mamíferos, 800 espécies de aves, 180 de répteis, 150 de anfíbios e 1200 espécies de peixes. Comporta também as nascentes das três maiores bacias hidrográficas do continente.

O Cerrado abriga também uma diversidade social, composta por várias comunidades indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, que têm seus modos de vida associados à terra e aos recursos naturais do bioma. De acordo com o MMA, em 2007, havia 93 áreas indígenas em estados fundiários diferentes, que somavam em torno de 11 milhões de hectares.

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPn)<sup>1</sup> diz que em 2019 há cerca de 216 territórios indígenas e 83 etnias, sendo que grande parte destes territórios não havia passado por processos de regularização fundiária. Existem também comunidades quilombolas, algumas com territórios reconhecidos e outras não. Uma comunidade quilombola com o território reconhecido é o povo Kalunga, que vive no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, localizado no nordeste do Goiás.

Dentro das comunidades quilombolas do Centro-Oeste, a comunidade Kalunga possui grande importância por conta de sua história, território e população. A comunidade ocupa uma área de 253,2 mil hectares, e em 2004 foi estimado que havia 3.752 habitantes dentro do Sítio Kalunga, espalhados em povoados como o Vão das Almas, Vão do Muleque, Riachão, Vão Contenda, Engenho I e II. Os kalungas utilizam e conservam seus territórios, protegendo as matas, os cerradões, as águas, a fauna e a flora, ao mesmo tempo que exploram todos os recursos. “A construção de espaços que contemplam estratégias de pluriatividades de uso da terra garantiu uma base alimentar e a consolidação da identidade étnica e cultural da comunidade Kalunga” (ALMEIDA, 2012: 117). A construção desses espaços também está ligado a construção subjetiva do território kalunga. Como colocado por Almeida (2012) no seguinte trecho,

A rica toponímia, que designa as serras, os rios, os vãos e os agrupamentos de casas constitui uma construção subjetiva a um dado símbolo natural ou cultural do lugar em questão. O Sítio configura-se, de acordo com a concepção do Bonnemaison (1981, p. 256), um geossímbolo, “um lugar, um itinerário, um acidente geográfico que por razões políticas, religiosas, históricas ou culturais possui aos olhos de certos grupos sociais ou povos uma dimensão simbólica que alimenta e conforta sua identidade”. (ALMEIDA, 2012: 115)

Para a autora, o território é “uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, ao mesmo tempo, constrói sua identidade cultural” (ALMEIDA, 2012: 120). As demais comunidades tradicionais como os geraizeiros e apanhadores de flores sempre-vivas, em Minas Gerais, e as babaqueiras em Tocantins, Maranhão e Pará, enfrentam dificuldades por não contarem com instrumentos legais de reconhecimento de terras, mantendo seus modos de vida e seus territórios graças às Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Mantendo os seus modos de vida e seus territórios, as comunidades ajudam a proteger e conservar o bioma Cerrado.

Mesmo possuindo uma grande biodiversidade e diversidade social, ainda há grandes barreiras para a conservação do bioma. Por conta do avanço desenfreado do agronegócio, que desmata a vegetação nativa para a plantação e a pecuária, aumenta ainda mais a disputa pela

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://ispn.org.br/biomas/cerrado/povos-e-comunidades-tradicionais-do-cerrado/>>. Acessado em agosto de 2019.

terra, o que dificulta a demarcação de terras para as comunidades tradicionais. A disputa também ocorre pela água de qualidade. Usada muitas vezes para a irrigação de grandes plantações, a água é desviada do curso de rios, ou bombeada dos lençóis freáticos. Essas captações podem ser ilegais ou não, de qualquer maneira elas alteram o ciclo hidrológico, criando crises hídricas e desequilíbrios no abastecimento. Além disso, as chuvas quando passam pelas grandes plantações levam consigo os aditivos colocados nas plantas, carregando para os rios e lagos elementos tóxicos para aqueles sistemas. Esses são alguns dos conflitos criados pelo avanço do agronegócio.

De acordo com o MMA, as transformações que ocorreram no Cerrado trouxeram grandes danos ambientais<sup>2</sup>, como a degradação de ecossistemas, a fragmentação de habitats, a extinção de espécies, a invasão de espécies exóticas, a erosão de solos, a poluição de aquíferos, a alteração nos regimes de queimadas, os desequilíbrios no ciclo do carbono e, possivelmente, modificações climáticas regionais. De acordo com o ICMBio, somente 8,21% da área total do Cerrado é legalmente protegida por meio de unidades de conservação<sup>3</sup>.

O bioma Cerrado conta com 62 unidades de conservação<sup>4</sup>, de acordo com dados do ICMBio essas unidades são divididas em dois grupos, as Unidades de Proteção Integral, que visam a proteção da natureza sem o uso direto dos recursos naturais, e as Unidades de Uso Sustentável, que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. As categorias de Proteção Integral existentes no bioma Cerrado são: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Refúgios da Vida Silvestre (REVIS). As categorias no bioma Cerrado de Unidades de Uso Sustentável são: Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Florestas Nacionais (FLONA), Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Mesmo contando com 62 unidades de conservação de variados tipos, o Cerrado enfrenta o avanço do agronegócio que vem conquistando espaço dentro das políticas estatais, dificultando a proteção e conservação desse bioma único. De acordo com Machado (2004), “entre o período de 1993 e 2002, a taxa média de desmatamento do Cerrado foi [...] de 0,67% ao ano. Com esse valor, a perda anual do Cerrado seria de 1,36 milhões de hectares ao ano”

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acessado em: maio de 2019.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado>>. Acessado em: maio de 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>> Acessado em: maio de 2019

(MACHADO, 2004, p.6). O projeto PRODES Cerrado, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), relatou que em 2018 o Cerrado perdeu 6.657 km<sup>2</sup> de sua área<sup>5</sup>. Ainda que a área desmatada esteja diminuindo, a dimensão do desmatamento é preocupante.

### *As unidades de conservação*

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), as Unidades de Conservação (UC)<sup>6</sup> são espaços territoriais com seus recursos ambientais, características naturais relevantes, que asseguram a representatividade de amostras das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, a fim de preservar o patrimônio biológico existente. As UCs fazem parte atualmente do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>7</sup>, que “pode ser considerado como um instrumento da política ambiental para se definir e ordenar, a nível de todo o território, as categorias de Unidades de Conservação” (MELO, 1999: 6). Sobre a criação do SNUC, Melo (1999) conta:

A proposta atual do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), elaborada inicialmente pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), juntamente com a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), em 1989, tendo passado por diversas alterações através dos substitutivos dos deputados Feldmann e Gabeira, está representada no Projeto de Lei Nº 2892/92 que tramita desde 1992 no Congresso Nacional. Após sete anos, dentro de um processo polêmico de debates que envolveu diferentes correntes de conservação, o Projeto de Lei do SNUC foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 10.06.99, sendo encaminhado à apreciação do Senado. (MELO, 1999: 6)

O SNUC definiu e ordenou as UCs em duas categorias, unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável dos recursos naturais. Houve críticas com as categorias propostas, pois ela mantém as mesmas tradições do Código Florestal de 1934, “de conceituar as unidades de a partir de categorias de manejo exclusivo, ou inteiramente de uso sustentável ou completamente interdita atividade econômica; além de de só permitir um zoneamento restrito e dentro de cada unidade” (MELO, 1999: 6). A crítica feita a proposta do SNUC é em relação a essas duas categorias, de uso indireto ou de proteção integral.

De acordo com o MMA e o ICMBio, as Unidades de Proteção Integral tem como principal objetivo a proteção da natureza, por isso seriam mais restritivas, sendo permitido somente o uso indireto dos recursos naturais. Estão dentro desta categoria as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre. Alguns dos usos indiretos permitidos são: recreação em contato com a

---

<sup>5</sup> Disponível em: < [http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=4975](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4975)>. Acessado em: maio de 2019

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao.html>> Acessado em: maio de 2019

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>> Acessado em: maio de 2019.

natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental. As Unidades de Uso Sustentável são áreas que tentam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo que atividades como coleta e uso dos recursos naturais sejam permitidas, dentro dos planos de manejo das UCs. Estão dentro desta categoria as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Extrativistas, Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Portanto, as UCs são “espaços protegidos individualizados, criados pelo Poder Público com área determinada” (BARRETTO Fº, 2001: 17), afim de resguardar e proteger a natureza proíbem, ou regem, a exploração dos recursos naturais, utilizando planos institucionais, regulamentações e autorizações. As críticas à categoria de unidades de proteção integral são em relação à restrição total dos recursos e à retirada das populações dentro da área determinada (MELO, 1999). Em grande parte, as críticas e os conflitos fizeram com que fossem criadas as unidades de uso sustentável, inserindo dentro da conservação os povos tradicionais e nativos. Como colocado por Melo (1999) no seguinte trecho.

Essa crítica parece ter sido, em parte, absorvida pelo Substitutivo aprovado na Câmara, com o estabelecimento da categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável, para qual está previsto um zoneamento que defina a área de proteção integral assim como a de uso sustentável, assegurando a conservação e, ao mesmo tempo, a utilização dos recursos naturais pelas “populações tradicionais”. (MELO, 1999:6)

Porém, mesmo que o Sistema de Unidades de Conservação seja considerado pelos órgãos federais, como MMA e ICMBio, como um dos mecanismos mais tradicionais e eficientes para a conservação da biodiversidade, as UCs ainda não são soluções suficientes, afinal “biodiversidade estende-se para além dos ramos da biologia, incluindo a dimensão humana da diversidade cultural” (BARBOSA, 2008: 13). E a partir do momento que é delimitado pelo Poder Público áreas de proteção ou conservação, está sendo definido o que é natural, e o que é cultural. Barretto Fº ao tratar das UCs da floresta tropical amazônica, pontua que

Ao definirmos jurídica e administrativamente territórios destinados a proteger a natureza nos trópicos - de genes a paisagens, passando pelas espécies e populações características desse domínio - contra qualquer forma de exploração que os desvirtue, simultaneamente definimos e expressamos a nossa compreensão sobre a fronteira entre o que conta como natureza e o que conta como cultura. (BARRETTO Fº, 2001: 31)

Essa separação do que é natural e cultural está presente na noção de *wilderness* usada por preservacionistas, colocando a natureza como uma força radicalmente separada do ser humano (LITTLE, 2010: 345). A criação das UCs de proteção integral, principalmente a



criação de parques nacionais, utilizam a noção de *wilderness* para criar grandes áreas protegidas sem nenhum grupo humano, suprimindo todos os moradores nativos daquela área posteriormente delimitada.

Na segunda metade da década de 1950 havia com a construção de Brasília um “movimento geopolítico de continentalização e de deslocamento programado e planejado do ecúmeno nacional para o interior do país” (BARRETTO Fº, 2001: 131). Foi nessa mesma época que as primeiras UCs do Centro-Oeste foram criadas, as quais eram distintas das primeiras UCs brasileiras, que acompanhavam as grandes cidades. Como colocado por Barretto Fº (2001), houveram dois períodos de criação de parques nacionais no Brasil, o primeiro do segundo quartel do século XIX até a década de 1930, quando efetivamente criam os primeiros parques. O segundo, da virada das décadas de 1950 a 1960, em que começa uma nova geração de parques nacionais, criados a partir de um corpo técnico. Como o autor afirma

Trata-se de épocas importantes em que se estabeleceram dispositivos institucionais, legais e administrativos em torno da conservação da natureza no país, se criou um expressivo conjunto de UCs e, no segundo período, se formou um pequeno, mas qualificado corpo técnico para lidar com elas, o qual teve um papel significativo em alinhar o que se fazia no país com o pensamento internacional sobre a matéria. (BARRETTO Fº, 2001: 7)

Entre 1959 e 1961 foram criados treze Parques Nacionais (PARNA), sendo cinco criados por Juscelino Kubitschek, seis por Jânio Quadros e dois durante o regime parlamentarista. Foi nesse período que foram criados os primeiros PARNAs do Centro-Oeste e da região do Cerrado, foram eles o Araguaia, Emas, Tocantins, Brasília e Xingu (sendo este o único parque indígena). Como dito anteriormente, esse momento de um “verdadeiro *boom* de criação de UCs de proteção integral” (BARRETTO Fº, 2001: 131) no Centro-Oeste, caminhou junto com o movimento geopolítico de interiorização nacional. Foi nesse *boom* que foi criado o Parque Nacional do Tocantins, atual PARNA Chapada dos Veadeiros, área que esta pesquisa foi realizada, o qual voltaremos a tratar mais tarde.

### ***Um breve histórico da ocupação humana no Goiás***

Sabe-se que a ocupação do Brasil Central ocorreu a pelo menos 11.000 AP, pois há registros arqueológicos da existência de uma distribuição de tecnologias líticas no Brasil Central e no Nordeste. No Brasil Central, os estudos arqueológicos são realizados em sítios abertos e abrigos (fig. 12), e foram as pesquisas nos abrigos encontraram indústrias líticas únicas, que fizeram com que a região fosse uma das mais reconhecidas nos estudos dos períodos pré-cerâmicos.

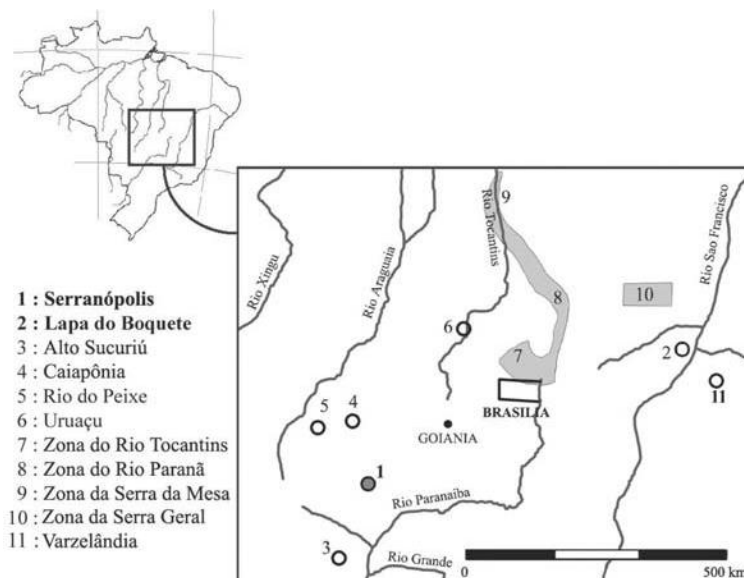


Figura 14 - Os Principais Sítios Pré-Cerâmicos do Planalto Central do Brasil. Fonte: LOURDEAU, p: 687, 2006.

De acordo com Araújo (2004), “a relativa homogeneidade interna dessas indústrias [líticas] e o nítido contraste entre as mesmas sugere que grupos humanos relativamente numerosos, oriundos de regiões distintas da costa, tenham adentrado o continente por volta de 11.000 AP” (ARAÚJO, 2004: 122). O período arqueológico pré-cerâmico no Planalto Central “é caracterizado por uma indústria lítica bem particular” (LOURDEAU, 2006: 685). Essa indústria, chamada de Tradição Itaparica é caracterizada por instrumentos unifaciais retocados, plano-convexos, chamados de lesmas. Esses instrumentos

são peças consideradas como marcadores crono-culturais, na medida em que estão presentes e são numerosas em todos os sítios da fase e unicamente nessa fase. Os unifaces são confeccionados sobre lascas espessas e grandes cujo volume é organizado com retiradas na periferia inteira da peça, realizadas à custa da face superior da lasca-suporte, a face inferior é sempre reservada (LOURDEAU, 2006: 688)

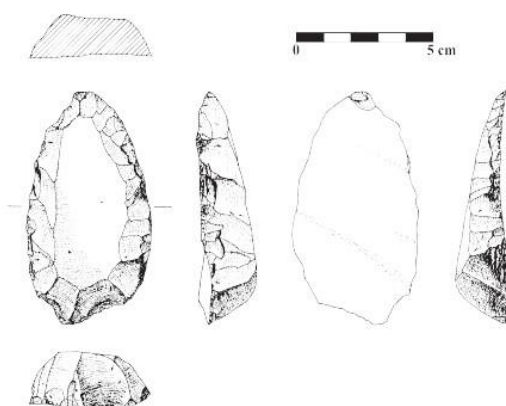


Figura 15 - Exemplo de Lesma da Tradição Itaparica. Peça 12H N15 12, Sítio GO-JA-01, Goiás. Fonte: LOURDEAU, p: 688, 2006.

Para Barbosa (1995) a Tradição Itaparica está “intimamente ligada às formas de exploração dos cerrados, com mecanismos adaptativos responsáveis por um sistema

econômico que perdura por dois mil anos quase sem alteração” (p. 176). Altair Sales Barbosa (1995) diz o seguinte.

As populações dominadoras da tecnologia que criou a indústria que constitui a tradição Itaparica colonizaram uma área de grandeza espacial com cerca de dois milhões de quilômetros quadrados: desde Mato Grosso, Goiás, Tocantins, até áreas com cerrados no oeste da Bahia, norte e oeste de Minas Gerais e áreas com enclaves de cerrados em ambientes dominados por caatingas do nordeste brasileiro, notadamente Pernambuco e Piauí. Essas localidades, em conjunto, revelam o alcance dessa tradição e a maneira homogênea de organizar o espaço, também revelam a importância que o Sistema Biogeográfico dos Cerrados exerceu nesses processos iniciais de ocupação por populações humanas. (BARBOSA, 1995, 177)

Esses estudos arqueológicos demonstram que há uma relação entre a tradição Itaparica e a área do Cerrado. Essa relação pode ser analisada “pelo manejo paleológico, mas também pelos restos de alimentos associados a esta cultura nas escavações arqueológicas e a própria distribuição dos sítios arqueológicos” (BARBOSA, 1995:177).

De acordo com Barbosa (1995), fatores como o clima, a geomorfologia, os recursos vegetais e animais favoreceram populações com economia de caça e coleta a ocupar a região de forma duradoura e homogênea. O clima porque é bastante homogêneo no Cerrado, em relação a outras regiões; a geomorfologia porque possui uma grande quantidade de abrigos naturais; os recursos vegetais porque forneciam fibras, lenhas, palhas para abrigos e uma enorme quantidade de frutos comestíveis; e os recursos animais porque contavam com uma biodiversidade faunística. Essas populações se assentavam em grutas ou abrigos rochosos, mas muitos sítios parecem ter sido temporários, enquanto outros que estavam próximos aos recursos minerais, vegetais e animais mostram uma maior permanência e frequência de habitação.

Na Chapada dos Veadeiros uma marca deixada por esses antigos habitantes são as pinturas rupestres presentes no Sítio Arqueológico Pedra Escrita (fig. 12). O sítio arqueológico Pedra Escrita, também conhecido como Sítio de Arte Rupestre da Gruta da Buritirana, fica na área de proteção da fazenda particular Oreádes, na estrada que liga a Vila de São Jorge à Colinas do Sul. Foi registrado em 1980 pelo arqueólogo Alfredo Mendonça de Souza durante prospecções nas áreas próximas à cota de inundação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa.



Figura 16 - Sítio Arqueológico Pedra escrita. Abril de 2019. Foto: José Procópio.

As pinturas estão localizadas num paredão arenito-quartzítico, ao lado de um riacho intermitente, chamado Buritirana. São aproximadamente 220 pinturas de diferentes tradições, como a Tradição Geométrica, que predomina entre as outras. De acordo com Serrano (2018), é possível perceber as pinturas de 0,30 m até 6,1 metros em relação ao solo; elas são feitas nas cores preto, amarelo e vermelho; e pode-se classificá-las em quatro categorias: antropomorfos, zoomorfos, geométricos e figuras não definidas. Como coloca Serrano,

Os registros rupestres do sítio Pedra Escrita se assemelham a outros sítios que também possuem uma predominância da Tradição Geométrica no Goiás. Um dos sítios que apresentam uma grande semelhança com o referido sítio é o de Serranópolis-GO, pois dispõe de muitas pinturas que seguem o mesmo estilo das que estão presentes na Pedra Escrita. A datação dos registros feitos em Serranópolis é de 9000 a.C., e foi determinada através do uso do método do teste do carbono 14. Portanto, por meio da comparação entre os sítios, podemos determinar que no sítio analisado, as pinturas datam de, aproximadamente 9000 a.C. (SERRANO, 2018: 21)



Figura 17 - Pintura zoomorfa em vermelho Sítio Arqueológico Pedra escrita. Abril de 2019. Foto: José Procópio.



Figura 18 - Pinturas geométricas em vermelho e amarelo, Sítio Arqueológico Pedra escrita. Abril de 2019. Foto: José Procópio.

Essas pinturas são marcas antigas da existência humana no Cerrado e de seu modo de viver ligado à paisagem, aos animais, às plantas, aos rios e às constelações. São registros de um modo de vida. Existem hiatos nessa história de 11.000 anos da ocupação do Brasil Central, que não nos permitem afirmar que os povos indígenas que viveram o período colonial fossem descendentes desses povos que deixaram suas marcas pela região, mas os povos indígenas do Cerrado “são o resultado final de um longo processo de experimentação, coleta, cultivo e domesticação, desenvolvimento e empréstimo de técnicas e ajustamento da sociedade” (BARBOSA, 1995:189).

Quando os colonizadores chegaram no Brasil Central, etnias como os Xavante, Krahôns, Xerentes, Xacriabás, Karajas, Avá-Canoeiros, entre outras, ocupavam o Cerrado. A ocupação do Goiás no final do século XVIII pelos bandeirantes foi relativamente recente em comparação a outras regiões. No contato com os bandeirantes, os povos indígenas sofreram com uma diminuição violenta da população provocada por guerras, doenças e escravidão. Os povos indígenas sofreram e sofrem desde a chegada dos portugueses ao Brasil, e foram obrigados a sobreviver algo nunca enfrentado: os três séculos de expansão colonial que chegaram ao centro do Brasil.

Dissertando sobre a política indigenista do Goiás no período de 1720 a 1889, Manuela Carneiro da Cunha (1992) diz que o ideal da política indigenista no Goiás no final do século XVIII “era livrar a capitania dos índios não assimilados e ao mesmo tempo trazê-los para debaixo da autoridade da Igreja e do Estado como “filhos” e leais vassalos dos monarcas portugueses” (CUNHA, 1992:397). As autoridades paternalistas liberavam em seu discurso a morte deliberada dos povos que não se “assimilassem”, dando poder aos bandeirantes e colonos que “procuravam “desinfetar” a capitania daqueles que chamavam de “feras” e escravizar suas mulheres e filhos” (CUNHA, 1992:idem).

Foi no século XVIII que se iniciou a fixação das bandeiras no território, integrando-o à Coroa Portuguesa. Essa ocupação se deu principalmente pela busca de minérios e pedras preciosas, principalmente o ouro, e por indígenas para mão de obra escrava. É preciso pontuar que a sociedade colonial não se fundava no princípio de igualdade, mas sim no de direitos diferentes para grupos distintos. No período colonial no Brasil, havia uma diferença principal entre livres e escravizados. A mineração, assim como outras atividades produtivas que ocorreram no Brasil colonial, foi uma economia baseada no trabalho forçado de indígenas e negros escravizados.

Por volta de 1722, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, escolhe a cabeceira do Rio Vermelho e fixa-se ali, criando o arraial de Sant’Anna, que se tornou Vila Boa de Goiás. O arraial foi fixado ali, pois encontraram ouro de aluvião no Rio Vermelho e deram início ao processo de mineração no rio. Nos vinte anos seguintes, as bandeiras percorreram o território do Goiás atrás de ouro e índios, se fixando em arraiais e vilas. Os negros e seus descendentes constituíram a maior parte da população nas capitanias das minas. De acordo com Palacin (1994), os primeiros dados sobre população do Goiás são de 1736, dez anos após o início da mineração. Nesse período havia em Goiás mais de dez mil negros adultos escravizados e eles deviam constituir mais da metade da população, tirando os povos nativos que viviam na região.



Até 1734 a região das minas de *Goyases* estava sob à jurisdição da capitania de São Paulo e foi em 1744 que foi criada a capitania de Goiás. Vila Boa de Goiás se tornou a capital da capitania. Os limites da nova capitania (fig. 15) estavam associados ao resguardo das jazidas já descobertas. Como as jazidas eram distantes e os poucos núcleos urbanos também, os limites foram demarcados pelos rios (ESTEAM, 1997). O limite compreendia “ao norte as bacias do Tocantins/Araguaia e ao sul as bacias do Paranaíba/Grande e esteve caracterizado pela imensidão de terras de planalto e pela condição de fronteira aberta à penetração face ausência de obstáculos naturais” (ESTEAM, 1997:13). Por ser um grande território com muitas fronteiras, havia diferentes interesses sub-regionais. Seu tamanho também gerava dificuldades para a coroa portuguesa, pois se tornava difícil o controle da saída do ouro e, conseqüentemente, da cobrança do quinto. Como diz Esteam

As divisas "naturais" da capitania - os rios - menos que marcos de divisão, constituíram pontos de atração entre as populações ribeirinhas. Paulatinamente Goiás tornou-se *locus* de entrelaçamento e convivência de comunidades fronteiriças principalmente da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais. O território foi se transformando em amostra das fronteiras internas da colônia, evidenciando diversidade de populações e acarretando divergências nos interesses sub-regionais. Uma das mais significativas dificuldades da coroa lusitana foi o controle das saídas e entradas naquelas minas. Em vista disto, suas vias de escoamento - mesmo antes da separação da capitania de São Paulo - foram restritas a um único caminho: a antiga rota das bandeiras de São Paulo posteriormente consagrada como a "picada de Goiás". (ESTEAM, 1997, 13)



Figura 19 - Mapa dos limites da capitania de Goiás. Fonte: Mapoteca do Itamaraty. 1750



A exploração do ouro no Brasil era a preferência para as autoridades portuguesas, que criaram uma hierarquia na produção, fazendo com que territórios de minas se dedicassem quase exclusivamente à produção de ouro. As regiões de minas eram “uma espécie de colônia dentro da colônia: um território dependente economicamente dos produtores e dos comerciantes da Bahia, do Rio e de São Paulo” (PALACIN, 1994:16), pois grande parte dos alimentos e objetos das cidades vinham das capitanias da costa.

Essa preferência fez com que nos primeiros cinquenta anos da exploração do ouro houvesse pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária no Goiás, porém “o grande distanciamento e a decorrente dificuldade de abastecimento fizeram com que lavoura e pecuária coexistissem com a extração metalífera servindo de amortecedores para as crises” (ESTEVAM, 1997: 17). Apesar disso a lavoura e a pecuária não tinham um impacto econômico nos produtos de exportação, mas possibilitavam um subsistema dos moradores dos arraiais e das vilas.

Durante a primeira metade do século XVIII, houveram três zonas povoadas com vilas e arraiais: a zona centro-sul: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Vila Boa (Cidade de Goiás) e alguns outros arraiais; a zona da região do Tocantins: Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Moquém, entre outros; e a zona norte, entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia: Arraiais, Cavalcante, Porto Real (Porto Nacional). O povoamento do Goiás foi em grande parte ligado à atividade mineira, o que fez com que o povoamento tenha sido irregular e instável (PALACÍN, 1994).

Esse período de povoamento, que fundou cidades e vilas, foi um momento de forte migração para o Goiás e, conseqüentemente, de embate entre bandeirantes mineradores e povos indígenas. A ocupação branca no Goiás se relaciona diretamente com a redução da população indígena da região, pois, como dito anteriormente, o objetivo oficial das bandeiras era “pacificar” os índios e descobrir novas minas (CUNHA, 1992). A “pacificação” consistia em colocar os índios em aldeias controladas por militares e pelas missões religiosas. Assim, “os presídios militares, os aldeamentos, as missões religiosas foram as ações concretas na conquista do território” (LIMA, 2010:137). Manuela Carneiro da Cunha (1994) comenta que

Na década de 1750, reformadores pombalinos e autoridades portuguesas enviavam diretores leigos para às aldeias e encorajaram os índios a praticar a agricultura, a coleta de frutos silvestres e o comércio nas cidades, mas o sistema não alcançou seus objetivos em Goiás: os índios resistiram ao trabalho forçado do sistema do Diretório (1757-98), fugiram para o mato e recomeçaram a atacar o gado, as fazendas na fronteira e as cidades mineiras. Como resposta, os governadores autorizaram a organização de expedições para mover guerras de conquista em regiões “infestadas com índios hostis”. (CUNHA, 1992: 398)

No período de 1780-1822 houve uma tentativa de conquista de novas terras, ocupadas por indígenas, a fim de encontrar novas riquezas minerais. Ao passo que não se encontravam novas jazidas de ouro, a exploração mineral entrava em decadência, o que acarretou a redução da população mineira. Muitos migraram para outras regiões, vilas e cidades foram abandonadas, e os que permaneceram na capitania começaram a dedicar-se à criação de gado e atividades agropecuárias. Essas novas atividades requeriam grandes extensões de terra, empreendimentos governamentais e mão de obra. Assim, “a política oficial concentrou-se em novos esforços de desenvolvimento destinados a povoar Goiás com trabalhadores agrícolas indígenas” (CUNHA, 1992: 398), ou seja, trabalhadores indígenas escravizados.

A decadência da mineração no final do século XVIII e no início do século XIX fez com que aglomerados urbanos estagnassem seus crescimentos, quando não se esvaziaram. A decadência modificou o perfil da população mineira. A população branca abandonava os arraiais em decadência e concentrava-se nos núcleos urbanos, como Vila Boa e Meia Ponte, enquanto isso a população escravizada reduzia-se. De acordo com Palacin (1994), em 1745 foram 120 negros alforriados, quando o número total de escravizados era por volta de onze mil, mas nos dados de 1804, o número de negros livres era por volta de 7.936, cerca de 28% da população negra da época. Nesse mesmo período, os considerados mulatos somavam cerca de quinze mil pessoas, cerca de 50% da população livre. Assim, negros livres e mulatos constituíam cerca 77% da população livre de Goiás (PALACIN, 1994; ESTEVAM, 1997). De acordo com Estevam, “tudo indica que no vagaroso esgotamento da mineração grande números de escravos teve sua liberdade consentida” (ESTEVAM, 1997: 29). A liberdade era consentida, pois com a decadência da mineração a manutenção da máquina escravocrata era onerosa para os mineradores, assim sucateava-se a máquina.

Nos primeiros anos da decadência aurífera, por volta de 1780, a população crescia continuamente (PALACIN, 1979 [1927]): “o negócio aurífero em crise e a população crescendo apontam que lavoura e pecuária forneciam possibilidade de exploração não somente complementar, mas de pura sobrevivência em Goiás” (ESTEVAN, 1997: 17). Porém, entre 1790 e 1810 houve uma diminuição da população: muitos abandonaram a capitania com o acentuamento da decadência da mineração (PALACIN, *idem*). Na passagem para o século XIX, as regiões auríferas estavam em plena decadência. Como coloca Estevam

Em Goiás, o "colapso final" da mineração não foi inesperado - pois já se anunciara a partir da metade do século XVIII - tampouco súbito, pois perdeu por mais de meio século [...]. A queda do rendimento nas minas goianas prolongou-se de forma vagarosa, mas constante. A partir de 1778 a baixa na produção foi alarmante, embora a diminuição do rendimento-homem já se insinuasse desde décadas anteriores. Em 1779, pela primeira vez o quinto não alcançou as quinze arrobas e daí por diante foi decaindo irrecuperavelmente. No final do século, o

quinto oscilava em torno de 6 arrobas quando uma falsa euforia alimentou, mais uma vez, o sonho dos mineradores em Goiás: em plena decadência, a partir de 1809, explorou-se febrilmente minas em Anicuns, localidade bem próxima da capital. As mais animadoras esperanças foram depositadas no empreendimento. Contudo, foram tão rapidamente desfeitas que em 1820 a mineração em Anicuns consistia apenas vaga lembrança e o quinto não atingiu sequer uma arroba na capitania. (ESTEVAM, 1997: 26).

Na segunda década do século XIX, a população do Goiás voltava a crescer, não mais por conta do extrativismo mineral, mas sim por conta do crescimento das lavouras e pecuárias. A lavoura e a pecuária coexistiam com a mineração desde antes da decadência aurífera. Essas atividades complementares eram indispensáveis para a continuidade da mineração. As produções eram, na maioria das vezes, para o autoconsumo dos habitantes das regiões mineiras. A decadência aurífera fez com que as atividades rurais crescessem, assim, mesmo que tenha sido uma mudança lenta. A exploração das atividades rurais substituiu a mineração (ESTEVAM, 1997).

Esse momento de transição da mineração para a economia agrária fez com que houvesse uma guinada da população urbana para uma população rural. Em 1822, com o processo de Independência do Brasil, a capitania de Goiás se tornou uma província, porém não houve fortes mudanças na realidade socioeconômica da nova província. As mudanças foram em grande parte políticas e administrativas. O investimento do governo nas atividades agropecuárias fomentou uma nova migração para o Goiás no final do século XIX e começo do século XX. A província recebeu migrantes da Bahia, do Grão-Pará, Maranhão e Minas Gerais. Essa migração fomentou a criação de novos núcleos urbanos, não mais regidos pela mineração, mas sim pelas atividades agrícolas e de pecuária. Em 1889, com a Proclamação da República, Goiás se tornou um estado, mas novamente não houve grandes mudanças socioeconômicas. A população ainda era majoritariamente rural e isolada dos meios de comunicação, e não havia grandes centros urbanos nos moldes republicanos. Como coloca Palacin:

A população do estado aumentava rapidamente. O censo de 1900 indicou para Goiás uma população de 255.284 habitantes; o de 1920 registrou 511.919, o que parece excessivo, devendo atribuir-se à imprecisão do censo. [...] O censo de 1920 não fez ainda a distinção entre população rural e urbana, não havendo, portanto, dados concretos sobre este aspecto da população; é quase certo, contudo, que o índice de ruralidade não devia ser inferior a 90%. (PALACIN, 1994:91)

A economia do Goiás no século XX girava em torno da criação de gado e da agricultura. Essa produção era quase somente para a subsistência e consumo local, sendo o gado o produto de maior exportação e maior arrecadação do estado. Segundo Palacin

Nestas circunstâncias de carência de comunicações e de ausência de centros urbanos, a economia era quase exclusivamente de subsistência e a produção era local e para o consumo, sendo muito pequeno o comércio interno e a circulação monetária. A grande massa da população trabalhava na agricultura: 110.220 pessoas, em 1920, segundo o censo, frente a 6.995 na pecuária [...]. Entre 1889 e 1932, Goiás exportou 3.690.372 cabeças de gado; em 1928, ano de maior exportação, 154.229 cabeças. (PALACIN, 1994:92)

Na década de 1930, com os ideais de “progresso” republicano, foi aprovada a mudança da capital para uma nova sede construída de acordo com os moldes republicanos, a atual capital, Goiânia. A mudança da capital e a “Marcha para o Oeste”, campanha do governo do federal para povoar o interior do Brasil fomentaram novamente uma leva migratória para o Goiás. No censo de 1940 foi feita a distinção entre população urbana e população rural, mostrando que 85,4% da população ainda vivia nas zonas rurais. No censo Demográfico de 1970 53,89% da população do Goiás vivia na zona rural. Foi em 1980 que houve uma inversão, em que 67,29% vivia em centros urbanos. No último censo do IBGE, de 2010, o Goiás contava com 6.003.788 pessoas e somente 10% viviam no campo. O modelo da atividade agrícola e da pecuária requer pouca mão de obra e muito espaço. A baixa taxa de empregos, o desenvolvimento das monoculturas e das expansões dos latifúndios forçaram os pequenos produtores a saírem de suas regiões.

### ***A mineração de ouro em Goiás***

Houve dois tipos de jazidas exploradas no Goiás: as jazidas sedimentares de ouro de aluvião e as formações rochosas com veios de ouro (PALACIN, 1994). Cada jazida exigia uma forma diferente de mineração.

A mineração das jazidas sedimentares, também chamadas de “mineração de cascalho”, consistia em retirar o cascalho depositado no fundo dos rios e peneirá-lo na bateia, separando o ouro da areia. A bateia, instrumento utilizado nesse tipo de mineração, tem um fundo em formato cônico, o que possibilita que o ouro, mais pesado que a areia, se acumule no fundo. Muitas vezes o cascalho está coberto por outras camadas sedimentares, assim é necessário desviar ou secar a corrente de água, ou retirar o cascalho superior da água. Após a retirada do cascalho, se fazia uma lavagem. Esta operação consistia em agitar o cascalho na bateia numa corrente de água. A “mineração de cascalho” foi a mais praticada no Goiás, por ser mais barata, mas principalmente por depender de técnicas e de tecnologias manuais.

O outro tipo de exploração de jazidas auríferas era a mineração de morro. Esta exploração era praticada de duas formas: a “mineração de mina” que consistia em abrir túneis e galerias no morro; e a mineração de “talho aberto” que cortava a montanha perpendicularmente. A mineração de mina foi a mais explorada no Goiás no século XVIII a

XIX, enquanto a de talho aberto (que era muito mais custosa do que a mineração de mina), quase não foi aplicada no Goiás. Talvez por não haver grandes jazidas em morros como em Minas Gerais, ou então por falta de capital investido, ou por falta de interesse. A mineração de mina dependia de muito menos capital, mas dependia de muita mão de obra para a escavação e retirada e lavagem da terra, a fim de separar o ouro.

Como não havia muitos registros das produções das lavras, não é possível dizer com certeza quanto de ouro foi produzido no Goiás. Porém, pode-se supor a partir do quinto. O quinto era uma forma de imposto que o governo português impunha aos mineradores. Palacin supõe que “suprindo os anos que faltam pelos dados conhecidos, podemos afirmar que o quinto, nos 100 anos que vão até a independência, subiu aproximadamente a 20.000 kg, sendo, portanto, a produção declarada de 100.000 kg” (PALACIN, 1994: 20). Esse valor não conta com muita certeza, pois o quinto não foi cobrado da mesma forma durante todo o período aurífero: não era pago por quem não ia nas Casas de Fundição, havia poucos registros e havia um grande contrabando.

### *A Microrregião da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional*

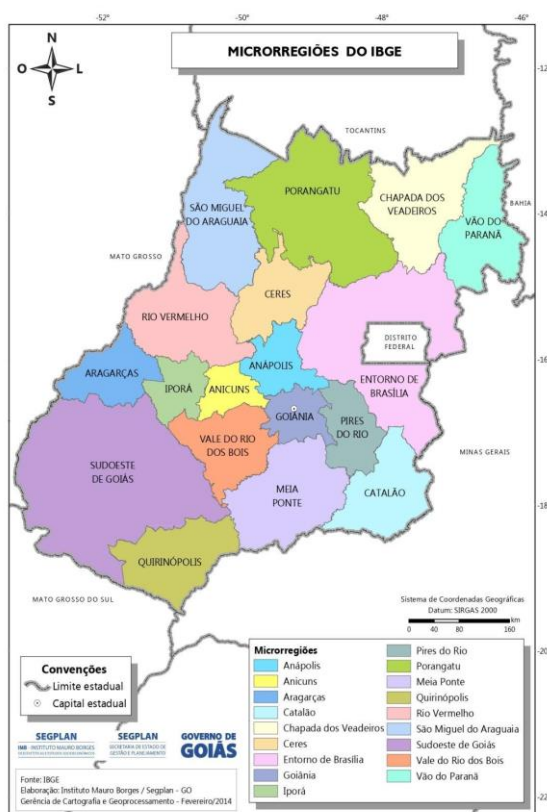


Figura 20 - Microrregiões do estado do Goiás. Fonte: IBGE. 2014

A microrregião da Chapada dos Veadeiros é visada pela exploração de minerais desde 1740, quando foi fundado o arraial de Cavalcante, hoje município. No primeiro momento, os

bandeirantes que haviam fundado o arraial exploravam o ouro de aluvião, usando mão de obra escravizada negra e indígena. Com o declínio da exploração aurífera, Cavalcante teve uma redução populacional e começou a dar preferência para a plantação de trigo e a criação de gado.

Com a criação de Cavalcante, veio também a criação de Veadeiros, um pequeno núcleo de colonização. No século XVIII, Veadeiros não explorava o ouro, mas desenvolvia atividades agrícolas e a pecuária para atender as demandas de Cavalcante. Com o declínio da exploração do ouro, Veadeiros continuou com a agricultura e a pecuária, investindo principalmente na plantação de trigo e na criação de bois para exportação.

Já no século XX, deu-se início a um novo processo de exploração mineral na região da Chapada dos Veadeiros: começava a mineração de quartzo, também chamado de cristal de rocha. O quartzo era usado para a manufatura de bombas, lupas, rádios e outros instrumentos. Por volta de 1912 se cria a Baixa dos Veadeiros, uma *corrutela*, vila, de garimpeiros de quartzo. No mesmo período outras *corrutelas* surgiram, criando um fluxo de migração para a região da Chapada dos Veadeiros. Sobre o povoamento da região Silveira (1997) conta que

O povoamento da Baixa dos Veadeiros deu-se em função de um mineral então pouco conhecido: o cristal de rocha. Ele começava a ser explorado em larga escala ao sul de Goiás, onde originou-se a cidade de Cristalina. Até o final da década de 30, quando a pedra por suas propriedades tornou-se matéria-prima da indústria elétrica, pouco se sabe. Ao lado das jazidas de cristal da Chapada surgiam acampamentos. A importância de algumas jazidas levava a fixação de garimpeiros, principalmente famílias. Estes lugares transformavam-se então nas chamadas *corrutelas*, pequenas vilas que deram origem a várias cidades de Goiás. (SILVEIRA, 1997: 8)

O Brasil tornou-se um dos maiores exportadores de quartzo (GUZZO, 2008), até a popularização do quartzo sintético na década de 1940/50, o que reduziu o valor do quilo do mineral. Mais tarde, por volta da década de 1960, a expansão do turismo místico e religioso na região trouxe de volta o interesse pelos cristais de quartzo, aumentando o valor do mineral e do garimpo.

Na década de 1950 é instalada na região a Fazenda Bona Espero, uma escola ligada ao esperantismo. Dava-se início ao movimento esotérico e espiritual na região, que trouxe uma migração ligada a ideais alternativos e religiosos. Em 1953, Veadeiros emancipa-se de Cavalcante e se torna município, e dez anos depois muda de nome, se tornando Alto Paraíso de Goiás. A Baixa dos Veadeiros também mudou de nome na década de 50, homenageando São Jorge, como conta Silveira no seguinte trecho.

O padre Beno Bakermans, holandês, desde 1958 na Chapada, conta-nos que os garimpeiros arranjaram uma imagem de São Jorge e por iniciativa de Severiano da Silva Pires batizou-se com este nome a localidade, que antes, e até hoje na palavra de alguns, era simplesmente a

Baixa. Esta mudança encontra-se no livro de registros da paróquia, pela primeira vez, no ano de 1954. (SILVEIRA, 1997: 8)

Em 1961 foi criado, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, o Parque Nacional do Tocantins, atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O nome Parque do Tocantins foi escolhido por conta dos rios formadores do rio Tocantins estarem nas delimitações do Parque. Inicialmente o Parque chegava a ter 625 mil ha, e abrigava dentro de sua área *corrutelas* e garimpos como a Baixa dos Veadeiros (OLIVEIRA 2009) e o Garimpão, e também tomou parte das fazendas da região.

A razão de sua criação, de acordo com o Decreto nº 49.875, de 1961, era a proteção de sua beleza natural, de seus recursos hídricos, da fauna e flora específicas do Cerrado. Durante seu processo de criação foi sugestionado pela Fundação Coimbra Bueno, por meio de uma carta enviada ao então presidente Juscelino Kubitschek em 04/10/60, que se criasse um PARNA com o nome Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com a finalidade de preservar as belezas do Cerrado naquela região. Além disso, a Fundação propôs que fosse criado também uma cidade que abrigasse a sede da Organização das Nações Unidas (MELO, 1999:29)

Criado a partir de um princípio preservacionista para ser uma UCs de proteção integral, a administração do PARNA deveria retirar todos os moradores da região, fazendo as devidas desapropriações de terra, sem consulta prévia das pessoas que moravam ali. No Decreto nº 49.875, chamado Decreto de Criação, essa medida se vê presente no seguinte artigo:

Art 3º Fica o Ministério da Agricultura, por intermédio do Serviço Florestal, autorizado a entrar em entendimento com o Govêrno do Estado de Goiás, demais entidades e pessoas, para promover e receber doações ou desapropriações, das áreas necessárias à instalação do "Parque Nacional do Tocantins". (DECRETO Nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961)

Onze anos após o Decreto de Criação, houve uma redução na área total do Parque. O Decreto nº 70.492, de 1972, renomeou o parque para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNVC) e redelimitou a área para 171.924,54 ha. Segundo o ICMBio, na página oficial do PNCV<sup>8</sup>, o Ministério da Agricultura (responsável pelo Parque na época) justificou a redução por problemas socioeconômicos na região decorrente da criação do Parque.

No entanto, sugerimos um reexame da aérea na parte da Chapada dos Veadeiros, em vista do problema econômico e social advindo da criação do Parque, sem a devida aquisição de terras. Isso vem acarretando a diminuição das atividades agropecuárias e mineiras, tornando difícil a

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomasbrasil/brasil/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2081-parna-da-chapada-dos-veadeiros>> Acessado em: maio de 2019.



vida da população rural e a sobrevivência econômica do município de Alto Paraíso, hoje reduzido a área da cidade pelo decreto de criação do Parque. (ICMBio, 2013).

Em 1981, o Decreto nº 86.173 reduziu mais uma vez a área do Parque, que foi de 171.924,54 ha para 65, 5 mil ha. A justificativa naquele momento era a expansão agrícola que ocorria no Goiás com o Projeto “Agropecuários Alto Paraíso”, apresentado pelo Governo do Estado. O projeto pedia a redução para a construção da rodovia GO-239, ligando Alto Paraíso a Vila de São Jorge, passando pelo Morro da Baleia e o Morro do Buracão. Após a construção da rodovia em 1986, houve um aumento do fluxo do turismo na região, principalmente vindo de moradores de Brasília. Esse turismo foi cada vez mais se amplificando na década de 1990 (MELO, 1999: 35).

Em 1990, com o Decreto nº 99.279, o IBAMA ficou responsável de processar desapropriações de terras delimitadas na área do PNCV. Porém, de acordo com Seu Dedé, foram poucos que receberam indenização pelas terras desapropriadas. No ano de 1991 o PNCV foi fechado afim de se realizar mudanças, pois afirmavam que o “Parque não tinha condições para receber o crescente fluxo turístico” (MELO, 1999: 37). É neste ano também que Seu Dedé, ex-garimpeiro da região, se lembra de terem sido ofertados cursos sobre preservação ambiental e de formação de guias locais.

A Chapada antigamente era deixada. Aí o povo começou pegar, né. E aí tinha muita gente que morava dentro do parque nacional. Os turistas, vinha acampava dentro do parque. Acampava lá na corredeiras, acampava lá e ficava tranquilo. Aí quando is embora, largava duas, três caminhonetes de lixo dentro do parque. O pessoal pegou lá embaixo, as trouxa de lixo, levou pro povo do IBAMA, né. Mostrou para eles. Os moradores que tinha na beira do rio. Aí ele [Adílio] falou: “não, tem um jeito. Nós vamos ter de ver se tira esse povo de acampar e tirar também os garimpeiros, de garimpar dentro do Parque. E para nós tirar os garimpeiros, nós tem que tirar o povo de acampar dentro do parque também, Nacional. Porque senão não pode tirar os garimpeiros”. Antes eles [IBAMA] tirava nós, nós voltava. Tirava nós, nós voltava. O povo lá apelou com o Adílio, aí ele teve de correr atrás. Buscou recursos, e voltou. Quando ele voltou, ele voltou com essa proposta: de tirar os garimpeiros de dentro do garimpo, da região da área do parque e tirar também o pessoal de acampar dentro do parque. Já recomendou o pessoal fazer camping de fundo de quintal, fazer mais mais alojamento, mais pensão, mais hotel, né, para dormir. (Entrevista com Seu Dedé, junho de 2019)

A abertura do Parque se deu após a adoção de algumas medidas, como: a nomeação do Dr. Adílio Valadão de Miranda para chefia do Parque, e de mais três auxiliares administrativos; a elaboração do documento “Orientações Básicas ao Manejo do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros - GO”, que caracterizava os aspectos bióticos e abióticos da área, as normas para o gerenciamento e manejo, e um programa de ação integrada com as comunidades do entorno, visitantes e o Parque; a realização do “Treinamento para Condução de Visitantes junto ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO” (MELO, 1999: 37).

Esse treinamento orientou aqueles que fizeram o curso a conduzir visitantes, de acordo com os ideais do Parque.

Seu Dedé, Varlei e Tila me contaram sobre alguns conflitos desde a implementação do PNCV. O principal conflito pontuado era advindo do fato de que dentro da primeira área delimitada para o Parque, estavam inseridos as *corrutelas*, os garimpos, as roças, as casas, as *cratas*, e o povo que vivia ali. Além disso, com a implementação do Parque o garimpo de cristal foi proibido, e os garimpeiros ficaram desamparados, sem poderem continuar extraindo cristal, plantas medicinais ou caçando dentro dos limites que antes eram seus territórios.

As ações tomadas pelo governo federal feriram um modo de vida, sem nenhum tipo de consulta com o povo que vivia ali. Essas ações autoritárias parecem ter criado conflitos entre a população local, principalmente em relação ao funcionamento do PNCV. O conflito da existência do modo de vida garimpeiro e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, aparece no seguinte trecho de uma fala de Tila.

Na época, como o IBAMA, tinha proibido nós garimpar, então os mais velhos ficaram muito com raiva. Falaram “gente agora vocês vão ser funcionários do IBAMA, e o IBAMA tirou nós do garimpo, como que vocês faz isso”. Como tirou não tem volta mais. Ou a gente aceita partir pra um, novo modelo de vida, ou se muda de São Jorge. (Entrevista com Tila, junho de 2019)

Porém os cursos continuaram sendo oferecidos, e mais pessoas da comunidade fizeram, se tornando condutores. Foram abertos restaurantes, dormitórios e campings na vila. As medidas tomadas pela direção do PNCV e as medidas tomadas pela comunidade chegavam num ponto em comum, a necessidade de associar o ideal de conservação do parque com a geração de benefícios econômicos para a população.

Em 2017, a partir do Decreto de 5.6.2017 a área do Parque foi ampliada para 240.611 há (fig. 17), com os objetivos de aumentar a representatividade de ambientes protegidos; garantir a perenidade dos serviços ecossistêmicos; contribuir para a estabilidade ambiental da região onde se insere, e proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico.

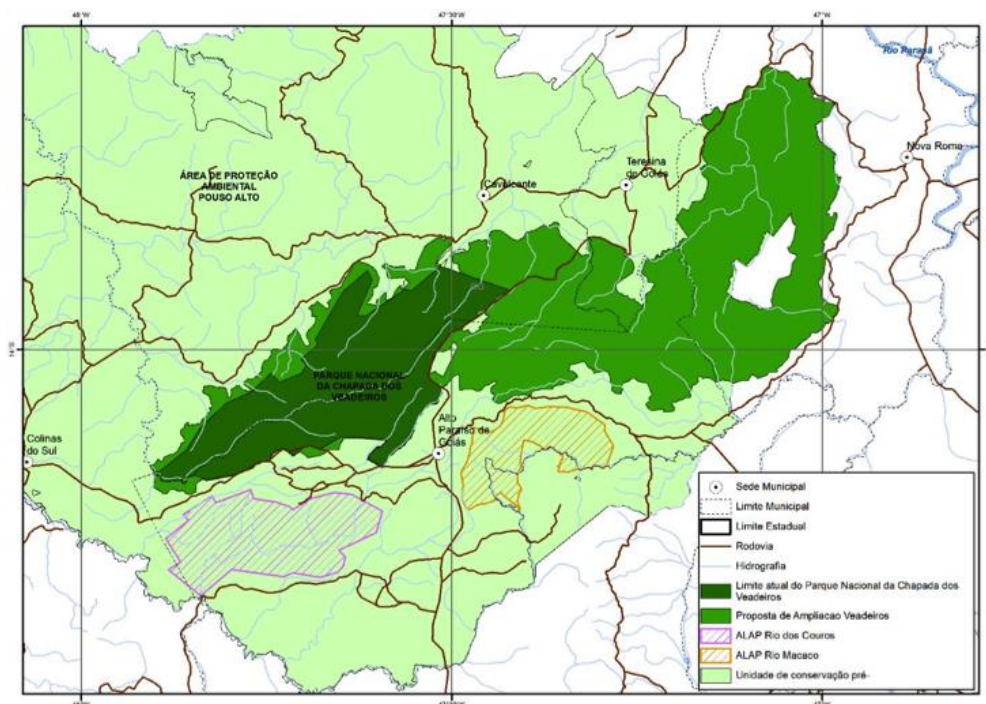


Figura 21 - Mapa da proposta de ampliação do PNCV, realizado em reunião do MMA/SBF em 11 de novembro de 2016. Fonte Instituto Espinhaço<sup>9</sup>

<sup>9</sup> É importante colocar que mesmo com a ata da reunião, não consegui encontrar um mapa realizado pelos membros da reunião, nem pelo órgão responsável, no caso MMA. Sendo este mapa do Instituto Espinhaço: <http://www.institutoespinhaco.org.br/blog/amplia-campanha-nacional-para-ampliacao-do-parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros/> Acessado em fevereiro de 2020.

## **CAPÍTULO II - “Eles vieram atrás do cristal”: uma análise sobre as famílias garimpeiras e o conhecimento do povo garimpeiro de cristal da Chapada dos Veadeiros**

O casamento entre estranhos é um progresso social (porque integra grupos mais vastos), mas é também uma aventura. (LEVI-STRAUSS, 1982, p.88)

No início do século XX, o quartzo, conhecido como cristal de rocha, começou a ser explorado na região da Chapada dos Veadeiros. O ano de 1912 é recorrentemente referido para o início da exploração mineral na região, dando destaque para a região da Baixa dos Veadeiros, atual Vila de São Jorge, e seus arredores. Mesmo sem documentos da época, o ano de 1912 é reconhecido pelos moradores como o ano em que o garimpo de cristal de rocha começou, e em que foram criadas as primeiras *corrutelas da região*. *Corrutelas* são pequenas vilas de famílias garimpeiras, que se posicionavam próximas aos garimpos possibilitando a produção de roças e outros cultivos, e a criação de animais. De acordo com Silveira (1997), foi em 1912 que “encontraram grandes quantidades de quartzo pelo território de São Jorge, na jazida que ganhou nome de Garimpão” (p.9), jazida que se tornou uma *corrutela* e hoje está localizada dentro do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.

Aparentemente, houveram migrações do interior da Bahia, de Minas e de outras regiões do Goiás para as *corrutelas*. Alguns vieram com suas famílias já formadas, outros casaram-se com outros migrantes, outros se juntaram com os locais que moravam pela região de Alto Paraíso e Cavalcante. Não existem muitos documentos sobre as migrações do começo do século XX, porém existem os descendentes daqueles que vieram, e estes ainda estão vivos para contar as histórias de suas famílias.

O garimpo de quartzo é diferente de outros tipos de garimpo, como o de ouro e diamante. Para se retirar o quartzo é necessário um processo manual, pois o uso de dinamite pode quebrar os cristais. Assim, os garimpeiros de quartzo trabalhavam com suas picaretas, ranhetas, pás, martelos e enxadas tirando os cristais manualmente. Além disso, pude perceber tanto em documentos históricos, quanto nas falas de meus interlocutores, que o garimpo de quartzo na Chapada dos Veadeiros foi uma atividade familiar, em que todos os indivíduos de uma família estão de algum modo ligados à prática do garimpo.

É preciso pontuar que o garimpo não era a única atividade produtiva dessas famílias garimpeiras. Durante meu trabalho de campo, percebi que a agricultura era uma atividade importante para a manutenção das *corrutelas*, assim como a caça, a pesca e a colheita de plantas alimentícias e medicinais. Essa multiplicidade de atividades, o garimpo, a caça, a coleta e um certo manejo de plantas, me fizeram perceber um sistema de pluriatividade

(FRANCESCO et al., 2017), que possibilitou a permanência desses grupos familiares no território que se assentaram.

A pluriatividade mostra como “diferentes atividades extrativistas ocuparam uma centralidade na composição da economia familiar” (FRANCESCO et al., 2017: 49). Francesco e colaboradoras (2017) dão um exemplo de pluriatividade na Volta Grande do Xingu (PA), em relação à mudança entre diversas atividades, como um garimpo de ouro que desativou um seringal, e que com a queda do ouro a pesca de peixes ornamentais se tornou a grande atividade econômica. Porém, as famílias não deixaram de exercer outras atividades. Como é colocado pelas autoras

É interessante notar que há uma convergência nas narrativas que apontam para meados da década de 1980 como o fim da exploração da borracha e o início da exploração do ouro na Volta Grande do Xingu, bem como “tornar-se pescador”. Cabe chamar atenção, todavia, para o fato de que *estas narrativas priorizam o produto hegemônico do ponto de vista do mercado. Não que ele fosse o único ou suficiente para a sua reprodução*. A pesca, a agricultura e mesmo o extrativismo de outros produtos permaneciam ali na retaguarda da reprodução, fazendo valer a pluriatividade, característica estruturante deste campesinato (FRANCESCO et al., 2017: 48).

Assim como o exemplo dado pelas autoras, os garimpeiros de quartzo na Chapada dos Veadeiros exerciam diferentes atividades agrícolas e extrativistas que mantinham a base da economia doméstica, não deixando o grupo falir caso o quartzo, que era o produto hegemônico da época, perdesse valor no mercado. Porém, pelas minhas entrevistas entendi que não eram todos que exerciam atividades agrícolas. Em São Jorge grande parte das pessoas mexiam com o garimpo, tinham suas pequenas plantações e coletavam plantas do Cerrado. Como colocado por Tila “[Em São Jorge] todo mundo era garimpeiro, que a única atividade era o garimpo. Aí, quem morava aos redores mexia com agricultura” (junho de 2019).

As histórias de vida de cada interlocutor me fizeram perceber que a pluriatividade pudesse ser algo doméstico, de algumas famílias, porém mesmo que não houvesse atividades agrícolas em São Jorge, Tila me contou que sempre buscava remédio no mato, e que tinha algumas plantinhas, ou seja, havia uma pequena produção e um extrativismo de outras plantas. Talvez o termo agricultura remeta a algo maior do que as hortas caseiras, criando uma noção de que grandes produções é agricultura, e pequenas produções não. Porém, essa é uma análise em que percebo informações, que ao meu ver, são contraditórias, mas que precisaria mais estudos e perguntas direcionadas para como era a plantação agrícola na região antigamente. Por esse motivo, fica a dúvida se a pluriatividade seja uma característica geral, mesmo que não homogênea, deste povo que chamo de povo garimpeiro, ou se ela é uma característica de algumas famílias garimpeiras, ou de algumas *corrutelas*.

Apesar da importância do quartzo na indústria mundial, seu preço era instável, o que fez com que o garimpo fosse oscilante durante o século XX (SILVEIRA, 1997; BOMFIM, 2004; OLIVEIRA, 2009). Essa instabilidade do preço do cristal e, consequentemente do garimpo, possibilitaram que eu separasse, a partir do trabalho de Silveira (1997) e das histórias dos meus interlocutores, a exploração do cristal em três fases.

De 1912 a 1950, classifico como a primeira fase do garimpo de cristal, momento em que houve uma grande migração para a região. No Plano de Manejo do PNCV, feito em 2009, é citado um garimpeiro que publicou um livro com suas memórias, afim de divulgar aos novos moradores e turistas o que aconteceu na região outrora. Nesse livro<sup>10</sup>, o autor conta sobre os locais entre o Rio Preto e o Tocantins, onde se iniciaram as primeiras buscas aos cristais em 1911. Em 1912, houve a exploração de jazidas maiores após o primeiro salto do Rio Preto, no garimpo do Garimpão (ICMBIO, 2009: 90). A partir daí compradores de pedras, exportadores e faisqueiros vieram para a região. De acordo com o autor, o Garimpão chegou a sustentar entre cinco a dez mil pessoas (ICMBIO, 2009: 90). Ele comenta que muitos garimpeiros vieram somente para *bamburrar*, e não se estabeleciam pela região, porém alguns formaram roças, criaram animais, e assim foram formando as *corrutelas* nos garimpos. As *corrutelas* do garimpo da Santana, Buritirama, Raizama e Pequizeiro foram formadas por volta de 1935. No início da década de 1940, temos a formação dos garimpos, e das *corrutelas*, do Silêncio, Segredo, Boa Sorte, Estiva e Fiandeiras.

Durante esse período, a exploração buscava peças inteiras de cristal, que fossem transparentes, cristalinas. Esse tipo de cristal é o quartzo hialino, chamado pelos garimpeiros de cristal de rocha puro. Esse tipo de cristal, era usado para a produção de relógios, vidros, rádios, entre outras ferramentas, e por isso foi muito exportado por conta de sua importância na indústria mundial. Silveira (1997) pontua que a Segunda Guerra Mundial e o crescimento da indústria bélica criaram uma grande demanda de quartzo hialino, para a fabricação de sonares, transmissores de rádio, telegrafia, etc. O autor traz o relato de Rodolfo Venceslau de Almeida, baiano que chegou em 1941 em São Jorge.

Isto aqui era um invento danado. Era Baixa, Garimpão, Varginha, Pedrão, Santana, Estiva. Aquilo ali era gente como o diabo. Mas quando foi, deixa eu vê... dezenove, não, nove de maio de 1945 que terminou a guerra, o cristal fracassou, acabou, não ficou valendo nada. Aí agora o povo foi espiticando, espiticando... ficou algum, trabalhava aqui na frente do São Miguel (rio), que trabalhava aí num pedacinho de roça e sempre no garimpo (SILVEIRA, 1997: 10).

---

<sup>10</sup> É necessário pontuar que a referência dada pelo Plano de Manejo é Oliveira (2005), porém não encontrei nas referências bibliográficas a referência do livro citado. Acredito porém que seja um livro do José Raimundo de Oliveira, do qual citei uma publicação de 2009 neste trabalho.

De acordo com Silveira, “o período da guerra mobilizou cerca de 50.000 garimpeiros em todo país; com o seu fim as exportações brasileiras caem ao menor nível desde 1936” (1997:10). O autor continua no seguinte trecho.

Nesse momento é que deixam de existir várias vilas e até mesmo a Baixa. *Aqueles que ficaram, desenvolveram um tipo de economia mista na qual agricultura e garimpo complementavam-se.* A Chapada viveu, conforme falam, outros períodos de "influência" do garimpo, ou seja, momentos de expansão da atividade. Um dos mais citados é o de 1952, que pode ter envolvido quase 3.000 garimpeiros na região. Essa nova demanda e consequente aumento de preços pode ser explicada pelo início da Guerra da Coréia em 1950. (SILVEIRA, 1997: 10)

Essa queda é o que marca o que estou classificando como a segunda fase do garimpo de cristal, de 1950 a 1970. Durante a primeira fase, o Brasil havia se tornado um dos maiores exportadores de quartzo (GUZZO, 2008), mas com a popularização do quartzo sintético na década de 1950 e o fim da Segunda Guerra, o preço do quilo do mineral natural reduziu. Nesse período, muitos garimpeiros deixaram a região da Chapada dos Veadeiros e foram trabalhar na construção de Brasília.

Em 1960, quando foi criado o Parque Nacional do Tocantins, pelo então presidente Juscelino Kubistchek, a extração mineral e vegetal foram proibidas na área do Parque, que naquele momento era de 625 mil ha. e englobava grande parte dos garimpos e *corrutelas* da região. Porém as medidas de proibição não foram tomadas de forma severa, assim como as desapropriações de terras, a retirada das populações de dentro da área do Parque, entre outras medidas que inicialmente iriam ser tomadas. Como mostrado no capítulo 1, na página 31, ao longo dos anos as dimensões do Parque, e as medidas que seriam tomadas pelos órgãos responsáveis, foram se alterando.

A partir da década de 1970, o uso de quartzo sintético superou o uso do quartzo natural (GUZZO, 2008), o que reduziu ainda mais o preço do cristal. Mesmo com todas essas implicações, o garimpo não deixou de existir e muitas famílias continuavam a migrar para a região, mantendo a prática do garimpo de cristal. Nesse período, deram início ao garimpo de refugo, que era o reaproveitamento das lascas e peças de cristal que haviam sido descartadas por outros garimpeiros. Com a migração de alternativos ocorrendo em Alto Paraíso de Goiás, o cristal, além de vendido para exportação, era vendido para esses novos públicos e moradores da região, que enxergavam no cristal uma potência de força espiritual.

De 1980 a 1990, a proibição do garimpo foi fortificada, fazendo com que os órgãos responsáveis pelo Parque aplicassem algumas medidas, além disso, foi um momento de mudança em relação às áreas de conservação, como já pontuado no capítulo anterior. A



administração do Parque Nacional que já havia proibido a extração de qualquer produto natural dentro do perímetro do Parque, decidiram cercar e vigiar os limites do Parque, o que criou um momento de desentendimento com os locais (SILVEIRA, 1997; BOMFIM, 2004). Mesmo assim, muitos continuaram garimpando, principalmente o garimpo de refugo, e produzindo lascas de cristais feitas com as partes mais puras do cristal, que se vendia para um aviador em troca do que ele tinha em seu mercado, como óleo, açúcar e ferramentas. Nessa época, já crescia o turismo na região, o que fez com que também se vendesse cristais inteiros para os turistas.

De 1990 até este ano, 2019, o garimpo decaiu bastante e a atividade econômica principal se tornou o turismo. Mas os cristais ainda têm valor e segue existindo quem os garimpe fora das áreas de conservação e venda pela Vila de São Jorge (SILVEIRA, 1997; BOMFIM, 2004; OLIVEIRA, 2009).

As histórias contadas pelos moradores de São Jorge durante meu trabalho de campo, juntamente com a pesquisa bibliográfica, revelaram vários saberes e tradições desse povo garimpeiro, que vive na região há muito tempo, extraíndo não só cristal, mas plantas, caçando, plantando, abrindo *corrutelas*, nomeando lugares, plantas e animais. Que criaram diferentes formas de existência e resistência entre os chapadões, durante mais de cem anos. Neste capítulo, trago essas histórias a fim de construir uma narrativa sobre esse povo garimpeiro, seus saberes, tradições, lugares e paisagens.

As memórias individuais e coletivas desse grupo são o que compõe essas histórias, construindo pequenas histórias e casos comuns a todos os interlocutores. Afinal, de modo similar ao que ocorreu com os ribeirinhos da Volta Grande do rio Xingu,

As histórias destas famílias falam sobre o processo de formação de um grupo social, constituído a partir de uma história e modo de vida comuns e articulado por relações de parentesco, afinidade e vizinhança, bem como por relações comuns com uma localidade. (FRANCESCO et al.: 44)

A noção de história usada neste trabalho é a colocada por Magalhães (1996) no seguinte trecho.

Apreender, compreender e analisar a constituição histórica de sujeitos depende, então, de como homens e mulheres experimentam situações e relações determinadas, com necessidades, interesses e antagonismos, num conjunto de relações sociais com uma cultura e expectativas herdadas; como reelaboram e modelam essas experiências em formas culturais, ao longo do tempo, isto é, ao longo da história (MAGALHÃES, 1996, p.90).

Como observa Saraiva (2006), essas experiências “estão sempre situadas em contextos e é neles que as tramas de significados são elaboradas. Os significados [...] são produzidos por pessoas concretas e não por categorias abstratas” (p.44). Assim, as histórias orais são

conectadas àqueles interlocutores que as contaram e, portanto, suas memórias são incorporadas a este trabalho. Pois, como é colocado por Saraiva,

A história oral contribui para o registro das memórias individuais e coletivas. Seu objetivo é evocar outras historicidades, reinterpretando o passado e o presente, a partir da voz de múltiplos e diferentes narradores. Para Magalhães (1996, p.90-100), o trabalho com a oralidade considera a sabedoria existente nas narrativas e neste sentido resgata a erudição presente tanto no discurso das elites como na narrativa popular. Desse modo, as memórias daqueles homens e mulheres são incorporadas a essa tese não como meros registros de fatos e acontecimentos, mas porque delas emergem significados, representações, experiências e riquezas de diferentes sujeitos que (re)elaboram modos de vida e visões do mundo que os cercam. (SARAIVA, 2006: 54).

Neste trabalho, como já colocado anteriormente, o povo garimpeiro de cristal da Chapada dos Veadeiros é entendido como uma população tradicional do Cerrado. Assim como entendido por Saraiva (2006), que trabalhou com a população de São Jorge, majoritariamente garimpeira. Porém, sua perspectiva é construída não pelo garimpo de cristal, mas sim pelos saberes das plantas medicinais do Cerrado. Ela faz a seguinte consideração.

Não existe população tradicional emoldurada e estereotipada num único conceito; o que existe são populações que, por causa de algumas características comuns, são tidas como tradicionais (RUEDA, 1999). Homens e mulheres reconhecidos, neste estudo, como populações tradicionais, são também identificados como nativos. São fazendeiros e pequenos proprietários nascidos na Chapada dos Veadeiros; garimpeiros (hoje, ex-garimpeiros), lavradores da terra, que se deslocaram e se fixaram na Vila São Jorge em função do garimpo de cristal; e seus filhos, que ainda hoje vivem no local. Essa população tradicional forma um grupo com diferenças sociais, materiais e com experiências históricas diferentes, mas que em comum desenvolveram saberes, fazeres e modos de vida muito articulados com a natureza do cerrado; produziram visões peculiares em relação a esse ambiente. (SARAIVA, 2006: 142)

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2001), quando estão discutindo o que são povos tradicionais, comentam que

Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais. Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia. (ALMEIDA & CUNHA, 2001: 185)

Para os autores, o ponto em comum entre os povos tradicionais é que estes tiveram um momento de sua história de baixo impacto ambiental e possuem interesses em manter, recuperar e controlar os territórios que exploram. Como eles explicam no seguinte trecho.

Para começar, têm existência administrativa: o "Centro Nacional de Populações Tradicionais", um órgão do IBAMA. Inicialmente, a categoria congregava seringueiros e castanheiros da Amazônia. Desde então, expandiu-se, abrangendo outros grupos que vão de coletores de berbigão de Santa Catarina a babaqueiras do sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins. O que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. (ALMEIDA & CUNHA, 2001: 186)

É possível encaixar os garimpeiros de cristal dentro destes parâmetros, porém, medir o impacto ambiental de décadas atrás é uma tarefa difícil para um trabalho de graduação, principalmente quando esse impacto já constituiu a paisagem. Porém, para o meu estudo não se mostrou interessante a distinção do natural e do cultural, pois afinal “isto que chamamos “natureza” é parte e resultado de uma longa história cultural e de uma aplicada atividade humana” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007: 5).

Como vimos no capítulo anterior, o Cerrado foi ocupado por populações que modificaram o ambiente, e que continuam modificando. Assim a separação do que é natural, sem análises profundas da biologia, ecologia, arqueologia e paleoarqueologia, se torna uma simples arbitragem, sem fundamentos. Por esses motivos, não foi meu interesse tentar determinar, ou calcular o desmatamento da região que poderia ter sido causado pelos garimpeiros.

Veremos ao longo deste capítulo uma série de manejos realizados pelo povo garimpeiro, como o manejo da caça, das plantas, principalmente as medicinais, e da extração de cristal, que será mais explorada no próximo capítulo. Além disso, o povo garimpeiro passou por um momento de transição, em que foram proibidos de garimpar e começaram a trabalhar com turismo. Desde da década de 1990 a população local vem trabalhando com o turismo na região, e por meio destes trabalhos eles se aproximaram das ideias de conservação e preservação. A partir desses pontos, acredito que o povo garimpeiro se encaixa na definição oferecida por Almeida e Carneiro (2001).

Populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas, não necessariamente todas, das seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (ALMEIDA & CUNHA, 2001: 186).

Em comparação com outras regiões, ainda são poucos os grupos reconhecidos como povos tradicionais no Cerrado. Em grande parte, os povos que carregam este título, como os indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, catadores de flores sempre viva, carregam traços de agricultores familiares, muito parecidos com os traços destes que chamo de povo garimpeiro. Para grande parte destes grupos não há um instrumento legal que reconheça a propriedade coletiva da terra, característica dos povos camponeses. Como solução para a manutenção de seus territórios e modos de vida, muitos pedem a demarcação de suas terras como Reservas Extrativistas (RESEX), ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), mesmo que essas não atendam às suas realidades. A partir desta perspectiva e da

definição de povos tradicionais de Carneiro e Almeida (2001), entendo que ainda há muito o que se entender em relação aos povos do Cerrado, seus conhecimentos e seus territórios.

### ***A fofoca, a corrutela e as famílias***

Como disse anteriormente, os primeiros garimpos são datados de 1912, como o Garimpão, e junto com esses foram formadas as *corrutelas* (SILVEIRA, 1997: 9). As *corrutelas* se desenvolvem a partir dos acampamentos próximos às jazidas de cristais. Elas deram origem a várias cidades do Goiás, como a Vila de São Jorge e Cristalina, no sul do Goiás (SILVEIRA, 1997); porém, outras se esvaziaram e hoje fazem parte da paisagem, quase invisível aos olhos de quem passa.

Eles [os garimpeiros] montavam o acampamento em lugar seguro, ficava cada um montando seu barraco para ficar perto do garimpo. Primeiro chamava *currutela*, a baixa chamava *currutela*, e hoje é povoado de São Jorge, mas antigamente era *currutela*. Era uma *currutelinha*, tinha pouquinha gente, tinha cinco, seis, oito casas, tudo de palha. Depois que foi ampliando. Colocando telha de barro, arrumando devagarzinho. (Seu Dedé, junho de 2019)

De acordo com Silveira, “a vida temporária dessas comunidades pode ser diretamente explicada por uma economia vinculada à extração mineral. Explorando um recurso natural finito, esta atividade não pode deixar de ter um caráter transitório” (1997: 9). Varlei, que é um ex-garimpeiro e hoje trabalha com turismo, conta sobre o início do garimpo na região.

Quando surgiu o garimpo foi mais ou menos 1912. Aqui foi um local que juntou muita gente, mais de dois mil garimpeiros, chegou a ter mais de duzentas famílias de garimpeiros. No pé da serra do Silêncio, era onde tinha a corrutela do Silêncio. Quando surgiu a corrutela do Silêncio, surgiu a corrutela de São Jorge, que chamava de Baixa, tinha a do Garimpão também, que ficava mais lá para o rio Preto. Na época do garimpo, o pessoal que vivia aqui, os garimpeiros mesmo, plantava roça. Eles plantavam arroz, feijão, milho, mandioca, cana, abóbora, batata doce. (Varlei, junho de 2019)

Como conta Varlei, e também Seu Dedé, os garimpos e as *corrutelas* abrigavam muitas pessoas que estavam ali pelo garimpo de cristal. Esses garimpeiros fixavam-se nas *corrutelas* e construíram ali suas casas, roças e criavam seus animais. Varlei nasceu e foi criado na corrutela do Silêncio, próximo ao rio do Segredo. Trabalhou com garimpo e roça desde cedo, assim como seus irmãos e seus pais. Com 23 anos ele e sua família se mudaram para São Jorge, deixando de mexer com garimpo. Hoje, com seus 40 anos, ele e seus irmãos são donos da terra em que vivem e fazem o turismo da cachoeira do Segredo. Perguntado sobre a história de sua família, a origem de seus pais e avós, o que eles faziam, onde moravam, ele me disse o seguinte.

Minha mãe é daqui, meu pai é baiano. Tiveram 14 filhos, morreu 3, tudo nascido com parteira. Meu pai trabalhou no garimpo e sendo tropeiro. Ele que transportava os cristais e todos os mantimentos para longe. Ele que transportava porque ele tinha uma frota de burros de carga.

Aí, ele levava os cristais até o ponto onde o carro pegava. Minha mãe, na verdade, ela trabalhou na lasca, no garimpo. Agora a mãe dela, que era minha avó, ela tirou cristal. Garimpeira mesmo. Tirou cristal mesmo e bastante. (Varlei, junho de 2019)

Apesar de não saber exatamente sobre sua família, sobre seus avós e sua genealogia, posso dizer que a família de Varlei é composta por uma mulher local que se casou com um migrante baiano. A história mais profunda desse casamento não cheguei a saber, mas posso supor que a união deles ocorreu na corrutela em que viviam. Afinal, ambos eram garimpeiros e moravam na mesma corrutela. Aparentemente, sua mãe tinha família na região, mas seu pai não. Este homem deveria ter um papel importante, justamente por ser tropeiro, transportador dos produtos produzidos na corrutela. O casamento uniu um homem migrante, “sem família”, com uma mulher local e seus parentes, incorporando este homem à organização social daquele lugar.

No entendimento de Radcliffe-Brown (1982), casamento é como um novo arranjo da estrutura social e “pode ser encarado como um arranjo que capacita pessoas para viverem juntas e cooperarem umas com as outras numa vida social ordenada” (1982: 62). Assim

Novas relações sociais são criadas, não somente, por um lado, entre marido e mulher e entre marido e os parentes da mulher, e, por outro, entre esposa e os parentes do marido, mas também, em grande número de sociedades, entre os parentes do marido e os da esposa, os quais, de ambos os lados, estão interessados no casamento e nos filhos que dele resultam. (RADCLIFFE-BROWN, 1982, p. 111)



Figura 22 - Casamento na Igreja de São Jorge, na década de 1960. Fonte: Arquivo Centro de Memória José Raimundo de Oliveira – CEMEMOZÉ

Posso supor que no caso dos pais de Varlei, o casamento serviu justamente como um arranjo de pessoas que cooperaram com a vida social daquela corrutela, criando relações sociais que não existiam antes do casamento, como a transformação de um homem migrante para a posição de genro. No caso da família de Varlei, em que o pai, migrante, se casou com

uma mulher nativa, e a família permaneceu no território da mãe, posso dizer que a residência pós-marital foi uxorilocal e com descendência bilateral. Desse arranjo saíram filhos, que eram os parentes por descendência dos sogros, perpetuando a família dentro do território. Varlei conta que quando o garimpo foi reduzindo na região, a família dele foi a única a se manter na terra.

A terra da gente aqui é uma posse. A gente vai ficar aqui definitivo. Nascemos e crescemos aqui, é um lugar que a gente tem muito respeito. Como a gente diz por aqui, eu tenho os limites disso tudo, a gente conhece todo o tipo de animal, qualquer barulho da mata a gente reconhece os animais. A gente é nativo daqui e nunca deixamos de lado. A gente está cuidando mesmo, que é um lugar muito bonito. E vale a pena cuidar, que é um lugar perfeito. Um lugar que todo mundo chega e está cuidado, e valoriza. Isso é bom. A gente diz, a gente não é dono da terra, a gente só cuida. (Varlei, junho de 2019)

Nota-se aqui o entendimento de que a posse vem a partir do momento em que se estabelece na terra, em que se trabalha nela, em que se cuida dela. Mas a posse não é equivalente a ser proprietário, pois, como Varlei fala, “a gente não é dono, a gente só cuida”. O fato de ter nascido, crescido, estabelecido relações com outros e com o meio, de extrair o cristal, de plantar a roça, de caçar e de cuidar daquela terra, é mais importante do que ser proprietário dela. Como coloca Emilia Pietrafesa: “no mundo rural brasileiro encontramos várias configurações camponesas com apossamento comum dos recursos naturais combinado à apropriação familiar” (1998: 127).

Como já dito, os garimpeiros de cristal viviam com a instabilidade do valor do cristal. Essa instabilidade fazia com que eles dessem atenção a outras atividades, como agricultura e criação de animais, como Varlei coloca: “os garimpeiros plantavam roça”. O trabalho na roça é uma das atividades extrativistas que ocupam uma importância dentro da economia familiar (FRANCESCO; et al., 2017: 49). Assim, os garimpeiros exerciam diferentes atividades agrícolas e extrativistas, e nesse processo criaram vínculos com os territórios. Saraiva (2006) entende que a roça, como uma atividade ligada ao garimpo, criou vínculos com a terra.

A roça era uma das formas de criar vínculos com o lugar. Gerada a partir do garimpo, funcionava como uma atividade paralela e complementar: plantava-se arroz, mandioca, milho, banana, feijão, cana, entre outros alimentos básicos, que eram somados ao consumo da carne de gado ou de porco e a caça de animais silvestres. Seu Domingos relata que foi para a região para garimpar; ao ser questionado sobre sua profissão, ele respondeu, sem delongas: “eu trabalhava com o garimpo e roça.” (SARAIVA, 2006: 132)

A roça estava sempre associada ao garimpo, sendo parte das atividades das famílias que moravam nas *corrutelas*. As histórias das famílias que viviam nas *corrutelas* se parecem bastante, apesar de serem completamente distintas. Muitas vezes as configurações familiares se davam no casamento de homens migrantes com mulheres nativas, ou então ambos eram

migrantes. Muitos destes homens que vieram para trabalhar no garimpo foram embora nos momentos de baixa dos cristais, ou então foram trabalhar em outros lugares (como na construção de Brasília), e as mulheres seguiram vivendo nas *corrutelas*, garimpando, plantando e cuidando dos filhos. Mas houveram muitos que continuaram na região, e construíram ali suas famílias e suas histórias de vida.

Adelídeo Ferreira de Almeida, mais conhecido como Seu Dedé, tem 63 anos e nasceu por parteira na beira da cachoeira, no Vale da Lua. Seu pai nasceu e foi criado em Cavalcante. Sua mãe era indígena, mas ela e o irmão foram criados por uma família em Abadia, na Bahia. Se conheceram na região da Chapada dos Veadeiros e trabalharam juntos. Tiveram oito filhos, quatro homens e quatro mulheres. Moraram em muitos lugares, inclusive na corrutela da Baixa, atual Vila de São Jorge, e na corrutela do Garimpão, hoje parte do Parque Nacional. Sobre seus pais, ele disse assim:

Eles vieram em busca do cristal. Meu pai foi criado em Cavalcante. Minha mãe veio do sítio de Abadia, divisa de Goiás com Bahia. Ela veio mais um pessoal, com o senhor Rodolfo, o alemão. O meu tio também foi criado com eles. Foram criados sem pais eles. O pai deles morreu novo e a mãe também, aí foram criados pelo alemão. Logo depois ela se casou com meu pai. (Seu Dedé, abril de 2019)

Seu Dedé conta que eles passavam alguns meses nos garimpos de vez em quando, mas que tinham uma casa numa *corrutela* e tinham roça, que ficava longe da casa. Seu pai caçava e criava umas galinhas e não mais que um porco por ano. Me contando sobre seus pais, ele me disse:

Minha mãe era boa de garimpo menino, ela chegava num garimpo assim, batia com uma picareta e uma pá, jogava para fora e tirava lasca. Tinha vez que nós perdia para ela: quando nós tava tirando ela já tinha tirado. Já tava lá no saco [a lasca], quebradinha para levar. Já meu pai não foi muito de garimpo. Meu pai foi mais de roça. Ele mexia com garimpo, mas gostava mais de roça. A gente fazia roça lá no São Miguel, lá perto do Vale da Lua. Plantava milho, feijão, abóbora, mandioca, cana, banana e batata-doce, arroz. (Seu Dedé, abril de 2019)

Seu Dedé me contou que começou a garimpar com doze anos, mas que mesmo antes disso ele ia para o garimpo com seus pais e trabalhava de “bóia-fria”, levando comida e água para os garimpeiros. Durante uma entrevista realizada em abril de 2019, seu Dedé contou sobre a rotina de sua infância.

Nós trabalhava até 10 horas, aí nós ia tomar banho. Depois nós vinha para a escola, ainda caminhava seis quilômetros. Seis pra ir e seis para voltar. Da escola ia pro garimpo, de lá ia pra casa fazer a lasca, pra manhã cedo você pegar na enxada até 10 horas, depois fazer o mesmo, todo dia. Todo mundo ia mexer no garimpo e trabalhar na roça, ajudando meu pai né, até as mulheres. (Seu Dedé, abril de 2019)

Em junho de 2019, em outra entrevista com Seu Dedé, ele explicou como era a “iniciação” das crianças no garimpo.



A gente ia para lá [garimpo] quando era pequeno, novo. A gente ia para lá primeiro com os pais. Os pais iam garimpar e a gente ficava olhando. Pegava lasquinha por cima da terra e levava. Chegava lá na mãe da gente e arrumava para a gente trazer para poder comprar alguma coisa. Depois, a gente foi trabalhar com o seu Corinto Miranda. Ele tinha um carinho com as crianças. Falava, ensinava, dava muito conselho. Ele falou “então os meninos vão trabalhar junto, que eles vão começar a fazer comida para levar para os garimpeiros”. Aí foi ensinar a fazer a comida, como é que temperava a comida, como é que fazia a comida para poder levar. Os garimpeiros têm mania: se não levar comida boa, não come, e ainda trela com a gente. Depois que tava tudo pronto, botava na marmita e a gente vinha trazer e ele ficava lá no garimpo. E quando a gente chegava com comida, o primeiro que experimentava era ele. Ele experimentava para poder servir para os garimpeiros. Pra ver se tava bem arrumadinha, se tá gostosa, que se não os garimpeiros não achava bom. (Seu Dedé, junho de 2019)

Com vinte e poucos anos, Seu Dedé se juntou com sua companheira, a finada Dona Maria. Com ela Seu Dedé teve oito filhos, sendo seis homens e duas mulheres. Maria Francisca Barbosa era garimpeira, raizeira e parteira, filha de garimpeiros e raizeiros. Apesar de não chegar a conhecê-la, Seu Dedé me contou sobre ela, e encontrei uma entrevista realizada por Regina Coelly Saraiva, durante a realização de seu doutorado, em 2006, em que Dona Maria conta sobre sua família.

Meu pai era garimpeiro, minha mãe era garimpeira também, lavradora de roça, trabalhava em tudo, tudo ela pegava, ela trabalhava, meu pai também era a mesma coisa. (...) Eu trabalhava, mas eu não dava conta de fazer do mesmo jeito que eles faziam. (...) O garimpo era na área da Santana, na beira do Rio Preto, em baixo, depois da cachoeira de cento e vinte. É bem abaixo, no final, bem no encontro do Rio Preto com Rio do São Joaquim que vai para Colinas, onde faz encontro dos dois rios; então, esse garimpo fica quase na divisa entre esses dois braços do rio, um de cá e outro de lá, e o garimpo era do lado de cá. (Entrevista com Dona Maria, SARAIVA, 2006, 102)

Seu Dedé e Dona Maria, já com filhos, moraram com o pai de Dona Maria, em um garimpo em que eles puderam trabalhar. Durante esse período, a residência do casal era urixilocal, com descendência era bilateral, ou seja: mesmo morando com a família de Dona Maria, os filhos do casal faziam parte da família do pai, Seu Dedé, e da mãe, Dona Maria. De acordo com Seu Dedé, a família nuclear, casal com os filhos, mudava constantemente devido aos garimpos.

Eu morava com meus pais, e depois fui morar com ela. Ela morava com os pais. Depois nos juntamos, nós num casemo logo não, casemos depois de quinze anos. Já tinha um bocado de filho já, aí a mais velha foi daminha de honra. Quando eu morava aqui [garimpo de Santana], eu tinha uns trinta e tanto, já estava tudo com os meninos, com os filhos tudo já. Eu mudava muito, nos garimpos, ia pra um, pra outro, pra outro. Então nósveio para Santana. Ficamos um tempo aí mais meu sogro, tirando lasca e drúzia. Aí depois nós mudamos para São Jorge. [No garimpo] a gente fazia um rancho, fazia um barraco de paia fechado. Fechava com madeira ao redor e ficava lá, mexendo, passava seis meses, dez, até um ano. Se tinha cristal ia dependendo. (Seu Dedé, abril de 2019)

Percebo essa variação do tipo de residência, de onde se vive e com quem se vive como uma expressão do grupo social em relação à atividade econômica dominante do grupo. Essa

impermanência em relação à residência está ligada ao caráter transitório do garimpo (SILVEIRA, 1997: 9), já citado anteriormente, em que se mantém onde há cristal e se muda quando este acaba. O tipo de residência de Seu Dedé e Dona Maria varia por conta deste caráter, o que mostra uma ligação com a atividade econômica do garimpo, ou seja, para onde o cristal anda os garimpeiros vão atrás.

O casamento dos pais de Seu Dedé, diferente do seu próprio casamento, foi entre dois “estranhos” dentro da organização social local. Seus pais não chegaram a viver com a família de seu pai e nem com a família adotiva de sua mãe, que havia ido para trabalhar na região. Seu casamento com Dona Maria, que também morava na região e era garimpeira, não era mais com uma pessoa de fora do grupo dos garimpeiros. Depois de casados, Seu Dedé morou com a família de sua esposa, mas não me contou se morou com sua própria família. Ambos os casos são diferentes do caso do casamento dos pais de Varlei, em que sua mãe era nascida na região e seu pai que era um migrante. Parecido com o caso de Varlei, temos o caso da família de Dona Benedita, ex-garimpeira e atual comerciante de São Jorge.

Parte da história de Dona Benedita me foi contada por sua filha, Tila, que também chegou a garimpar. Sobre a família de sua mãe, Tila contou o seguinte.

Meus avós vieram da Bahia, porque São Jorge foi construção de baianos com mineiros, que chegaram aqui na época do garimpo. Meus avós chegaram e foram para Alto Paraíso, num povoado que se chama Moinho. Lá eles plantavam trigo, até então estava no auge a plantação de trigo. Minha mãe nasceu lá no Moinho e quando ficaram sabendo da história do garimpo, vieram e se mudaram para São Jorge. Minha mãe teve doze filhos, morreram três. Dois nasceram e morreram, e o outro morreu bem mais velho, com 32 anos. E meu pai tinha espírito de garimpeiro, ele não ficava em um lugar só. Você sabe que garimpeiro tem o espírito muito livre, né? Cada hora está em um lugar. Então, ela ficou sendo a base. Muitos filhos na época, nós os mais velhos íamos ajudar para ter os mantimentos em casa. Aqui em São Jorge chovia muito, era 40 dias, dia e noite chovendo direto. A gente era uma comunidade isolada até 1983, então tinha que ir pro garimpo, armazenar comida, esperar o período de chuva. Tinha que armazenar lenha porque na época não tinha fogão a gás. Então, assim, ficava seis meses armazenando lenha, comida, pra gente passar esses 40 dias de chuva. *[Em São Jorge] todo mundo era garimpeiro, que a única atividade era o garimpo. Aí, quem morava aos redores mexia com agricultura.* (Tila, junho de 2019)



Figura 23 - Casa tipo baiana, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.

Tila é neta de migrantes baianos, que vieram para a região de Alto Paraíso durante o auge da plantação de trigo no início do século XX. Com as fofocas dos garimpos de cristais, o casal com sua filha, Dona Benedita, mudou-se para a antiga Baixa dos Veadeiros, atual São Jorge. Como conta Tila, sua mãe casou-se com um outro garimpeiro, também imigrante. Porém, seu pai “tinha espírito de garimpeiro” e não “ficava em um lugar só”. Diferente da família constituída por Seu Dedé e Dona Maria, o pai de Tila não se mudava com a família nuclear. Dona Benedita se tornou o arrimo do grupo doméstico, gerenciando a vida da família com a ajuda dos filhos mais velhos.

Havia muitos migrantes baianos. Um deles criou na Baixa um comércio, em que trocava mercadorias por cristais. O nome desse migrante é lembrado até hoje, Seu Claro. Claro Alves Machado foi um migrante baiano que na década de 1950 mudou-se para a Baixa dos Veadeiros. Seu Claro faleceu em 2018, um ano antes desta pesquisa ser realizada. Seu neto, Henrique Machado, contou um pouco sobre seu avô.

Meu nome é Henrique Machado, sou neto de Claro Alves Machado, que é um dos primeiros que formaram os garimpeiros, que fornecia trabalho e material pro garimpo. E, nesse caso, ele oferecia a troca, escambo na época, de alimento pelo garimpo. Ele veio numa caravana da Bahia, no caso onde ele conheceu a minha avó e eles vieram juntos pra cá. Ele já era comerciante desde os treze anos de idade. Veio pra cá quando ouviu a história do garimpo pra poder fazer o comércio entre os garimpeiros. Veio pra cá, casou com a minha vó e instituiu toda a família dele aqui na região. (Entrevista com Henrique, junho de 2019)



Figura 24 - Bar do Seu Claro, São Jorge, 2019. Foto: José Alberto

Seu Claro e sua esposa, assim como o pai de Varlei e a família materna de Tila, são migrantes baianos, que se mudaram para a região por conta de atividades econômicas, seja o garimpo, seja a agropecuária, seja o comércio. Assim como eles, muitos migraram para a região. Como disse Tila, “São Jorge foi construção de baianos com mineiros, que chegaram aqui na época do garimpo”. A arquitetura das casas mais antigas da Vila de São Jorge recorda o estilo arquitetônico das casas do sertão interior baiano. Durante sua pesquisa, Silveira (1997) encontrou algumas das cidades de origens dos garimpeiros.

Muitos dos migrantes que povoaram a região dos garimpos da Chapada dos Veadeiros vieram da Bahia. Essa é a origem da maioria daqueles que lá permaneceram e criaram os filhos, os primeiros nativos. Eles saíram de Barreiras, Angical, Seabra, Rio Branco, Macaúbas, Santa Maria da Vitória, entre outras cidades do sertão, em busca dos garimpos; revivendo neste século a história da ocupação de Goiás do século XVIII. (SILVEIRA, 1997:8)

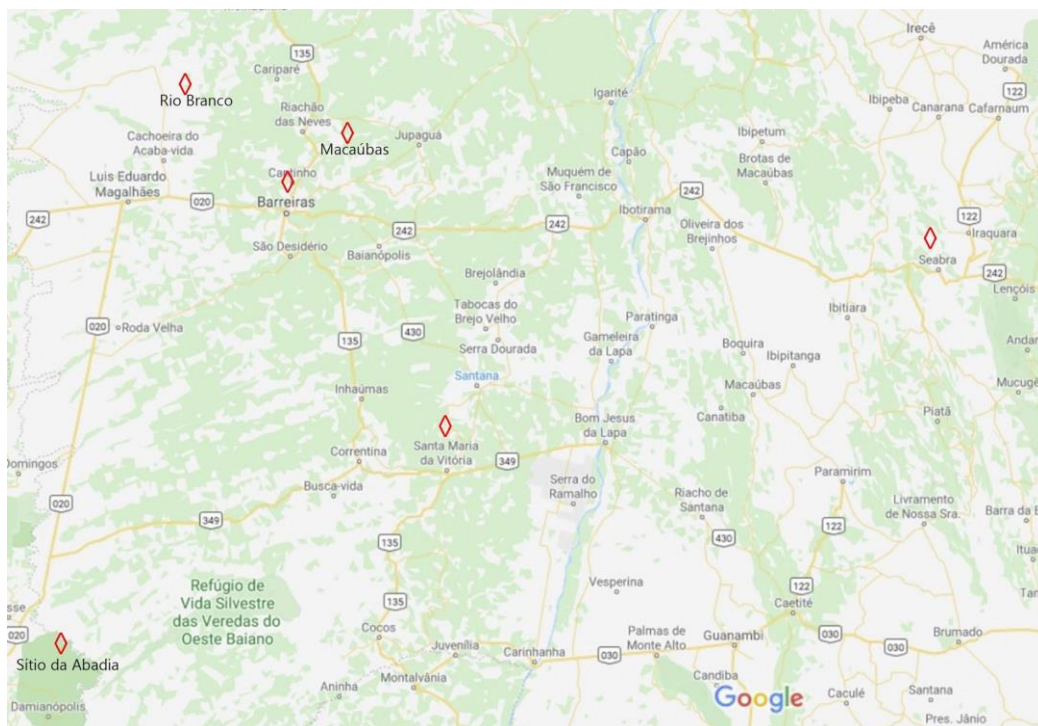


Figura 25 - Mapa dos Municípios de Barreiras, Seabra, Rio Branco, Macaúbas, Santa Maria da Vitória. Imagem Google Maps.

Apesar de presente em todos os exemplos, a mobilidade para o povo garimpeiro é distinta entre as diferentes famílias que constituíam as *corrutelas*. Varlei não chegou a mudar de residência com a sua família da forma que Seu Dedé e Dona Maria mudaram. A família de Varlei estava mais ligada ao território da *corrutela* do garimpo do Silêncio, do Segredo e da Serra do Cristal, mas seu pai era atravessador de cristais e sua família vendia parte da produção agrícola que eles tinham. Seu Dedé e Dona Maria tiveram residências mais longas, porém viveram em diversos garimpos a fim de extrair cristal. Na família de Tila, seu pai vivia entre garimpos e sua mãe fixou-se na *corrutela* da Baixa, onde fez a base de sua família. Henrique é neto do comerciante, Seu Claro, que era o grande comprador de cristal da Baixa e veio da Bahia. Sua família era mais favorecida financeiramente do que outras famílias garimpeiras. Varlei conta que sua família plantava e tinha alguns animais, Seu Dedé diz que seu pai tinha roças e que ele também sempre faz roça, até hoje. Tila contou que não faziam roças grandes na *corrutela* da Baixa. Todos os interlocutores possuem narrativas comuns, mas são suas diferenças que mostram a pluralidade das famílias garimpeiras na Chapada dos Veadeiros.



*Vila de São Jorge “era um povoadinho com um pouquinho de gente”*



Figura 26 - População de São Jorge, na década de 1980. Fonte: Arquivo Centro de Memória José Raimundo de Oliveira – CEMEMOZÉ

Só existia uma rua. Era da igreja até as Águas de Março. Era só ali. A partir de 1987 que cresceu o Bar do Pelé e toda aquela rua. Na década de 90 teve esse outro loteamento, que é São Jorge 2, e aí foi crescendo. E hoje já não temos espaço mais. Só do lado. Agora aqui que não é RPPN, eles tão loteando e tão vendendo. Indo para Alto Paraíso, se não fosse Parque Nacional, acho que era tudo construção. (Entrevista com Tila, junho de 2019)



Figura 27 - Escola Pública de São Jorge, na década de 1960. Fonte: Arquivo Centro de Memória José Raimundo de Oliveira – CEMEMOZÉ

Como já dito no capítulo anterior, a Vila de São Jorge começou como uma *corrutela*, chamada de Baixa dos Veadeiros, por volta de 1912, por conta da exploração do cristal de

rocha. Foi somente em 1954 que a Baixa se tornou Vila de São Jorge. Sobre esse primeiro momento, pouco ouvi, pois meus interlocutores me contaram de suas vidas e momentos mais recentes da Vila de São Jorge.

Como Tila conta, até a década de 1980 existia somente uma rua, onde ficava a igreja e as casas das famílias. Houve um levantamento realizado pelo Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes (DN) do IBDF em 1969, que indicava 63 casas no Distrito de São Jorge, com 268 pessoas (SILVEIRA, 1997). De acordo com Tila, com a queda do preço do cristal e a construção de Brasília muitos foram embora da *corrutela*.

Na construção de Brasília, o garimpo caiu: o cristal caiu de preço e muitas pessoas foram para Brasília. Até em 1987 nós éramos em 17 famílias, incluindo os moradores rurais. A partir daí, no garimpo foi muito sofrimento quando o cristal perdeu valor. (Entrevista com Tila, junho de 2019)

Antes do asfalto, na década de 1980, chegar até São Jorge, ou sair de lá, era pegar horas de cavalo, ou a pé. As casas – que eram poucas - eram em sua maioria de palha e ao longo do tempo foram se transformando. Seu Dedé comenta que

São Jorge era um povoadinho com pouquinho de gente. Então, pra gente comprar qualquer coisa era tudo em Alto Paraíso. Tudo era em Alto Paraíso, porque não tinha dinheiro para comprar, não tinha onde comprava. Aí, depois que foi movimentando, movimentando. Hoje São Jorge faz quase tudo lá dentro. (Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019)

Hoje é povoado de São Jorge, mas antigamente era corrutela, tinha pouquinha gente. Tinha oito casas, tudo de palha, não tinha nada. Aí depois que foi ampliando, botando telha de barro, foi arrumando devagarzinho. (Entrevista com Seu Dedé, junho de 2019)

Henrique descreve a Baixa, durante sua infância, momento mais recente do que o vivido por Seu Dedé.

Essa rua aqui não existia. Era só até ali perto do cemitério, ali perto do Cavaleiro (Casa de Cultura Cavaleiro de São Jorge). Ali morria a cidade, nem tinha Cavaleiro. Isso eu tinha uns nove, dez anos. Quando eu tinha uns quatorze, fizeram o Cavaleiro, ele é bem antigo. Mas não era nem Cavaleiro, era do Tatu. Aí o Tatu vendeu pro Juliano. A cidade aqui era mínima. Dali do Pelé e da Nenzinha não tinha muita coisa. O que sempre existia era da Nenzinha pra trás, até a Dona Nindu, ali perto do Preguiça. E só. Essas casas são mais antigas, do Seu Tomé, da Dona Ana, são bem antigas. Que agora são os últimos anciões da cidade. Não está ficando nenhum. É o normal. Cem anos é muito tempo. (Entrevista com Henrique, junho de 2019)





Figura 28 - Igreja de São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.

Tila conta como era a Baixa, onde tinha que ir para buscar água e fazer as atividades domésticas, e como era o clima. Sua descrição é bem mais profunda que a dos outros interlocutores, talvez por conta de ela ter nascido e crescido na Vila, diferentemente de Seu Dedé, que mudava por conta dos garimpos; ou de Varlei, que morava em outra *corrutela* e só mais tarde foi morar em São Jorge; ou de Henrique, que apesar de ter uma idade parecida com a de Tila e de viver na Vila, possuía um poder aquisitivo diferente.

São Jorge era a escola, a igreja e aí descia a rua. Lá embaixo tinha o rio Preguiça, porque se você olha em volta não tinha água, que o Preguiça é um rio perene. Então, depois do Preguiça tinha umas cacimbas, uns poços d'água, onde não secava. Aí, pegava água e lavava roupa lá. Ou então a gente juntava a roupa da semana, a gente também não tinha muita, e ia lavar lá no Lajeado. Aí, passava o dia inteiro no Lajeado, porque lavava e tinha que esperar secar. Aí, levantava de madrugada pra ir. Porque tinha que levar comida, fazer tudo antes de ir. Aí vinha com as roupas secas. Aqui em São Jorge chovia muito: era 40 dias, dia e noite chovendo direito. E a gente era uma comunidade isolada até 1983, então tinha que ir pro garimpo, armazenar comida, para poder esperar o período de chuva. Tinha que armazenar lenha porque na época não tinha fogão a gás. Então, assim, ficava seis meses armazenando lenha, comida, pra gente passar esses 40 dias de chuva. Aí, em 1983 foi a construção dessa rodovia, aí já foi esse envolvimento com o mundo lá fora. Passava pouco carro, passava uma vez por mês o carro do padre, que ele vinha celebrar a missa. Ele vinha de Jeep, desses Jeep Willis. Era o único que vinha, porque atravessava o rio. A estrada era completamente diferente, aí passava a Volta da Serra pra vir pra São Jorge. Naquela rua principal, que era a única que tinha, a gente descascava o cristal e jogava na rua. Aí, quando começou o turismo, eles pegavam. Se não tivesse isso, até hoje estava cheio. E quando era lua cheia, a rua brilhava. Aí, você imagina uma rua toda de cristal. (Entrevista com Tila, junho de 2019)

Foi na década de 1980 que os turistas começaram a chegar em busca dos atrativos das cachoeiras, e como a Vila estava na “boca” do Parque Nacional, muitos acabavam passando

por ali. Em 1990 o Parque foi fechado e começou o processo de formação de condutores de visitantes locais, começaram os primeiros restaurantes como o de Dona Nenzinha (fig. 25), os primeiros campings e dormitórios (fig. 26). Tila conta

A gente era proibido de garimpar [pelo IBDF e IBAMA]. Tiraram nossa única fonte de renda, de economia. Os visitantes chegavam e a gente não sabia o que era. Que chegou um monte de turista, né? No Parque Nacional, onde é as corredeiras, era uma área de camping. Todo mundo passava pras corredeiras, porque era de graça, acampava de graça na beira do rio. E aí depois estava tendo muito lixo. E nós, comunidade, sofrendo com isso. Quando foi em 1990 eles decidiram fechar o Parque por um ano, para montar uma organização. Eles falaram “nós vamos fazer um curso de condutores de visitantes locais”. Convidaram nós para fazer o curso, eu fui. Eu fui a primeira mulher guia de São Jorge. No curso, a gente iniciou com 17 pessoas e tinha três mulheres de Alto Paraíso. Eu fui a primeira condutora de visitantes daqui em 1991. Eles investiram muito em capacitação e assim eles começaram a orientar as pessoas que estavam aqui de no fundo de quintal fazer um camping. São Jorge não tinha nenhuma pousada. O primeiro dormitório foi Dona Chiquinha, ali em frente às Águas de Março. E foi chegando, chegando gente. Quem tem pousada grande hoje, chegou com dinheiro e tinha visão, né? Aí, nós hoje, graças a Deus, temos o nosso negócio. Que eu tenho café da manhã, que eu sou sócia da minha mãe e da minha irmã. A Teia [minha irmã] tem pousada e restaurante, uma outra irmã também tem pousada. E nós investimos muito, que todo o curso de capacitação que tinha nós ia fazendo. (Entrevista com Tila, junho de 2019)



Figura 29 - Restaurante da Nenzinha, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.

Sobre a proibição do garimpo e a transição para trabalhar com turismo, Tila conta sobre a resistência dos mais velhos em aceitar as propostas do IBAMA.

Na época, como o IBAMA tinha proibido nós garimpar, então os mais velhos ficaram muito com raiva. Falaram “agora vocês vão ser funcionários do IBAMA e o IBAMA tirou nós do

garimpo, como que vocês faz isso”. Aí, como tirou, não tinha volta mais. Ou a gente aceitava partir para um novo modelo de vida, ou se mudava de São Jorge. E deu certo. Hoje a gente vive 100% do turismo. Essas casas daqui foram melhoradas, as pessoas têm oportunidade de trabalhar, ou diretamente ou indiretamente, com o turismo. Eu acho que a nossa vida melhorou 100%, de todos nós. Aqui nós não temos menino de rua, nós não temos pobreza. Que é diferente da nossa cidade que está aqui, Alto Paraíso, 36 km daqui. Lá o índice de pobreza é muito grande. É uma diferença que assim, nós ainda temos voz, porque as pessoas lá de Alto Paraíso venderam tudo que tinha e quem manda hoje na cidade é tudo de fora. E tem muita gente de fora. O povo nativo mesmo de Alto Paraíso você não vê. E aqui não. Você vê, a maioria é dono de negócio. (Entrevista com Tila, junho de 2019)



Figura 30 - Dormitório, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.

A família de Dona Benedita, principalmente suas filhas mulheres, se engajaram com o turismo, assim como muitos outros moradores. Para Tila, as mulheres foram grandes protagonistas na mudança da Vila de São Jorge, como pode ser visto nas fotos abaixo (Fig. 27, 28 e 30), as mulheres tomavam conta de estabelecimentos como dormitórios, restaurantes e artesanatos para vender (Fig. 29).

Quando iniciou o turismo, a Teia tinha um restaurante onde é aquela loja Carapiá, a primeira lojinha era dela. Ali era tudo do meu pai, tudo nosso. Então, ali era o restaurante dela e a casa dela. Quando iniciou o turismo, ela chamou a minha mãe: “Ah mãe, vamos abrir um café. A senhora fica com a parte do café e eu com a do restaurante”. Depois ela comprou onde é o restaurante dela hoje e eu entrei de sócia com a minha mãe na época, e ficamos lá no mesmo local. Eu costumo dizer que a Vila é matriarcada porque as empreendedoras são mulheres, donas de negócios. E a mulher aqui, como eu sou liderança, são mais líderes do que os homens. Então, elas se destacaram e os homens ficaram mais recolhidos. Então, eu costumo dizer e isso é visivelmente, não sou só eu, é todo mundo que chega vê isso. Nos negócios quem tá na frente são as mulheres, os homens tão mais retraídos. (Entrevista com Tila, junho de 2019)



Figura 31 - Mulheres trabalhando na cozinha, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 32 - Mulheres de São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.





Figura 33 - Fazendo tapeçaria, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 34 - São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.

Seu Dedé contava que na época de lua cheia a rua brilhava tanto que “parecia ter poste de luz”, e que “dava até sombra”. Essa memória, um tanto afetiva, é uma memória um tanto recorrente, assim como Seu Dedé descreveu, Tila e Henrique também descreveram a rua brilhante, toda cheia de lasca de cristal, como destacado no depoimento de Tila na página 59. Essa memória afeto também me foi passada como um sentimento de pertencimento, em que os cristais no chão que refletiam a luz era uma marca daquele lugar para os moradores.

A rua cheia de cristal brilhava. As pessoas começaram vir e a gente não sabia desse valor. Porque se fosse hoje, jamais deixaria levar os cristais. Porque é isso que faz parte do nosso, da nossa vida, desse sentimento de pertencimento, que pra mim aqui em São Jorge é muito forte. E a gente não pode deixar isso acabar. Se vocês andarem hoje, vocês veem uns pedaços pequenos. Isso que eu acho que é a magia da Vila, é o que encanta. Isso pra mim é muito forte. (Entrevista com Tila, junho de 2019)

### ***O conhecimento sobre as plantas***

Como já disse, Seu Dedé começou a garimpar com doze anos, mas antes disso já ia para o garimpo. Ele e outras crianças filhas de garimpeiros, aprenderam participando junto aos pais e outros garimpeiros. Para Ingold (2004: 10), tradição é um processo contínuo de aprendizagem. A formação das pessoas se dá a partir desse processo contínuo de aprender a garimpar, caçar e fazer roça no Cerrado da Chapada dos Veadeiros.

Na entrevista dada a Regina Saraiva, Dona Maria diz que seus conhecimentos sobre garimpo e remédios naturais vieram de seus pais, que transmitiram seus conhecimentos para seus filhos. Ela conta que sua mãe conhecia muito do Cerrado e que conhecia, pois era descendente de indígenas. Sobre sua mãe, ela disse: “ela era muito remedeira. A bisavó dela era índia, índia bem dura mesmo. E aí ela sempre foi criada assim, só com planta medicinal” (SARAIVA, 2006:105). Seu pai também aprendeu com os pais dele sobre “as coisas do cerrado”. Sobre a família de seu pai, ela disse que “eles eram mais do mato, de cerrado, de tirar planta pra beber [...], porque naquele tempo aqui não tinha farmácia [...] O pessoal aqui sobrevivia de quê? Das ervas, das plantas medicinais” (SARAIVA, 2006:107).

Minha mãe, ela era assim: quando ela ia para o mato, ela gostava de chamar a gente. Chamava eu e João, meu irmão: “meninos, vocês querem ir comigo acolá arrancar uns remédios?”. Aí, nós íamos muito curiosos. Toda vida eu fui muito curiosa nessas coisas. [...] Ela pegava e passava para a gente: “esse aqui serve para isso, isso, isso; essa planta aqui serve para isso, isso e isso”. Quando não era ela, era o pai da gente – a gente fazia a mesma coisa acompanhava ele. A gente mexia por esses matos tudo. Ele também passava esse mesmo conhecimento, às vezes, ele já conhecia plantas diferentes; isso é um conhecimento muito interessante; às vezes, ela conhecia uma maioria das plantas; ele já conhecia outra parte diferente do que ela conhecia. Tanto que o conhecimento do cerrado, a gente vai conhecer com a família da gente; a gente pega uma parte do pai e uma parte da mãe, porque tem umas plantas que às vezes minha mãe conhecia, que meu pai não conhecia. Aí, ficava assim, o que ela conhecia ela passava para ele, também o que ele conhecia passava para ela, acontecia isso. Então, a gente acompanhava o pai e a mãe para ter esse conhecimento. Tudo que a gente precisava, a gente coletava no cerrado. Para vender não, isso nós nunca fizemos, porque se a gente for fazer isso, acaba com as plantas do cerrado, não é? (SARAIVA, 2006: 106)

Quem carrega o saber das plantas medicinais e de seus preparos é chamado de raizeiro. Apesar de que muitos sabem como preparar remédios, quem tem o “dom” é quem tem maior habilidade com a preparação dos remédios. Seu Dedé aprendeu com sua mãe a fazer remédio. Para ele não é simplesmente aprender como, mas ter o dom dado por Deus.

Que com 12 anos a gente ia tirar o remédio. Quando uma mulher tinha filho, minha mãe chamava: “bora lá arrancar um remédio pra fazer uma garrafada para fulana, porque ela tá na limpeza do útero dela” - limpeza dentro dela depois de ter o filho, pra tirar o sangue. Eu ia com a enxada: “arranca esse remédio aí logo” - ela falou para mim [e eu respondi:] “a senhora não falou pra que que serve, não falou o nome, vou arrancar não”. Ela falava daquela planta, falava o nome, pra que servia, aí eu arrancava. Em outro lugar: “arranca esse trem aí” – eu fazia do mesmo jeito. Aí, a gente foi aprendendo, botando na cabeça que tem que aprender, né, que ela mostra para a gente e fala o nome, e pedir orientação muito a Deus. Ele preparou a gente para trabalhar com remédio. Tudo isso é dom. É dom. Quem não tem dom não adianta. A pessoa tem que ter dom para trabalhar com negócio de remédio. (Seu Dedé, abril de 2019)

O dom de fazer remédio também é a capacidade de, com as orientações de Deus, escolher as misturas, as fórmulas e as quantidades de cada planta a fim de curar, limpar ou auxiliar uma pessoa. Como coloca Attuch (2010):

As diferentes partes de plantas, usadas para elaborar fórmulas curativas, tais como folhas frescas ou secas, frutos ou parte deles, camadas específicas de cascas de caules, além de sementes, flores e raízes, são conhecimentos especiais de um raizeiro. Ao combinar uma variedade de partes de distintas plantas, o raizeiro faz “*remédio*” e não “*chá*” [...], além do conhecimento técnico a respeito da preparação das fórmulas, é fundamental ser portador do “*dom*” de curador, o que interfere diretamente na eficácia instrumental do remédio preparado. (ATTUCH, 2010: 117)

Em um trabalho sobre intermedicalidade e saber local, Iara Attuch (2010) apresenta a memória de dona Flor demonstrando como o conhecimento tradicional está associado à biodiversidade do Cerrado. De acordo com a autora:

O resgate da história de vida de Dona Flor e o uso da memória coletiva como ferramenta teórico-metodológica para a análise das informações etnográficas sobre o povoado do Moinho permitiram restituir o conhecimento tradicional de saúde associado à biodiversidade local, além de esclarecer o contexto intercultural no qual se insere a comunidade e o trabalho de parteira e raizeira que nela desenvolveu dona Flor. (ATTUCH, 2010: 112)

Para Attuch (2010), a associação entre conhecimento tradicional e biodiversidade, a vivência e o saber da fauna e da flora nativas, dos ciclos ecológicos, das águas, é o que faz a elaboração dos remédios e a explicação das doenças ganharem um significado coletivo, que faça sentido para a comunidade dos raizeiros.

Pertencer ao “*sertão*”, ao “*mato*”, trouxe a dona Flor uma sabedoria particular de quem acompanhou por muitos anos, desde a infância, os ciclos ecológicos: chuvas, secas, mudanças comportamentais dos animais de criação, lugares onde se encontram insetos venenosos e nocivos ao homem. Para dona Flor, a sabedoria que desenvolve “*provém de Deus*”, mas seu discurso como uma pessoa que trabalha na saúde parece formar-se na medida em que ela pensa seu viver em contraste com outros modos de vida. (ATTUCH, 2010: 119)

A princípio observando as histórias, é automático dizer que o saber das plantas é um conhecimento tradicional passado de geração a geração. Dona Maria, Seu Dedé e Dona Flor adquiriram seus conhecimentos sobre as plantas medicinais com seus pais, ou avós e estes aprenderam com seus respectivos ancestrais. Esse entendimento do conhecimento tradicional



passado de geração a geração, como colocado por Ingold (2004), “consists of a package of information, coded in words or other symbolic media, that is passed from generation to generation in an ancestor-descendant sequence” (p: 2).

Porém, para o autor, esse entendimento de conhecimento ignora o fator ambiental a que o conhecimento é atrelado. Por exemplo, Dona Maria recebeu o conhecimento de seus pais e esse conhecimento é baseado em um contato com plantas de uma região específica. Para Ingold,

I maintain that the essence of practitioners environmental knowledge lies in *skills*, that is in *developmentally embodied capacities of awareness and response built up through a history of involvement with the land and its inhabitants*. Thus, the growth of knowledgeability is an aspect of the growth of the organism-person in his or her environment. (INGOLD, 2004: 1)

Ingold complexifica a chave para entender o que é conhecimento, incorporando o conhecimento ecológico, ambiental, do que chamamos por conhecimento tradicional, estando estes inseparáveis. Para Ingold, o termo “traditional knowledge” é muitas vezes tratado nas discussões antropológicas tal como é utilizado pelo Estado, por burocratas, pelas autoridades administrativas, que não necessariamente como é atualizado pelos atores que o mobilizam. Nesse sentido, a definição do saber como conhecimento tradicional pode trazer uma outra perspectiva, como por exemplo, se o saber é passado de geração a geração, sem ligação com o meio em que essas pessoas estão. Para Ingold, conhecimento vai além de ser transmitido por gerações: ele é indistinguível da vida, das atividades realizadas pelas pessoas em um ambiente em que antepassados e contemporâneos pratica(ram) várias atividades.

My argument, to the contrary, is that knowing is not a matter of being in possession of information handed down from the past, but is rather indistinguishable from the life-activity of the organism-person in an environment which has itself been, and continues to be, fashioned through the activities of predecessors and contemporaries. (INGOLD, 2004: 2)

Ingold aborda a confusão em torno do conceito de conhecimento tradicional por meio de uma divisão conceitual. Ele distingue dois entendimentos sobre conhecimento tradicional, um incluído no discurso modernista do Estado e o outro no discurso diário da população local. O primeiro o autor chama o primeiro de MTK (*traditional knowledge in modernist conception*) e o segundo LTK (*traditional knowledge in local conception*). Ingold reconhece como uma das características do MTK o “modelo genealógico”, modelo baseado na ideia de que os elementos que constituem uma pessoa são passados de geração a geração, pelos antepassados daquele sujeito, independentemente da vida deste em seu ambiente, em seu território. Nesse entendimento, o MTK incorpora elementos como o meio ambiente, os animais e as plantas como objetos sem validade, sem importância para a geração de

conhecimento. Além disso, o MTK retira a importância do saber local, posicionando como uma não-ciência, sob o conceito de “conhecimento popular”. Para Attuch (2010), retirar a validade dos saberes populares, locais, está incluída dentro do discurso modernista do Estado trazido por Ingold (2004). A autora coloca que,

Sob o título genérico de “conhecimento popular”, os saberes sobre plantas, diferentes do saber da biomedicina, seriam somente “matérias primas” para as experiências em laboratório. A ideia de um saber local particular atrelado a uma cultura não teria eco, desde que o conhecimento presente nesse tipo de saber é, na narrativa, concebido como “regional”, de uma “população”, ou mesmo como de um “matuto”, os quais só ganham validade sob o escopo de um pesquisador ocidental, seja ele um farmacêutico, um agrônomo ou um médico. A biodiversidade seria aqui tratada como uma vida não-ocupada e os conhecimentos médicos locais seriam percebidos como uma não-ciência, como parte da natureza passível de melhoramentos por meio das manipulações microbiológicas da química orgânica e da engenharia genética (SHIVA, 2001:27). (ATTUCH, 2010: 138)

O conhecimento de Dona Maria, que constitui sua pessoa e a faz ser reconhecida por outros, não poderia ser entendido a partir do MTK, pois o saber das plantas, da preparação dos remédios e da região em que as plantas ficam, depende da vivência diária de Dona Maria com as plantas. Dona Maria também diz sobre aprender com outros garimpeiros.

Todos esses garimpeiros que trabalhavam... Acontecia assim: eles chegavam assim, no acampamento do outro... Uma comparação. Olha, até quando depois que o meu pai morreu, às vezes chegava: “Maria” - o sujeito estava assim gripado, não sei o que - “você conhece algum remédio que serve para gripe?” Eu ia lá no mato, arrancava e trazia para ele. “Olha, isso foi o que minha mãe me ensinou, era o que ela me dava e eu usava, eu tomava e me sentia bem, você vai sentir bem também.” O outro ia e pegava aquela receita. É por isso que tem muita gente que presta atenção e ele aprende. Aí, ele pegava a folha daquela planta ali, ficava olhando, aí dizia: “eu vou olhar isso aqui, porque eu tenho que aprender. Às vezes eu posso estar numa região ou num local que não tem ninguém que conhece, eu já conheço, já tenho esse conhecimento”. Um ensinava para o outro. Um garimpeiro para o outro garimpeiro. Aí ele pegava, olhava, daqui, dali, olhava e falava: “Da outra vez, agora eu já sei qual é o remédio”. Então, da outra vez ele já ia lá, já pegava o mesmo que eu tinha passado para ele, ele já sabia qual era. [...] Trocamos. Aí, ele vai se lembrando das que ele tem conhecimento, que ele usa, ou das que ele arranca para os outros. [...] Então, a gente tem esse contato. Ele tem um conhecimento grande. Ele explica tudinho: “tal planta assim, assim. Vocês não conhecem, eu vou passar para vocês”. O que ele conhece ele passa para nós e o que nós conhecemos, passamos para ele. (SARAIVA, 2006: 103/4)

Os saberes das plantas medicinais nos garimpos de quartzo eram compartilhados: mesmo aprendendo com os pais, os próprios contemporâneos se ensinam e trocam conhecimentos, e seguem praticando os ensinamentos trocados. Esse entendimento da população local do que é conhecimento e como ele se transmite, se adequa melhor ao LTK, que, de acordo com Ingold (2004), é entendido como um processo contínuo de criação de saber ligado ao meio ambiente daqueles sujeitos. Como coloca Ingold:

*Now knowledge of this kind, namely LTK, is not really 'passed down' at all. Rather, it is continually generated and regenerated within the contexts of people's skilled, practical involvement with significant components of the environment. This means that LTK is not*

cognitive: it does not lie 'inside people's heads', as opposed to 'out there' in the environment. It lies, rather, in the mutually constitutive engagement between persons and environment in the ordinary business of life. Or to put the contrast in another way, whereas MTK consists of items of knowledge that are stored in memory, from which they may be accessed and expressed in practice, *LTK subsists in practical activities themselves, activities that may also be understood as ways of remembering*. (INGOLD, 2004: 9)

Dona Maria aprendeu com os pais e com outros raizeiros como se garimpa e como se prepara remédios, com eles praticou o garimpo e os remédios. Para ela, o conhecimento é baseado na troca contínua dos saberes, e como existem muitas plantas, com diferentes funções, e que vivem em lugares específicos, dividir o conhecimento é uma “tradição de um com o outro”.

O cerrado é um segredo muito grande... Cada lugar tem uma espécie. É muito raro você encontrar todas espécies num lugar só... é uma bolada aqui, é outra partindo para o lado da Água Quente, outra lá para o lado do Vale da Lua, sempre no cerrado. Porque ele, uma comparação, se aqui eu conheço dez espécies de plantas medicinais, se eu vou ali para o Parque, lá já não tem essas dez que tem aqui fora, e assim eu já estou pondo assim o mínimo; aí vou lá, não encontro essas dez que eu encontrei aqui fora. [...] Aí eu vou partir aqui para o lado do Raizama, lá eu vou encontrar a mesma espécie de planta medicinal que eu encontrei aqui. Planta que não tem aqui, só vai ter lá na divisa de Colinas, lá onde eu estou falando, no João de Teodora. Então é uma parte que a gente sabe que existe. Não tem naquele local e aí a gente procura. É uma tradição muito grande de um com o outro, um contato muito grande, sabe? Se a gente vai andar o cerrado todinho, a gente Ave Maria, se for procurar as plantas que têm nesse mato aí, tem muita coisa. (SARAIVA, 2006: 104)

Durante a entrevista que realizei com Varlei, ele comentou algo parecido. De acordo com ele, o saber das plantas é um eterno aprendizado, e que é com os mais velhos, e nativos, que se aprende e cresce, ideia que remete ao entendimento de Ingold citado na página anterior.

A gente já vai crescendo com o pessoal daqui que são nativos, com os mais velhos. E a gente nunca aprende tudo, sempre você está sempre aprendendo. Eu ainda tô aprendendo. O Dedé ali tá aprendendo também. Sempre assim, tem muitas coisas que não está no conhecimento da gente. Igual a gente conhece todas as plantas aqui, mas você não sabe as utilidades dela. Da forma que tem que fazer, pra que ela serve. Igual pra gente assim. Às vezes, tem muitas plantas que a gente nem sabe o nome. Mas quando a pessoa fala daquela planta, você já sabe qual é a planta e onde está ela. Que planta é o seguinte, não tem em qualquer lugar. Todas as plantas têm o habitat dela certinho, ela não dá em qualquer lugar. Igual a gente aqui, quando fala uma planta eu já sei o local que tem ela, eu não vou nem procurar, eu já sei onde tem. (Entrevista com Varlei, junho de 2019)

O saber das plantas medicinais e de como fazer os remédios entre o povo garimpeiro é um conhecimento produzido, e transformado, pela transmissão e pela prática. É um saber tradicional construído constantemente dentro do cotidiano desse povo. Iara Attuch diz que “os processos criativos são fundamentais na constituição de uma realidade social” (2010: 140). Em seu estudo com Dona Flor, a autora entende que os saberes sobre os territórios destes povos, como o do Moinho e o de São Jorge, têm sido ignorados pela sociedade civil, que os

enxergam como “áreas classificáveis como de proteção ambiental, dotadas de biodiversidade, patrimônio natural e genético” (p. *idem*), mas não enxergam as pessoas que vivem há anos “reproduzindo seu modo de viver e de se relacionar com a terra, as águas, os animais e os vegetais” (p.*idem*). Para a autora,

Elaborar remédios e explicações para as doenças é parte do processo criativo em que o mundo ganha significado dentro de uma coletividade, cujos conhecimentos têm sido incorporados às pesquisas e estudos da tradição ocidental na qualidade de “saber popular”. Contudo, como tentei demonstrar, tais conhecimentos são tradicionalmente aprendidos e perpetuados, ou seja, eles se vinculam ao *habitus* de povos que vivem no e do Cerrado; eles são transmitidos pela palavra oral e pelas práticas cotidianas dos mais velhos para os mais jovens; eles são dinâmicos em relação a outras tradições de conhecimento cuja interação transforma seus significados, incorporando outras práticas e estabelecendo diferenças em relação a elas. (ATTUCH, 2010: 140)

A conservação desses saberes e práticas se mostra presente na quantidade de cursos oferecidos hoje sobre os remédios do Cerrado. Seu Dedé oferece aulas àqueles que quiserem aprender, que tiverem vontade, mesmo que não tenham *dom*. Na entrevista de Saraiva com a falecida Dona Maria, esta também diz que iria continuar ensinando sua família sobre as plantas e os remédios: “eu quero que eles tenham interesse pelas coisas do cerrado” (SARAIVA, 2006: 105).

Neste capítulo, trouxe histórias e memórias pessoais que revelaram para mim práticas, características e conhecimentos que faziam parte da vida do povo garimpeiro. As histórias de vida individual colhidas por entrevistas, minhas e de outros pesquisadores, podem, como coloca Pollak, ser sucetíveis de apresentarem de inúmeras maneiras o contexto no qual são relatadas (1989: 13). Muitas vezes os interlocutores voltavam às mesmas situações, adicionando, ou não, mais partes as histórias contadas, e mesmo assim era possível perceber os fios condutores que ligam as histórias contadas. Seguindo o pensamento de Pollak em que se entende que as “características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais” (p. *idem*), penso que as histórias que me foram contadas remontam parte da identidade, e principalmente a história, do povo garimpeiro, pois mesmo que no nível individual “o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (1989: 14).

Com todas as memórias individuais, pude perceber as histórias distintas do povo, que possuía múltiplas características em diferentes épocas, e regiões. Mas apesar das diferenças se compartilhava conhecimentos, aprendizados e tradições que eram articulados entre gerações. Suas histórias foram lapidadas com e no ambiente em que essas pessoas viveram e vivem, o Cerrado. Este era explorado cotidianamente pelos moradores da região, com a exploração de

cristal, o uso das plantas medicinais, uso da lenha, coleta de frutos e flores, caça de animais, etc.

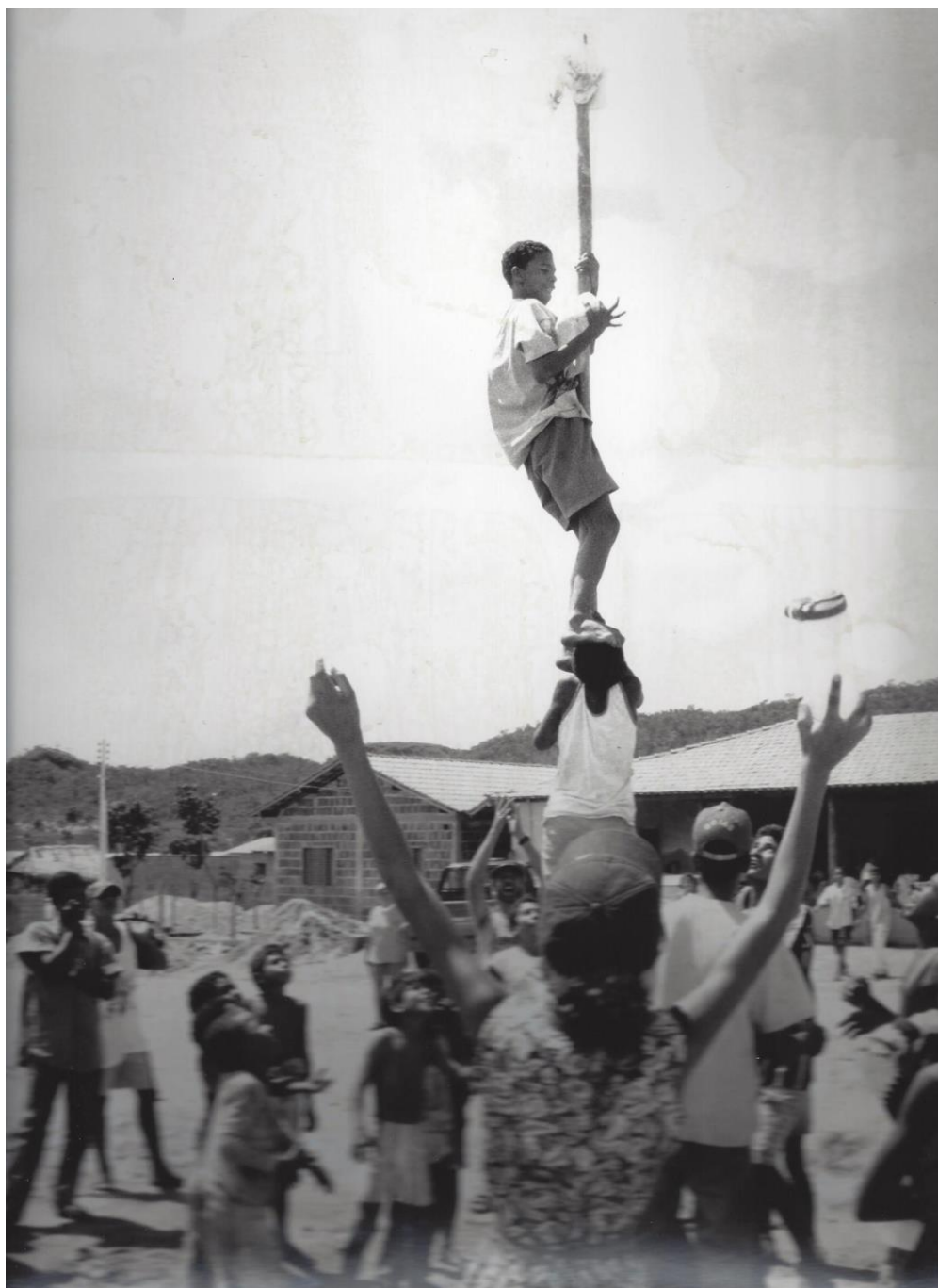


Figura 35 - Pau de Sebo, São Jorge, 1996. Foto: Bia Tahan. Fonte: arquivo pessoal.

### **CAPÍTULO III - O saber garimpeiro, um ensaio etnofotográfico**

#### ***O quartzo, cristal de rocha***

O quartzo é a fase estável da sílica em temperatura ambiente, é um dos minerais mais abundantes da crosta terrestre, chegando a ocupar 12% do volume total da crosta (GUZZO, 2008). Ele ocorre na “composição de rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas, na forma monocristalina (quartzo hialino, ametista, citrino, etc.), na forma policristalina (quartzito, calcedônia e ágata) e amorfa (opala)” (GUZZO, 2008: 681).

Sua estrutura hexagonal com pontas em formato de pirâmides e múltiplas cores, proporciona uma beleza impactante. Além da beleza estética, o quartzo é também um material de grande importância em diversas aplicações industriais, podendo ser usado na construção civil, na produção de prismas, filtros, lentes e na indústria eletrônica. No Brasil, o quartzo é encontrado nos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

As várias aplicações do quartzo ocorrem devido à sua abundância, suas propriedades físicas e a disponibilidade de cristais com alto grau de perfeição cristalina. Foi por essas características que vários fenômenos físicos foram descobertos, como a piroeletricidade e seus efeitos, descobertos em 1824 por Brewster; como o efeito ferrobielástico, descoberto por Zinserling em 1932; e como os espalhamentos Briloin e Ramam, e os efeitos ópticos não lineares na metade do século XX (GUZZO, 2008: 681). As aplicações industriais do quartzo consistem em areias e quartzitos como agregados para a construção civil; produção de tintas, porcelanas, louças, vidros; produção de prismas, filtros, lentes, fibras ópticas, dispositivos piezelétricos e material para a indústria eletrônica (GUZZO, 2008: 682). Na escala Mohs<sup>11</sup> que quantifica a dureza dos minerais, o quartzo possui dureza 7,0 e também grande resistência química. Essas qualidades são importantes para a utilização do quartzo nas aplicações citadas anteriormente.

O quartzo hialino, ou cristal de rocha, é incolor e possui grande transparência, porém a maior parte dos cristais são opacos, devido a inclusões e fissuras internas. Os cristais opacos são chamados comumente de cristal leitoso. Há uma gama de cores nos cristais e esta diferença é uma forma de se classificar as variedades do quartzo natural. Além do cristal de rocha, há: a ametista, de cor violeta; o citrino, de cor amarela; o róseo, de cor rosa; o quartzo

---

<sup>11</sup> A Escala de Mohs é a escala que quantifica a dureza dos minerais. A escala foi construída pelo mineralogista austríaco Friedrich Mohs, em 1822. Os minerais que ocupam as extremidades da escala são o talco, considerado o mais mole, e o diamante, considerado o mais duro. (GROTZINGER, 2013). A dureza é a facilidade com que a superfície de um mineral pode ser riscada. O diamante é o mineral mais duro da natureza, considerado pela Escala de Mohs, de dureza 10 (GROTZINGER, 2013).

negro, ou murion; o esfumaçado, com diferentes intensidades; o quartzo azul; e o quartzo verde, chamado também de prásio (GUZZO, 2008: 689).

Durante a IIª Guerra Mundial, o quartzo era muito utilizado na produção de bombas, relógios e vidros. Foi nessa época que realizaram a descrição morfológica dos depósitos de quartzo. No Brasil, esse trabalho foi realizado por Stoiber (1945), Campbell (1946) e Johnston e Butler (1946), que mapearam os veios de quartzo (fig. 32) e localizaram quatro zonas de ocorrências que foram exploradas na época. Na zona categorizada como o Cinturão do Sul do Goiás, está localizada a Chapada dos Veadeiros.

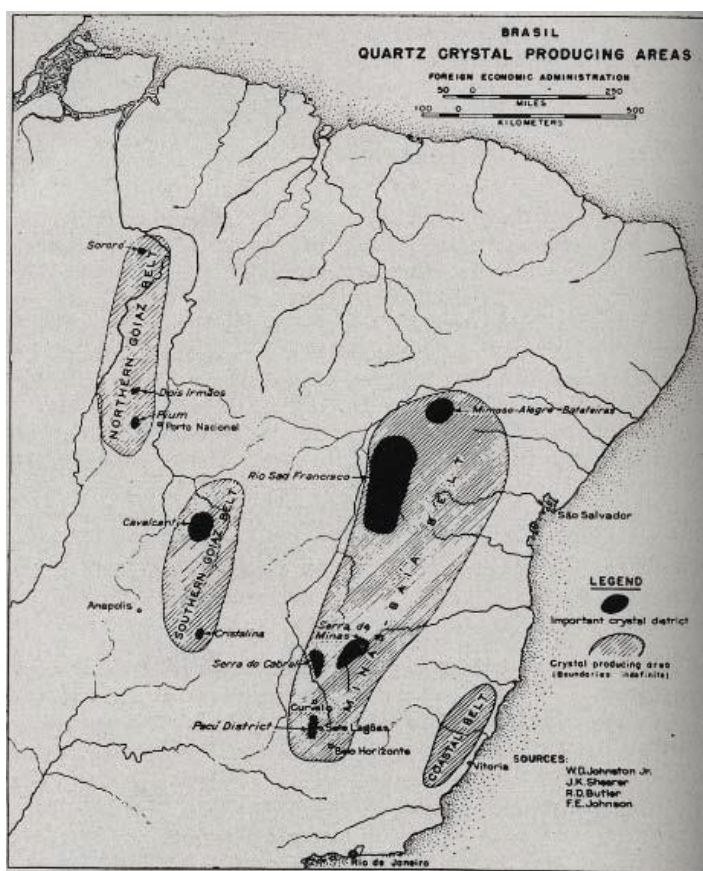


Figura 36 - Tradicionais zonas de ocorrências de veios hidrotermais de quartzo explorados a partir de 1940 (Stoiber et al., 1945). Fonte: GUZZO, 2008.

Essas zonas são referentes à ocorrência dos veios hidrotermais. Os veios se formam por conta do “baixo grau de solubilidade da sílica em água nas pressões e temperaturas observadas nas proximidades da superfície” (GUZZO, 2008: 691). Ou seja, a sílica preenche as cavidades nas rochas graníticas e, quando submetida a quedas de pressão e temperatura, formam monocristais de quartzo nas paredes das cavidades. Os cristais de quartzo emergem encaixados em quartzitos, rochas graníticas ou sedimentos. Os veios são irregulares e podem ocorrer em cavidades alongadas e estendendo-se por vários metros, em diques ou bolsões. O quartzo ocorre também em pegmatitas, uma rocha ígnea, e acredita-se que sua formação



acontece pela solidificação do magma dentro de cavidades, em que no núcleo se cristalizam os quartzos.

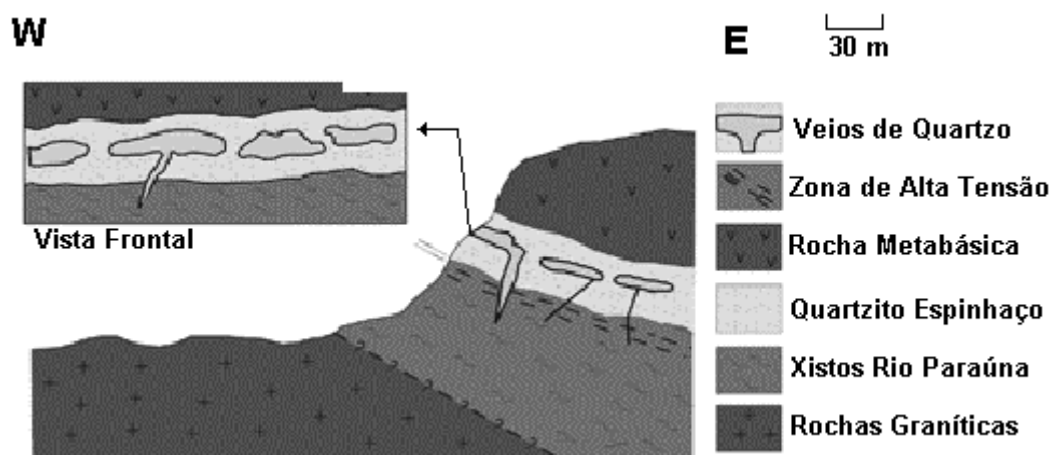


Figura 37 – Esquema do perfil geológico de veios de quartzo do Morro do Juá (Gouveia, MG) e sua inserção nas encaixantes (Chaves et al., 2003). Fonte: GUZZO, 2008.

É interessante pensar que enquanto há sílica, pressão e temperatura nos veios termais, os cristais de quartzo não param de crescer. Seu Dedé mesmo me explicou que enquanto o cristal está na terra, ele não para de crescer e fica soltando seus “filhotes”. Já, quando se tira o cristal da terra, ele para de se desenvolver.



Figura 38 – Fragmento de cristal de quartzo com seus “filhotes”. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin.

Os garimpeiros possuem suas próprias explicações que, muitas vezes, aparentam estar fundamentadas nesses conhecimentos geológicos sobre a formação dos cristais, mas talvez possa ser o caminho inverso. Seu Dedé me explicou algumas vezes sobre o movimento dos cristais no solo. De acordo com ele, é preciso caçar os cristais, buscando os veios e encontrando onde há uma grande quantidade de cristal. Mas o cristal, de acordo com ele, se

move pelos veios e pode fugir, enganar, sumir. Seu Dedé conta no seguinte trecho sobre essa mobilidade dos cristais.

Nós estava lá em cima. Então, o garimpo é assim: o garimpo sobe e desce. Tem lugar que ele dá cristal na baixada, noutro lugar ele dá na serra, em cima. Então, o cristal anda. Anda porque tem um veio. Então, o cristal é uma camada assim que vai, sabe. O cristal muda, ele não fica num lugar só, tem vez que ele some. Você vai garimpando e não acerta mais um veio de jeito nenhum. O cristal some que [você] não sabe pra onde ele foi. Ah, você pode deixar pra lá. Por isso que fala queimou: o garimpo queimou, a crata queimou. Queimou porque não deu mais cristal. Acabou o cristal, sumiu. (Seu Dedé, abril de 2019)

A explicações dadas pelos garimpeiros sobre as formações dos cristais, a sua movimentação e onde afloram fazem parte de um conhecimento que emergiu no convívio com a exploração dos cristais, e é atualizado ainda hoje. Voltaremos adiante a essa relação do garimpeiro com o cristal e como a interação é baseada nos sentidos daquele que garimpa, em observar e ler os terrenos, os veios, escutar o som da enxada e da picareta. Por enquanto, tentarei explicar como funciona o garimpo de cristal.

### ***O garimpo, a enxada, a crata e os cristais***

Como dito no capítulo anterior, classifico o garimpo de quartzo na Chapada dos Veadeiros em três fases. A primeira, de 1912 a 1950, foi o momento das primeiras explorações de cristal e da criação das *corrutelas*; foi um momento de forte migração para a região. Nessa primeira fase, entendi que o garimpo era de grandes peças de cristais e que a venda se dava pela peça inteira, e poucos vendiam lascas. A segunda fase, de 1950 a 1970, é marcada pela queda do preço do quilo do quartzo e a construção de Brasília, o que fez com que muitos garimpeiros deixassem as regiões de garimpo. Nesse período, o garimpo de peças inteiras deixou de ser o mais eficiente e muitos se aproveitaram das *cratas* já abertas, dos cristais já tirados e da produção de lascas a partir das peças que haviam sido “rejeitadas” nos momentos de alta do garimpo. Os garimpeiros chamam esse tipo de garimpo de refugio, em que se aproveita os restos deixados nos garimpos.

A terceira fase do garimpo de cristal seria de 1970 a 1990. Essa fase é marcada pelo início do turismo na região, a proibição do garimpo, os conflitos com o Governo por conta da criação do Parque Nacional do Tocantins, mais tarde Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a criação das associações de condutores de visitantes e moradores, e os cursos de condutores oferecidos pela administração do Parque. De 1990 até hoje, o garimpo continua proibido. A atividade econômica principal se tornou o turismo. Muitos nativos não moram mais na Vila de São Jorge, apesar de muitas vezes trabalharem na Vila, ou como condutores. O que não significa que o garimpo tenha acabado. Há aqueles que ainda garimpam fora das

áreas de preservação e vendem os cristais na Vila ou em Alto Paraíso. Foi me contado também que durante a construção da GO-239, estrada que liga Alto Paraíso a Colinas do Sul, concluída em 2018, muitos moradores passeavam nas estradas que estavam sendo abertas por escavadoras para recolher os cristais que foram retirados durante o corte da estrada, ou seja, a prática do garimpo está viva.

Foram muitos os garimpos na Chapada dos Veadeiros. Muitos lugares foram nomeados a partir dos garimpos que lá existiam. A Cachoeira do Segredo recebeu esse nome por conta do garimpo do Segredo, assim como a Serra do Segredo, a Serra do Cristal, por conta da enorme quantidade de cristal que se retirava. A Cachoeira do Garimpão, atual Saltos do 120 e do 80, receberam estes nomes por conta do garimpo do Garimpão. O córrego do Preguiça, que fica na Vila de São Jorge, tem esse nome por ali ser o garimpo do Preguiça. Assim como esses lugares, houveram outros que também foram nomeados por conta de garimpos.

J: Você pode contar um pouco pra gente dos nomes dos lugares? Você contou pra gente do Garimpão e da Cachoeira do Segredo. Mas tem outros lugares que também vêm de nome de garimpo?

SD: Tem a Varginha, ali perto de onde vira pro mirante da janela. Tem também Pedrãozinho, esse eu já falei. Foi lá que nós tiramos cristal. Tem o Mercedes, tem o garimpo dos Ingleses, tem Estiva, tem garimpo da Fiandeiras, tem garimpo do Chiqueirinho, tudo onde eu trabalhei. Tem garimpo do Garimpinho, que eu trabalhei lá também. Tem garimpo Pedreira, que é dentro de umas pedras. Tem o garimpo do bode, que antigamente tinha um bode [de rocha]: você olhava de ladinho era um bode deitadinho, até de chifre.

J: Hoje os garimpos estão nas áreas que o turista vai? Ou o garimpo está longe de onde tá o turista?

SD: Alguns lugares, Júlia, é longe do turista, mas tem jeito de ver. Que tem um lugar que a gente leva dois dias para ir pra lá, um dia para ir e um dia para voltar. Inclusive lá no Sete Quedas [trilha do PNCV], passa em cima de um garimpo, no garimpo da Estiva. Tem outro garimpo em cima do morro do Buracão, que dá o nome do Morro do Buracão, tem um garimpo lá em cima, um buraco grande. Tem muito garimpo aqui. Antigamente, também tinha um garimpo descendo aqui [no Rio Preto]. O garimpo chama de Buritirana. Lá onde você viu as pedras rupestres, lá tem um garimpo também. Para o lado de Cavalcante também tem muito garimpo, mas nunca fui de trabalhar por lá não. Muito dos garimpos aqui que a gente ia não tem nome, né. Não tinha currutela. Esses que eu tô falando já teve currutela. Garimpinho, Chiqueirinho, Fiandeira. Nós acampamos em tudo lá. (Entrevista com Seu Dedé, junho de 2019)



Figura 39 – Áreas de Garimpo na Chapada dos Veadeiros. Fonte: SARAIVA, 2006: 131.<sup>12</sup>

Esses nomes foram dados pelas comunidades que viviam na região e que constituíam seus territórios por meio de suas atividades cotidianas, tais como a mineração de cristal, o cultivo de roças e a criação de animais, a cata de remédios, etc. Afinal “dar nomes aos lugares geográficos também é uma prática cultural” (SARAIVA, 2006: 138). Como colocado por Saraiva (2006): “as toponímias foram sendo atribuídas pela comunidade tradicional ao longo da ocupação da região. São designações de lugares e espaços, cujas marcas são representações daqueles grupos, fundamentadas em suas experiências” (p: 138).

Os garimpos vistos no mapa dão uma noção da malha territorial deste povo, que ocupava e nomeava esses espaços. Nos garimpos mais distantes das *corrutelas* era preciso levar comida e montar acampamento, dependendo da quantidade de tempo que se passaria naquele garimpo. Como Tila descreve no seguinte trecho.

T: Tinha garimpo que era longe. Tipo a Estiva. Tinha que fazer acampamento, levava tudo e ficava lá semana. Saía do domingo aqui e só retornava na sexta. Ou passava quinze dias lá. Tirando cristal. Tinha outro que era lá nas Fiandeiras, que é 18 km daqui [São Jorge]. Aí você garimpava, mas fazia roça também, porque ficava meses. Esse eu não fui não. Mas meu irmão foi e ele ficou meses lá. Garimpando e plantando roça. Aí ele voltava, ficava uns dias e voltava de novo.

JO: E vocês levavam muita coisa para lá? Como vocês faziam?

T: Tinha animal. Tinha cavalo, a gente preparava as bruacas e botava os mantimentos. Você sabe o que é bruaca? (ver glossário). (Entrevista com Tila, junho de 2019)

<sup>12</sup> O mapa feito por Saraiva (2006) é anterior a ampliação do PNCV, mostrada na página 40.

Mas afinal, como se começa um garimpo? Assim como o garimpo de ouro (CLEARY, 1999), ou diamante, o garimpo de quartzo começa com a prospecção da área. Como colocado por Cleary (1992), aquele que realiza a prospecção é muitas vezes um garimpeiro experiente, sozinho ou com um pequeno grupo.

O garimpeiro que faz expedições de prospecção é chamado de desbravador e pode estar sozinho ou com um pequeno grupo. Somente os mais experientes vão em sérias expedições de prospecção porque, além de requerer um grau considerável tanto de perícia quanto de sorte, para se ter sucesso deve-se ser capaz de viver e de se mover na floresta somente com o mínimo de equipamento. (CLEARY, 1992:8)

Para realizar a prospecção do quartzo é preciso ler a paisagem atentando para a direção dos veios. Seu Dedé me ensinou que é preciso ler a direção do quartzo para entender o caminho do veio e onde haverá “a bolada de quartzo”. Quando a ponta piramidal do cristal aponta para esquerda, direita, frente ou trás, isso significa que há cristal na direção apontada; se ele aponta para baixo isso significa que os cristais estão para baixo, no fundo no solo; e se aponta para cima, isso significa que não há mais cristal. A direção da ponta do cristal é o que guia os garimpeiros no momento de escavar a *crata*. Na figura abaixo, Seu Dedé mostra duas pontas do cristal, uma apontando para cima, e a outra para frente, significando que os veios de cristal estão apontados para frente. Portanto, é nessa direção que se abre as *cratas*.



Figura 40 – Seu Dedé explicando a direção do veio de cristal. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, São Jorge - GO. Junho de 2019. Foto José Procópio.

Quando é reconhecida uma jazida de cristal, inicia-se a escavação com pás, enxadas e picaretas. É logo após o momento da descoberta que se iniciam atividades frenéticas na abertura dos trabalhos no garimpo. Esse momento frenético da formação de um garimpo cria expectativas e as *fofocas*. A *fofoca* é a expectativa do *bamburro* (fig. 38), de encontrar o que se procura, no caso, cristal. Essa expectativa corre entre os garimpeiros, atraindo outros para o novo garimpo que está se abrindo. Como houve um garimpeiro experiente, ou um grupo, que encontrou aquela jazida, se criam regras para a entrada de um novo garimpeiro no garimpo.



Como colocado por David Cleary, em relação ao garimpo de ouro, “os garimpeiros chamam esta fase da formação do garimpo de “fofoca”. A definição de fofoca é [...] quando um garimpo está produzindo muito ouro e as pessoas afluem para aquele ponto” (1999: 49).

Cleary diz que

A fofoca não começa com a descoberta inicial de ouro e escavação de um barranco por prospectores pioneiros, mas com o objeto dos sonhos de todo garimpeiro, o “bamburro”, a descoberta de um trecho com material excepcionalmente rico. As notícias de uma descoberta são difíceis de conter e os rumores começam a correr, atraindo garimpeiros dos arredores. De acordo com a convenção, quando eles chegam, devem procurar “o dono da fofoca” e pedir-lhe para demarcar uma área para eles trabalharem. O dono da fofoca é o prospector pioneiro que descobriu ouro naquele lugar. (CLEARY, 1992, 49)



Figura 41 – Seu Dedé carregando suas ferramentas para garimpar (a enxada e um facão). São Jorge - GO. Abril de 2019. Foto José Procópio.



Figura 42 – O sonho pelo bamburro. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto José Procópio.

Assim como as fofocas dos garimpos de ouro, as fofocas das jazidas de cristal atraíram muitas famílias para a Chapada dos Veadeiros (SILVEIRA, 1997). Apesar de supor as fofocas

dos garimpos de cristais, não consegui saber como elas funcionavam e se a jazida da fofoca tinha seu “dono”, pois não há muitos registros sobre o início dos garimpos nas jazidas de cristais. Consegui, contudo, entender que havia certos donos das *cratas*, buraco que é formado a partir da retirada da terra e dos cristais.

Ao abordar o garimpo de ouro na Amazônia, Cleary traz discussões sobre: a corrida do ouro; as semelhanças e diferenças entre distintos garimpos na Amazônia; a história da extração do ouro na Amazônia; as técnicas e a tecnologia usadas para a mineração de ouro; a estrutura social e econômica; e a ligação da garimpagem com o Estado. Para Cleary, a formação de um garimpo é um processo que requer que pessoas tenham diferentes funções e é durante esse processo de formação que ficam evidentes as estruturas sociais que, à primeira vista, não existem naquele contexto.

A formação de um garimpo é um processo complicado. Ele começa com um prospector ou pequeno grupo deles, e termina com marcas de centenas, milhares de garimpeiros trabalhando nos arredores da área inicial da descoberta do ouro. As relações sociais têm que ser definidas, como também, o espaço dividido para as pessoas trabalharem. A sequência de eventos que começa com uma prospecção bem sucedida e termina com a formação de um garimpo maduro, compreende, usualmente, poucos meses e, raramente, dura mais de um ano. É um período de frenética atividade, com mudanças radicais seguindo-se umas às outras, numa velocidade atordoante. À primeira vista, toda esta atividade parece caótica, uma expressão da proverbial anarquia e ilegalidade das comunidades mineiras de ouro; mas por trás da névoa destes eventos residem processos altamente estruturados, comuns à formação de todos os garimpos, pequenos e grandes. (CLEARY, 1992: 49)

Apesar de seu tema ser o garimpo de ouro, pude perceber que certos aspectos como as prospecções e as *fofocas* também foram aspectos do garimpo de cristal. Assim como ele trata do dono da *fofoca* no trecho acima, há no garimpo de cristal um dono da *crata*. Pelo o que entendi, é aquela pessoa que encontra a jazida e dá início ao garimpo. Todos aqueles que vêm após esse momento são colocados em alguma função dentro do garimpo. Porém, no caso do garimpo de cristal, muitas vezes você divide o trabalho com parentes ou afins, que delegam e dividem o trabalho. Então, o dono da *crata* pode ser um sogro, no caso do Seu Dedé: “nós veio para Santana, ficamos um tempo aí mais meu sogro, tirando lasca e drúzia” (abril, 2019), ou um cunhado, um primo, a esposa ou o marido.

No momento em que a *fofoca* começa e os garimpos se enchem de garimpeiros, funções são delegadas e os espaços divididos. No garimpo de cristal, quando se abre uma *crata*, os garimpeiros se dividem em diferentes funções, podendo ter em uma só *crata* cerca de vinte pessoas trabalhando. Varlei conta que na Serra do Silêncio chegava a ter mais de duas mil pessoas trabalhando em diferentes *cratas*. Porém, nem todo garimpo, ou *corrutela*, contava com tantas pessoas. Seu Dedé conta que o Garimpão, localizado hoje dentro dos

limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, contava com cerca de cinquenta pessoas, homens e mulheres, procurando cristal e abrindo *cratas*. No caso de Seu Corinto, que era “dono” de uma *crata* no garimpo do Garimpão, Seu Dedé conta que “ele tinha vinte, trinta homens direto no garimpo, trabalhando com ele” (Seu Dedé, junho de 2019).

Seu Dedé me contou que a quantidade de garimpeiros por *crata* dependia muito se ocorresse desta ser uma *crata* profunda e que estivesse dando muito cristal. Aí o trabalho era incessante. Nessa situação, um ou dois garimpeiros deveriam se posicionar no fundo da *crata* garimpando e colocando a terra em baldes, outro deveria ficar numa plataforma de madeira e deveria retirar os baldes. Os que estão dentro do buraco precisam estar constantemente alertas às paredes da *crata*, pois quanto mais profundo o buraco mais chance de desabamento. Fora da *crata*, havia aqueles que recebiam os baldes e separavam a terra do cristal. Esta é a função que poderia ser exercida por muitas pessoas, dependendo somente de quanta terra é retirada do buraco. Assim, no mínimo, poderiam estar trabalhando em uma *crata* profunda quatro pessoas. Se a *crata* fosse rasa e ampla e tivesse muito cristal, esse número não vale como exemplo, pois apesar do espaço aumentar, e ser mais fácil se mover pela *crata* sem muitos perigos, pode-se estar trabalhando sozinho ou com muitas pessoas.

Basicamente, o processo de abertura de uma *crata* é a remoção da terra e dos cristais, separando o que é terra e o que é cristal. No garimpo do Garimpão houve diferentes tipos de *cratas*, algumas profundas e pequenas, outras rasas e extensas, túneis e *locas*. Em um *crata* profunda e em um túnel, é necessário cavar e retirar a terra, calçar as laterais e o teto, no caso do túnel, tendo muito cuidado para não deixar ceder as paredes. Em uma *crata* rasa e extensa, a retirada é mais fácil: enquanto a terra é retirada se criam morros e não é preciso calçá-la.



Figura 43 – *Cratas* rasas e os morros criados a partir da retirada da terra, no garimpo do Garimpão. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, São Jorge - GO. Junho de 2019. Foto José Procópio.





Figura 44 – *Crata* profunda, no garimpo do Garimpão. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, São Jorge - GO. Junho de 2019. Foto José Procópio.



Figura 45 – Entrada de um túnel, no garimpo do Garimpão. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, São Jorge - GO. Junho de 2019. Foto José Procópio.

Durante a remoção da terra, os cristais são analisados e separados de acordo com o que os garimpeiros estão à procura. Os garimpeiros buscavam sempre os cristais mais hialinos, “limpos”, mas os cristais leitosos são mais comuns de serem encontrados. A retirada do cristal é manual, o que muitas vezes dificulta a retirada de uma peça inteira de cristal. Mas os garimpeiros tinham formas de retirar as peças de cristais sem quebrá-los. Varlei me explicou que comumente era utilizada uma ferramenta chamada *ranheta*, uma espécie de picareta que possuía uma ponta torta e côncava, o que facilitava fazer uma alavanca e retirar o cristal sem quebrá-lo.

Que o cristal da rocha é melhor do que os que dá em gruta, porque ele é um cristal mais puro. Ele é um cristal difícil de tirar, que às vezes tem que aplicar a dinamite; que tem certos pontos que fecha, aí tem que aplicar dinamite para explodir a rocha e chegar no cristal. E quando chega no cristal, aí abre, aí ele amolece, dá junto com a porcelana. Essa porcelana ela é bem mole mesmo e o cristal, quando ele dá, ele não é de ficar dando uma pedra, outra mais na frente: quando ele dá é aquela bolada, igual fosse um cacho de banana. Quando você tira pedra, aparece outra, aparece outra. E você tem que tirar usando uma ferramenta que tem que

ela tem uma ponta tortinha, chama ranheta. Aí você vai descascando até tirar. Se você quebrar uma face da pedra ela perde valor, aí você tem que tomar cuidado pra tirar. Entendeu? (Varlei, junho 2019)

Após a retirada, separam-se os cristais e aqueles com algum tipo de impureza são lapidados, retirando as partes “sujas”. A retirada das impurezas, como me foi contado por Seu Dedé, era feita a partir de um martelinho de ferro. “Um martelinho pequenininho. Aí colocava um cabo e descascava o cristal. Na mão. A mão era quebrada, tudo cortada. Meu irmão uma vez foi tirar a digital e não achou, não tinha digital, era tudo cortada” (Tila, junho de 2019).

Porém, também é possível descascar um cristal usando outro. Aparentemente as lascas eram mais baratas do que as peças inteiras de cristal. De acordo com Seu Dedé e outros, um quilo de lasca era cerca de dois reais.

A gente trabalhava nesse tempo, quando a gente não tinha condição de comprar nada, a gente trabalhava nesse tipo de garimpo, fazer essa lasquinha pra vender a um real o quilo. Todo dia tinha que fazer um quilo dessa daqui. Deixar limpinha, limpa, limpa mesmo, pra vender. Se tivesse suja ele não queria. Seu Claro não queria não. Tinha que tá limpinha. Essa aqui ó, essa ficou pura. Fica só o centro do cristal. Aqui tem que concentrar pra não acertar o dedo. Já perdi a unha, já sangrei a mão. Mas dói, só que não é reimoso não. Aí a gente fazia isso depois da escola, voltava e ficava fazendo lasca. Trabalho custoso. Chegava a suar. Assim que a gente ia fazendo, ia juntando no garimpo pra depois lascar o cristal. (Seu Dedé, fevereiro 2019)



Figura 46 – Seu Dedé lascando cristal. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin.



Figura 47 – Lascando cristal. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin.



Figura 48 – Lasca de cristal. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin.

Para Seu Dedé, o quilo do cristal lapidado custava mais do que o cristal inteiro, porém, para Varlei, as peças inteiras eram mais caras e melhores para vender. Seu Dedé garimpou mais da década de 1960 a 1991, período de queda de valor no mercado do quartzo, enquanto Varlei garimpou mais na década de 1980, num momento mais turístico, em que se vendia o cristal inteiro para os turistas.

Durante os momentos de baixa do cristal, como na infância de Seu Dedé, era comum o chamado garimpo de refugo. Esse tipo de garimpo se baseia no aproveitamento dos blocos já retirados em outro período por outros garimpeiros. Assim, era melhor utilizar os blocos já retirados para fazer lasca, do que abrir *cratas* para tirar blocos ou talões “virgens”, ou seja, que nunca haviam sido retirados do solo. “Nós trabalhamos no refugo. De vez em quando pegava um talão que era virgem, mas vendia também por 5 reais, até 20 reais. Era barato e era difícil. Então, trabalhava só mais em refugo, em montoeira” (Entrevista Seu Dedé, abril de 2019).



Para Seu Dedé, durante sua infância um quilo de cristal lapidado era por volta de dois reais. Fazer um quilo de lasca leva tempo e técnica, e como colocado por Seu Dedé, “aqui tem que concentrar, pra não acertar o dedo” (fevereiro, 2019). Apesar do preço ser mais barato e do tempo de preparo, a lasca tinha sua importância e, de certa forma, foi mais vendida. Talvez pelo cristal lascado ter menos impurezas, ou talvez por conta do mercado mundial, ou talvez por outro motivo. Dentro da minha pesquisa não consegui explorar profundamente as relações de mercado, de venda e distribuição dos cristais e das lascas de quartzo. Essas relações que atravessam as práticas de conhecimento locais, como a relação dos aviadores como Seu Claro, ou o pai de Varlei, todas essas relações com o mercado externo, é uma nova agenda de pesquisa que se abre.

“É porque a lasca ela era para vender, exportava”, conta Seu Dedé:

A lasca sempre era mais vendida do que o cristal assim, normal. A lasca é barata, mas sempre tinha um comprador. Lasca é porque a gente lascava ela, ia batendo, vai batendo e lapidando ela, até fazer 1 kg. Só que também, não comprava lasca com defeito não. Tinha que tirar o defeito todinho, deixar limpinha, limpinha. Tirava do garimpo, levava para casa, chegava lá a gente não tinha nem condição de comprar um lampião. Aí, pegava, fazia com rolo de cera de abelha. Passava num pano assim, passa a cera assim, amolecia ela no fogo e ia passando no pano, para fazer um candeeiro. Aí botava e pregava no pau. Aí fazendo a lasca, vendo se tinha defeito na luz. Batendo, olhava, se tinha um defeito, nós tirava. (Seu Dedé, abril 2019)

Nesse trecho, Seu Dedé traz duas categorias que acredito ser necessário distinguir visualmente e conceitualmente: o cristal normal e a lasca. Nos trechos acima, trouxe visualmente o que seria uma lasca, assim como as descrições de Seu Dedé. A lasca é um cristal que foi fragmentado por um processo manual, até que permanecesse somente a parte hialina do cristal, ou a parte “limpa”, transparente.



Figura 49 – Lasca hialina de cristal feita por Seu Dedé. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin.

O cristal normal é uma categoria mais complicada de explicar por conta da sua multiplicidade, mas, em resumo, cristal normal é tudo que não é lasca. Existem os cristais finos, grossos, chatos, bem formados, mal formados, hialinos, leitosos, coloridos, drusas e cachos (figs. 46, 47, 48 e 49). Essa multiplicidade de cristais “normais” é dividida pelos garimpeiros como cristais “limpos”, transparentes, e cristais sujos, leitosos ou com “defeitos”. Essa preferência pelo cristal transparente, ou seja, o cristal hialino, é uma preferência criada a partir do mercado externo.

Houveram algumas histórias que Seu Dedé me contou de cristais que ele achava bonitos, mas que não estão com ele. Uma foi sobre uma drusa, muito grande e bonita, com várias pontas, Seu Dedé tentou carrega-la durante alguns metros, mas percebeu que não conseguiria carregar aquele peso, e a deixou no garimpo. A outra era que ele tinha várias drusas em baixo de sua cama, de acordo com ele, uma mais bonita que a outra. Essas ele acabou vendendo pois precisava de um dinheiro. Outra história que para mim foi impactante foi a do cristal que tinha água dentro, como um nível. Seu Dedé me contou que quando era criança, ele e seu irmão encontravam esses cristais com água e a diversão dos dois era quebrar os cristais e ver a água sair. O que me impactou foi ouvir que disto ele se arrependia, porque ele nunca mais encontrou cristal com água dentro. A beleza dos cristais é algo único para cada um, e existem tantas formas, tipos, que penso que é na diferença, no ser único, que o cristal encanta aqueles que os encontram. O cristal encanta tanto que, muitas vezes, quando se tenta carregar o cristal, é o cristal que o leva.

Ficar encantado, é porque os cristais são tão bonitos, tão bonitos que ficavam tudo maravilhado com o cristal, que ficava tudo com dó de vender. O cristal era bonito, bem arrumado, bem ajeitado. Eu mesmo tinha cristal que eu ficava com dó quando eu tirava. Drúzia vendia só porque precisava de dinheiro, se não não ia vender não. (Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019)



Figura 50 – Da esquerda p/ direita: Cristal leitoso, cristal bem formado e fino, cristal rolado. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Julia Tossin.



Figura 51 – Cristal hialino com um três pontas bem formadas e uma deformada. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto José Procópio.



Figura 52 – Drusa de quartzo rosa com pontas mal formadas. São Jorge - GO. Abril de 2019. Foto Julia Tossin.



Figura 53 – Quartzo de duas pontas bem formadas. São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto José Procópio.

### *O cristal anda, foge, mata*

“O cristal muda, ele não fica num lugar só não”, me contava Seu Dedé. O cristal encanta, o cristal mata, o cristal anda, tem filhos, foge - foram muitas as vezes ouvi essas falas. Logo no momento que liguei a caça aos cristais com essas ações, percebi que o cristal não era somente um mineral que se extrai da terra, mas sim um ser que está vivo e possui agência sobre aqueles que o caçam. Porém, como dar conta dessas ações, um tanto humanas, do cristal?

Entendo que é possível se apropriar das questões postas pelas teorias do animismo e do perspectivismo para pensar isso. Essa agência de não-humanos é entendida nessas teorias a partir de uma “concepção, comum a muitos povos do continente [americano], segunda a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996: 115); e esses sujeitos, ou entidades, estão em constante interação conosco (DESCOLA 2014: 281). “In other words, non-humans are personified ‘as, when, and because’ (Bird-David 1999: 78, emphasis in original) they are subjects and we socialize with them, rather than the other way around (Viveiros de Castro 2004a: 467. See also Venkatesan et al. 2013)” (ANDÍA, 2019: 4).

O perspectivismo de Viveiros de Castro e o animismo de Descola tentam restabelecer o objeto de estudo da antropologia, deixando de lado o que chamamos de cultura e social, do que tratamos como sociedades humanas, levando essas ideias para analisar todos os seres, humanos e não-humanos. Não discutirei aqui a virada ontológica que essas duas correntes trouxeram para a antropologia. Usá-las-ei somente para tentar entender como o cristal pode ser visto como um não-humano.

“As relações com a natureza não são nunca, tratando-se de sociedades humanas, relações naturais, mas relações sociais” (VIVEIRO DE CASTRO, 2007: 6). Dentro dessa noção, a relação do garimpeiro com o cristal é uma relação social. Afinal, como me foi dito por Seu Dedé, para “caçar o cristal” você precisa ler os “veios” e assim encontrar onde o cristal está. Assim como um animal, o cristal é rastreado, mapeado e caçado, chegando por uma “morte” ao ser tirado da terra.

**SD:** O cristal vai formando desse jeito aqui pra poder criar uma pedra grande. Ele *vai soltando os filhotes*, e *vai crescendo*. Mas aí quando tira ele, *matou*, aí ficou [assim].

**J:** Ele só cresce se estiver na terra?

**SD:** Isso, lá embaixo. Se tiver na terra ele vai crescendo, *porque a caloria da terra faz ele crescer*. Mas tirou ele da terra, não cresce mais não. (Entrevista com Seu Dedé, abril de 2019)



Vale notar que no regime animista todas as criaturas possuem uma certa subjetividade e no regime perspectivista todos os seres são humanos para si mesmos e compartilham uma cultura e subjetividade (ANDÍA, 2019: 13). Com essa diferença, penso que a subjetividade do cristal está mais próxima às ideias do animismo, mais do que perspectivismo, embora não tenha motivos para tentar enquadrar a subjetividade do cristal em alguma corrente. Neste momento, é mais importante para mim entender que:

If significance is not exclusive to humans, and all living beings have semiotic dimensions, then we need to consider all organisms as selves and biotic life as a (non-symbolic and highly embodied) sign process (Long and Moore 2013: 16-19): ‘*As long as they act, agents have meaning*’ (Latour 2014a: 12, emphasis in the original). (ANDÍA, 2019: 17)

Porém, o saber garimpeiro traz uma novidade para esse entedimento, que não é somente a vida biótica, mas também a abiótica, neste caso o cristal quartzo, um mineral. De certa forma, a agencialidade do cristal, um fator abiótico é parecida com a agencialidade das montanhas, ou dos espíritos das montanhas, no Peru, Bolívia e Equador. Porém, os povos falantes de quechua e aymara possuem uma gama de entendimentos sobre os mundos em que eles vivem, em que “powerful supernatural entities embodied in mountains and other prominent landforms have the potential to both help and harm people” (SAX, 2019: 97). É esperado que os espíritos das montanhas proporcione fertilidade e prosperidade, porém é entendido que os “earth-beings” demandem oferendas e sacrifícios em retorno.

Apesar das montanhas, os “earth-beings” (DE LA CADENA, 2015), também serem um componentente (supostamente) sem vida como o cristal, não encontro na relação dos garimpeiros o entendimento de que há no cristal uma entidade supernatural corporificada, e que seja necessário oferendas em retorno da prosperidade que ele oferece. O cristal não aparenta incorporar um espírito, apesar de ter vontade própria e intenção, o que faz com que suas ações produzam um efeito, seja ele positivo, ou não, para os garimpeiros, da mesma forma que as ações tomadas pelos “earth-beings”.

Assim, consigo reconhecer que o cristal é um não-humano, um agente social, com subjetividade e intencionalidade; e quem entende essa agência do cristal são os garimpeiros, que me contaram sobre os cristais. Como falei acima, o cristal cresce e tem filhos (fig. 50), mas isso antes de sua morte. O cristal também pode matar um garimpeiro, quando uma crata desaba. Seu Dedé contou que é o cristal que não queria sair e por isso matou o garimpeiro.



Figura 54 – Filhotes do cristal. Garimpo do Pequiizeiro, São Jorge - GO. Fevereiro de 2019. Foto Júlia Tossin.

O cristal também anda, se move, muda de lugar. Algumas vezes, essa mudança é uma forma de enganar o garimpeiro, que não o encontra mais.

**J:** O senhor falou que eles mexem de lugar? Como é que eles mudam de lugar?

**SD:** O cristal muda, ele não fica num lugar só não. O cristal, tem vez que ele some. Você vai garimpando ele, assim, porque você não acerta mais um veio de jeito nenhum. Some que não sabe pra onde ele foi. Ah! cê pode deixar pra lá. Fala queimou, o garimpo queimou. Quando chegam assim, “minha crata queimou”, aí cê pergunta “ué, pegou fogo?”, não, queimou porque não deu mais cristal não, sumiu.

No dia em que Seu Dedé me contou essa história, tínhamos perdido o caminho de um garimpo que ele queria nos mostrar. Ele explicava que tinha sumido, ou mudado de lugar. Quando havíamos quase desistido, encontramos no chão cristais rosas, bem finos. Nesse momento, Seu Dedé abriu um sorriso, porque havíamos encontrado o garimpo perdido. Para ele, isso aconteceu porque não tínhamos olho grande nos cristais, pois, como ele já havia nos contado, o cristal também pode sumir quando o garimpeiro tem usura, olho grande.

Pra minério nenhum você [deve] ter olho grande. Nem cristal, nem ouro. Você pode tá na maior jazida, se a pessoa chega lá com o olho grande, aí some. O cristal some, vai embora, some na hora, você não vê mais o cristal. Cristal não gosta muito de ozura. (Entrevista com Seu Dedé, fevereiro de 2019)

A partir do animismo consigo entender que o cristal é um não-humano e mesmo sendo um mineral possui agência e influencia as relações com os garimpeiros. É o cristal que anda, que some, que tem filhos, que mata. Como me disse Seu Dedé, “então o garimpo é assim, o cristal sobe e desce. Tem lugar que dá cristal na baixada, noutro lugar ele dá na serra, em cima. Então, o cristal anda, ele anda por que tem um veio” (abril, 2019).

Apesar de ter explorado minimamente essa questão da agência do cristal, acredito que isso é uma abertura para novas pesquisas e discussões sobre o assunto. É necessário conhecer por outros ângulos as relações dos povos tradicionais com os recursos que chamamos de “naturais”, que são explorados por eles, e se perguntar como que as interações com os não-humanos acontecem e o que podemos aprender com esses casos (ANDÍA, 2019: 1).

## CONCLUSÃO

Me disseram que eu tinha mãos macias demais para estudar garimpo, mas Seu Dedé me fez colocar a enxada na terra e de lá tirar cristais. Ele me contou como era na época do garimpo, me levou para conhecer os garimpos, me ensinou como caçar os cristais, como ler os veios, os tipos de cristais. Apesar de curta, minha vivência com Seu Dedé e com o garimpo me colocou em contato com relações complexas entre humanos e não-humanos, um contexto social que a princípio parecia não existir.

Desde o primeiro contato com Seu Dedé, percebi que para entender tudo aquilo que ele me contava sobre as formas de garimpar, como caçar cristal, como o cristal aparece na “raiz do capim”, eu precisaria botar a mão na massa e aprender a garimpar cristal. Esse engajamento meu e de meu parceiro de campo fez com que Seu Dedé se tornasse nosso professor de garimpo. Desde então, Seu Dedé nos dava “tarefas” e nos levava cada vez mais distante, seguindo uma proposta de aula criada por ele mesmo. Assim como proposto por Sautchuck e Sautchuck (2014), essa abordagem etnográfica permitiu que nos aproximássemos de outra forma ao nosso tema de estudo, o garimpo de cristal, estabelecendo um contato complexo com esse universo.



Figura 55 – Minha primeira aula de garimpo, buscando cristal num perfil exposto pelo corte da estrada que liga São Jorge a Colinas do Sul – GO. Fevereiro de 2019. Foto: José Procópio.





Figura 56 – José garimpando na raiz do capim. São Jorge – GO. Abril de 2019. Foto: Júlia Tossin.



Figura 57 – Seu Dedé dando aula. São Jorge – GO. Abril de 2019. Foto: José Procópio.

Foi com as aulas de Seu Dedé que caminhamos nas trilhas de antigos garimpeiros, buscamos os veios, extraímos cristais e as histórias de Seu Dedé. Era durante as caminhadas que nosso professor contava sobre seu passado e presente, ao mesmo tempo em que explicava sobre as funções de uma planta medicinal. Era quando ele contava sobre as dificuldades do garimpo, sobre como era comum o garimpeiro passar quinze dias fora em um garimpo distante, na companhia de uma ou duas pessoas; que era comum criar um acampamento nos garimpos distantes e ficar lá “mais de mês”; que carregar o cristal era difícil e muitas vezes era preciso escolher qual cristal levar; que o garimpo era perigoso, e que ele e seu irmão muitas vezes “escaparam da morte do cristal”: conseguiram sair da *crata* antes que esta desabasse.

Em abril de 2019, Seu Dedé nos levou em busca de um garimpo em que há muito ele não ia, o garimpo de cristal rosa. Passamos por dois garimpos, subimos e descemos morros em trilhas que pareciam abandonadas, com mato. Um dos garimpos ficava em cima do morro,

foi ali que percebi as cratas, profundas, encobertas por vegetação, quase invisíveis. No meio do capim rasteiro apareciam muitos cristais, quebrados, inteiros, lascados, druzas e pontas de vários tipos. Foi difícil contornar as cratas, mas Seu Dedé nos guiava seguindo uma trilha, apontando de longe as cratas. Começou a chover e tivemos que procurar um abrigo. Guardamos as mochilas embaixo de umas rochas, tentando ao máximo ficar embaixo das rochas também. Esperamos a chuva passar para continuar a viagem. Seu Dedé buscou de volta a trilha e continuou. Já embaixo do morro, nos perdemos, Seu Dedé não conseguia encontrar mais o caminho. Paramos.

Essa foi a primeira vez que Seu Dedé me falou “agora você viu a dureza que o garimpeiro passa”. Naquele momento, entendi como era importante para Seu Dedé eu estar ali decidida a aprender sobre o garimpo e dizendo com força que queria aprender sobre aquele mundo. A prática, nessa situação, estava gerando e regenerando conhecimentos. Assim como colocado por Ingold, o conhecimento não estava sendo passado, estava sendo lembrado, gerado e regenerado (INGOLD, 2004).

Estudar o garimpo de cristal não foi fácil. No começo, achava que o garimpo era uma atividade masculina, o que caiu por terra logo que comecei a conversar com Seu Dedé e descobrir que o garimpo era mais uma atividade familiar, em que todos os membros participavam. Aos poucos fui percebendo também que as mulheres garimpeiras, como Dona Benedita e sua filha Tila, e Dona Nenzinha, se tornaram lideranças no momento de transição do garimpo para trabalhar com turismo. Foram as mulheres que abriram dormitórios e restaurantes. As histórias dessas mulheres me deixaram muito mais confortável para adentrar o Cerrado atrás dos garimpos e do cristal.

Uma outra dificuldade foi escrever tentando quebrar a barreira do senso comum de que o garimpo é uma atividade de extração completamente destrutiva, no momento atual, em que a mineração ilegal de ouro nas terras indígenas aumentou drasticamente. Momento em que os órgãos e ONGs de conservação e preservação estão sendo atacados por entidades do próprio governo. Momento em que os povos tradicionais estão sendo atacados e tendo seus direitos cerceados. Como poderia então escrever sobre o garimpo de cristal sem um julgamento prévio?

A minha saída etnográfica e analítica para esse dilema foi, primeiro, trazer um pouco a história profunda da ocupação na região. Como mostrado no capítulo 1, a ocupação humana na Chapada dos Veadeiros tem registros de aproximadamente 11.000 A.P. Essa data levantada por estudos arqueológicos traz várias outras questões que não foram trabalhadas aqui, mas que podem se desdobrar em pesquisas futuras, como, por exemplo: “o quartzo era utilizado de

alguma forma por essas populações?” Afinal, ele é uma matéria-prima abundante na região e se entendermos que “as estratégias para a procura, a elaboração, o uso, o beneficiamento, o transporte e o descarte dos materiais derivam de escolhas que apresentam correlações tanto com condições ambientais [...] quanto com questões econômicas e sociais” (PUGLIESE, 2007: 20), é possível pensar na utilização do quartzo para a produção de instrumentos líticos.

Trouxe também um pouco da história do Goiás nos momentos de colonização da região. Esse período mostrou que a colonização do Goiás, assim como no resto do Brasil, foi violenta e destruidora. No caso do Goiás, a história é marcada pelo sangue dos povos indígenas e pela mineração de ouro e pedras preciosas. Com a queda da mineração aurífera, houve um momento de uma certa “ruralização”, em que cidades auríferas como Cavalcante esvaziaram e a atividade econômica local se tornou a agropecuária. Vilas como Veadeiros, atual Alto Paraíso, que já eram vilas em que a agricultura predominava, continuaram. Foi somente no começo do século XX (pelo que tenho de registros orais) que o garimpo de cristal de rocha – quartzo – começa na região. Como foi descoberto o quartzo na região da Chapada dos Veadeiros, se já tinham conhecimento da existência do minério, quem começou as prospecções e as *corrutelas*, são algumas perguntas que continuam sem respostas.

Essa contextualização do passado, do território, de fatores geográficos e geológicos auxiliam a analisar situações do presente, como: o conflito de terras e das águas, e a desapropriação dos terrenos que nunca foi paga; a importância da proteção e conservação do bioma Cerrado; a importância do turismo para a região; e o atual interesse em ensinar os mais novos os saberes das plantas, e a força e importância do cristal. O contexto também agrega outras informações, complementando as narrativas.

Além de fazer essa reconstrução histórica, eu diria que muito mais significativo foi trazer as histórias e as memórias pessoais dos meus interlocutores. No capítulo 2, trouxe essas histórias a fim de tentar descrever como eram as épocas do garimpo de cristal. Essas histórias revelaram que a caça de cristais era mais uma atividade, que assim como a roça, a caça, a colheita de frutas, a coleta de plantas medicinais e o fazer remédios, formavam as atividades econômicas familiares. Esse padrão de pluriatividade (FRANCESCO et al., 2017) aparenta ser constitutivo das unidades domésticas da região. Foram as memórias também que trouxeram as *corrutelas*, as vilas garimpeiras, um espaço de união entre pessoas vindas de várias regiões, que foram para lá por conta do garimpo de cristal e lá se casaram e formaram famílias. Mas nem todos garimpeiros e nem durante todas as fases do garimpo de cristal, essas pessoas ficavam em só um lugar.



Muitos garimpeiros, como Seu Dedé e Dona Maria, moravam nos garimpos durante um tempo e mudavam de garimpo em garimpo. É como se para onde há cristal, ou para onde ele vai, os garimpeiros vão atrás e juntos. Assim como Evans-Pritchard fala sobre os Nuer:

Os Nuer são fundamentalmente um povo de pastores com predominantes interesses pastoris e não se sentem ligados, por necessidade econômica ou laços rituais, a nenhum lugar em especial. Lá onde estiver seu gado, o Nuer terá sua casa; sua lareira é feita com o esterco de seu gado e seu altar é uma vara leve (*rick*) que ele finca onde estiver (EVANS-PRITCHARD 1999, p.216).

Como os Nuer, os garimpeiros se movem pelo território com o cristal. Porém, diferentemente do caso dito acima, as falas de Seu Dedé, Varlei e Tila me sugerem, muitas vezes, que há um sentimento de pertencimento, um zelo, um reconhecimento, em relação ao território da Chapada dos Veadeiros. Para mim fica evidente que os conflitos gerados a partir da criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e da proibição da extração mineral e natural existem, pois os garimpeiros tiveram seu território invadido sem nenhum tipo de consulta. Principalmente quando se entende que as relações com os cristais, as plantas, os animais, os rios, os morros e os garimpos são colocadas como essenciais no entendimento de existência dessas pessoas.

É importante notar também que mesmo com a proibição da mineração nas áreas destinadas ao PNCV, esta continuou. Desde que houve os processos de formação de condutores de visitantes na década de 1990, a comunidade guinou fortemente para trabalhar com o turismo na região. Ainda assim, é possível encontrar vendas de cristais, artesanatos com cristais, lascas de cristal pelo chão. Mesmo que ressignificado, o garimpo ainda existe. Para muitos, o turismo ajudou bastante e mudou a vida local.

Eu hoje melhorou bastante. A gente não precisa mexer mais com garimpo, estamos trabalhando mais só com a natureza mesmo, com as coisas para preservar, né? Inclusive, a gente trabalha em cima de garimpo e eu fico me lembrando. Eu me dou conta, me lembro que a gente vinha explorar muito garimpo. (Seu Dedé, abril de 2019)

No capítulo 3, ao fim, trouxe uma abordagem mais técnica afim de descrever, e explicar a prática do garimpo de cristal, diferenciando este de outros tipos de garimpo, como o de ouro. Nesse capítulo, a imagem foi algo muito importante para essa descrição, mostrando o que é uma crata, como se garimpa, como se lasca, quais os tipos de cristal, etc.

O trajeto que realizei neste texto me trouxe a história do território, das pessoas, do quartzo. Me trouxe características, práticas, técnicas e saberes do povo garimpeiro. Tudo isso me fez perceber o garimpo de cristal como um processo de identificação de um grupo e de um território. Em que as relações sociais, incluindo agentes humanos e não-humanos, ligam todos

estes à terra, em que eles constroem e reconstróem a identidade cultural deste povo garimpeiro.

Volto assim à pergunta que apresentei na introdução: porque os garimpeiros de cristal de rocha não foram e não são entendidos como um povo tradicional? Será que os antigos garimpeiros se entendem como um povo tradicional? Não foi o objetivo dessa monografia tentar responder essas perguntas, mas, sim, conhecer esse povo garimpeiro, seus saberes e técnicas, e, de alguma forma, mostrar para outras pessoas tudo o que foi coletado de histórias, memórias e informação.

Foi a partir dessa vontade de divulgar as informações que coletei de uma maneira não escrita, que eu e meu companheiro, José Procópio, filmamos e fotografamos a nossa pesquisa de campo. Todo o material produzido foi compilado e transformado na tabela 1, abaixo. José decidiu fazer um documentário com esse material, sendo este o trabalho de conclusão de curso do seu curso na Faculdade de Comunicação da UnB. Essa tabela é a compilação do trabalho de produção de material. Esse material ainda vai ser editado, montado e distribuído de forma gratuita em plataformas digitais, com o consentimento e cessão do direito de imagem dos entrevistados.

Tabela 1: Material audiovisual produzido durante a pesquisa de campo. Fonte: Júlia Tossin e José Procópio.

INFORMAÇÕES					
VIAGEM/ MÊS/DIA					
Primeira Viagem					
Fevereiro de 2019					
	Material utilizado	SX40 (câmera)	50D (câmera)	H5 (áudio)	
Vídeo		4			
Foto		433	195		
Áudio				5	
Segunda Viagem					
Abril de 2019					
	Material utilizado	SX40 (câmera)	6D (câmera)	H5 (áudio)	H1 (áudio)
Vídeo		2	48		
Foto		9	19		
Áudio				13	47
Terceira Viagem					
Junho de 2019					
	Material utilizado	SX40 (câmera)	6D (câmera)	H5 (áudio)	H1 (áudio)
Vídeo		1	137		

Foto			21		
Áudio				10	38
Quarta Viagem					
Agosto de 2019					
	Material utilizado	6D (câmera)			
Vídeo		170			
Foto		78			
Áudio					
TOTAL	Vídeos	Fotos	Áudios		
	362	675	113		

Por fim, gostaria de terminar esta conclusão com minha última entrevista com Seu Dedé, em que ele sintetiza muito do que tentei escrever.

**J:** A gente tem muito a agradecer a você por ter nos ensinado, a mostrar o veio de quartzo, a pegar numa enxada pra garimpar, a pensar como era bater com a picareta no cristal e descascar cristal. O senhor foi um grande professor. Só tenho muito a agradecer a você por todas essas caminhadas que a gente tem feito.

**SD:** Muito obrigado Júlia mais José, eu tenho só que agradecer vocês também. Vocês com essa humildade de trabalhar no garimpo, para ver a dificuldade do garimpeiro. Então, eu sei que vocês vêm para ver a dificuldade que a gente sofria, era uma nação sofrida. Uma nação que era muito, não ganhava dinheiro, só os atravessador que ganhava. Hoje tem gente rica, né. As custas nossa. Então hoje, pra vocês ver a dificuldade, como é o garimpo. Como é a subida, como é a distância e a chuva que nós tomamos lá no garimpo, encostado debaixo de uma pedra. Para não molhar tanto, as goteiras gotejando em nós. Então, foi muita coisa que aconteceu nesse trabalho nosso. A gente trabalhava assim, mas era sofrido daquele jeito que eu mostrei para vocês. É debaixo da terra, da chuva que vinha, e a gente ia lá para debaixo de uma pedrinha. Você ficou lá na chuva, não tem nem lugar para você ficar. Você fica molhando na chuva, sentiu o drama, né? Como é que era. Então, muito obrigada Júlia mais José, vocês sabem o que é um trabalho de garimpeiro, né? Hoje você sabe o que o garimpeiro passava na época. De passar o dia todo para tirar um bolinho de cristal desse tamaninho. Para poder fazer lasca, para poder vender por um real o quilo. Então, a gente agradece você muito. A ajuda dessa filmagem, toca para frente, né? Toca para frente para o pessoal ver como é que era o sofrimento do povo de São Jorge antigamente. E fala assim ó: “o Dedé veio mandar uma lembrança, da alegria que ele tem hoje”. E todos os turistas, agradeço todos os turistas que já guiei. Agradeço todos os turistas que não guiei. Agradeço todos os turistas que vem pra Chapada. Que Deus abençoe a eles por muitos anos e que eles venham sempre para poder trabalhar junto conosco. Então, o turista, igual eu falo para eles: eu olho para eles e eu olho para mim e aí eu olho para mim e olho para eles e sinto todos iguais. Em espírito não tem ninguém melhor para Deus, não tem ninguém melhor que o outro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Ed PGSCA- UFAM, 2.<sup>a</sup> ed, Manaus, 2008.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Dilemas Territoriais e Identitários em Sítios Patrimonializados: os Kalungas de Goiás. In PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia : Ed Vieira, 2010, p: 113-130
- ALMEIDA, Maria Geralda. A identidade territorial Kalunga e perspectivas para o desenvolvimento do turismo nas comunidades Diadema e Ribeirão. Revista territorial, v. 01, n.01: 88-111, jul./dez., Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2012.
- ANDÍA, Juan Javier Riveira. Towards Engaged Ontographies of animist developments in ameridian south america. In: Non-Humans in Ameridian Shouth America: ethmographies of Indigenous Cosmologies, Rituals and Songs (org. ANDÍA, Juan Javier Riveira). Ed. Berghahn Books, 2019. p. 1-69
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Melo. A variabilidade cultural do período paleoíndio (11000-8000 AP) no Brasil: Algumas hipóteses. Revista do CEPA 28 (39): 111-130, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2004.
- ATTUCH, Iara. Os Rumos da Intermedicalidade: o saber de dona Flor e o saber de profissionais da saúde no Cerrado. In: LITTLE, Paul E. (org). Conhecimentos tradicionais para o Século XXI: etnografias da intercientificidade. Ed Annablume, São Paulo, 2010. P: 111 – 145.
- BAIOCHI, Mari Nazaré. Kalunga, povo da terra. Goiânia: UFG, 2003.
- BARBOSA, Altair Sales. Peregrinos do cerrado. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia nº 5: 159-193, Universidade de São Paulo, Sao Paulo, 1995.
- BARBOSA, Álan Gonçalves. As estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2008.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Universidade de São Paulo (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo, 2001
- BONFIM, Altino: O ambiente conflituoso do ecoturismo na Chapada dos Veadeiros. ANNPAS. II Encontro da ANPPAS. Indaituba, 2004.
- BORGES, Joyce de Alemida; SOUZA, José Carlos de; MARTINS, Patrick Thomaz de Aquino. O Território Kalunga da Comunidade Engenho II, Cavalcante (GO): perspectiva histórica e análise geográfica por meio de trabalho de campo. Espaço em Revista, v. 16, nº 1, jan/jul: 51-72. Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2014.
- BOTELHO, Nilson & Alvarenga, Carlos & Meneses, Paulo & D'el-Rey Silva, Luiz José. Suíte Aurumina: uma suíte de granitos paleoproterozóicos, peraluminosos e sin-tectônicos na Faixa Brasília. Simp. Geol. Centro-Oeste. 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BRASIL, Arquivo Público do Distrito Federal. Mapa dos Limites da Capitania de Goiás, 1750. Mapoteca do Itamaraty. Disponível em: < [arquivopublico.df.gov.br/mapa-geral-da-capitania-de-goias/](http://arquivopublico.df.gov.br/mapa-geral-da-capitania-de-goias/) > Acessado em: setembro, 2019.

- BRASIL. Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961. Cria o Parque Nacional do Tocantins, no Estado de Goiás e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1961.
- BRASIL. Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972. Dá nova denominação ao Parque Nacional do Tocantins; altera dispositivos do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1972.
- BRASIL. Decreto nº 86.173, de 2 de julho de 1981. Altera os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1981.
- BRASIL. Decreto nº 99.279, de 6 de junho de 1990. Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as terras delimitadas na área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1990.
- BRASIL. Decreto nº 5.620/17, de 5 de junho de 2017. Amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, Estado de Goiás. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2017.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento. Palestra do Encontro “Visões do Rio Babel. Conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro”. Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica: Manaus, 22 a 25 de maio de 2007. P.7, 2007.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* vol.2, n.2, p.115-144, 1996.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da ; ALMEIDA, M. W. B. .Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. Em Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios, orgs João P., R. Capobianco et al, São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193.
- CLEARY, David. A Garimpagem na Amazônia – Uma abordagem Antropológica. Tradução de Virginia Rodrigues Malm, do original inglês “Anatomy of the Amazon Gold Rush” de 1990. Edição Brasileira: UFRJ, 1992.
- DE LA CADENA, Marisol. Earth beings, ecologies of practice across Andean worlds. Durham: Duke University Press, 2015.
- DESCOLA, Philippe. La Composition des Mondes: entretiens avec Pierre Charbonnier. Paris: Flammarion, 2014.
- ESTEVAM, Luis Antonto. O tempo da transformação : estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Tese (Doutorado em Economia) – Campinas, São Paulo, 1997.
- EVANS-PRITCHARD. E.E. O sistema de linhagens. IN: Os Nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. SP: Perspectiva. 1999 [1940].
- FRANCESCO, Ana. de; FREITAS, Alexandra; BAITELLO, Clara; GRAÇA, Denise da Silva. História de Ocupação do Beiradão do Médio Rio Xingu. In: A Expulsão de Ribeirinhos em Belo Horizonte. Relatório da SBPC. Coord. MAGALHÃES, Sônia Barbosa; DA CUNHA, Manuela Carneiro. São Paulo, 2017.

- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Ed Cia Nacional, São Paulo, 1989.
- GOIÁS (Estado). Secretaria de Indústria de Comércio. Superintendência de Geologia e Mineração. Geomorfologia do Estado de Goiás e Distrito Federal. Por Edgardo M. Latrubesse, Thiago Morato de Carvalho. Goiânia, 2006.
- GOIÁS (Estado). Secretaria de Gestão e Planejamento. Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas. Dinâmica Populacional de Goiás: análise de resultados do censo demográfico 2010 - IBGE. Dezembro de 2011.
- GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, 2000. 155-165.
- GUZZO, Pedro Luiz. Quartzo. Em DA LUZ, Adão Benvindo; LINS, Fernando Antonio Freitas (orgs), Rochas & Minerais Industriais 2.Ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008. pp. 681-721.
- INGOLD, Tim. Two reflections on ecological knowledge. In G. Ortalli, & G. Sanga (Eds.), *Nature knowledge: ethnoscience, cognition, identity*. Berghahn, New York. 2004.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Unidades de Conservação. Cerrado. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado>>. Acessado em: maio de 2019.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Unidades de Conservação. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>>. Acessado em: maio de 2019.
- INSTITUTO ESPINHAÇO. Mapa da proposta de ampliação do PNCV, realizado em reunião do MMA/SBF em 11 de novembro de 2016. Fonte Instituto Espinhaço. <<http://www.institutoespinhaco.org.br/blog/amplia-campanha-nacional-para-ampliacao-do-parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros/>> Acessado em fevereiro de 2020.
- INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado. Disponível em: <<https://ispn.org.br/biomas/cerrado/povos-e-comunidades-tradicionais-do-cerrado/>>. Acessado em: agosto de 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Desmatamento no Cerrado é de 6.657km<sup>2</sup> em 2018 (notícia). Disponível em: <[http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=4975](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4975)>. Acessado em: maio de 2019.
- LACERDA FILHO, Joffre Valmório de. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Geologia e Recursos Minerais do Estado de Goiás e do Distrito Federal. Escala 1:500.000. 2ª edição. / organizado [por] Joffre Valmório de Lacerda Filho, Abelson Rezende e Aurelene da Silva. Goiânia: CPRM/ METAGO/UnB, 2000.
- LEVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes. 1982 [1949].
- LIMA, Sélvia Carneiro de. Povo Indígena do Cerrado Goiano: os Karajá de Aruanã. . In PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia : Ed Vieira, 2010, p: 131-154
- LITTLE, Paul E. Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: facing a new millennium. In *Annual Review of Anthropology*, nº 28-1, 1999, p: 253-284.

- LITTLE, Paul E. A Prática Brasileira da Ecologia Política: Aportes da Antropologia. In: Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia. MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias (coords). ANPOCS, 2010.
- LOURDEAU, Antoine. A Pertinência de uma Abordagem Tecnológica para o Estudo do Povoamento Pré-Histórico do Planalto Central do Brasil. Revista *Habitus* v.4, n.2, jul/dez. Goiânia, 2006, p: 685-710.
- MACHADO, R.B., M.B. Ramos Neto, P.G.P. Pereira, E.F. Caldas, D.A. Gonçalves, N.S. Santos, K. Tabor e M. Steininger. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, Brasília, DF, 2004.
- MAGALHÃES, Nancy Alessio. Marcas da terra, marcas na terra: um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico, Guarantã do Norte (MT), 1984-1990. Tese de Doutorado em História Social, Departamento de História da FFLCH – USP, 1996.
- MELO, Mônica Martins de. A Relação Entre Unidade de Conservação e Comunidade do Entorno: Estudo de caso - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO. Universidade de Brasília (Mestrado em Ecologia). Brasília, 1999.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM. A MINERAÇÃO BRASILEIRA. Produto 27, Relatório Técnico, Perfil do Quartzo. 2009
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ICMBio. Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. MMA e ICMBio. Brasília, 2009.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ICMBio. Boas Prática na Gestão de Unidades de Conservação. MMA e ICMBio. Brasília- DF, 2018.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cerrado. Disponível em:  
<<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acessado em: maio de 2019.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades Conservação - SNUC. Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/areas-protetidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html> > Acessado em: maio de 2019.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Unidades de Conservação. Disponível em:  
<<https://www.mma.gov.br/areas-protetidas/unidades-de-conservacao.html>> Acessado em: maio de 2019
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ICMBio. Unidades de Conservação: Parna da Chapada dos Veadeiros. Disponível em:  
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2081-parna-da-chapada-dos-veadeiros>> Acessado em: maio de 2019.
- OLIVEIRA, José Raimundo de. História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros. Goiânia. Ed Kelps, 2009.
- ORLOVE, Benjamin S.. Anthropology and THE Conservation of Biodiversity. Annual Review Anthropology nº 25, 1996. p: 251–77.
- PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant’Anna. História de Goiás, 6ª ed. Goiânia: Ed da UCG, 1994.



- PALACÍN, Luís. O século do ouro em Goiás, 3ª ed. Goiania: Ed Oriente: Brasília: INL, 1979 [1927].
- PANTOJA, Mariana Ciavatta. Os Milton: Cem anos de história nos seringais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2004.
- PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia : Ed Vieira, 2010.
- PIETRAFESA DE GODOI, E. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: Emília Pietrafesa de Godoi; Ana Maria de Niemeyer. (org.). Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Ed Mercado de Letras, Campinas, 1998, p. 97-131.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15
- PUGLIESE JUNIOR, Francisco Antonio. Os Líticos de Lagoa Santa: um estudo sobre organização tecnológica de caçadores-coletores do Brasil Central. Universidade de São Paulo (Mestrado em Arqueologia). São Paulo, 2007.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. [S.l: s.n.], 1991.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. Introdução. In: RADCLIFFE-BROWN, A.R. & FORDE, D. (orgs.). *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. 1982.
- RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P de (Ed.). Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, Cáp. 3, p.87-166, 1998.
- SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Tradição e sustentabilidade: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros – Vila São Jorge – GO. Tese (Doutorado) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel; SAUTCHUK, João Miguel M.. Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos. Mana, Rio de Janeiro , v. 20, n. 3, p. 575-602, 2014.
- SAX, Marieka. Southern Sacrifice and Northern Sorcery: mountain spirits and encantos in the peruvian andes. In: Non-Humans in Amerindian South America: ethnographies of Indigenous Cosmologies, Rituals and Songs (org. ANDÍA, Juan Javier Riveira). Ed. Berghahn Books, 2019. p. 97-125.
- SILVEIRA, Alex Ricardo M da. Vila São Jorge & Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o Impacto Cultural de um Projeto Ecológico. Série Antropologia, Brasília, nº 214. 1997.
- SERRANO, Samanta de França. A Arte Rupestre do Sítio Arqueológico Pedra Escrita e sua Relação com a Paisagem. Artigo (Programa de Iniciação Científica) —UniCeub, Brasília, 2018.
- VIEIRA JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim. Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação. 2015. 193 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)— Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- WEST, Paige. Parks and Peoples: The Social Impact of Protected Areas. *Annual Review of Anthropology* nº 35, 2006. p: 251–77.